



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**MEDIAÇÃO EDITORIAL NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA:
UM ESTUDO DE DOIS PERIÓDICOS DE HUMANIDADES**

Letícia Moreira Clares

SÃO CARLOS - SP
2017



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

MEDIAÇÃO EDITORIAL NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA:
UM ESTUDO DE DOIS PERIÓDICOS DE HUMANIDADES

LETÍCIA MOREIRA CLARES
Bolsista: Fapesp (Processo 2015/01224-5)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestra em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado

São Carlos - São Paulo - Brasil
2017

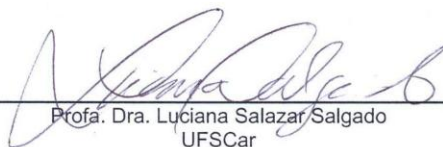


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

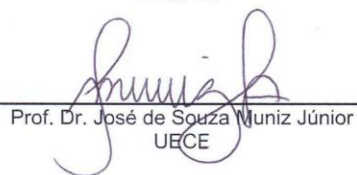
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Leticia Moreira Clares, realizada em 15/03/2017:



Prof. Dra. Luciana Salazar Salgado
UFSCar



Prof. Dra. Ana Raquel Motta
UNICAMP



Prof. Dr. José de Souza Muniz Júnior
UECE

*Para minha mãe, Adriana,
e meu avô, Domingos, por tudo.*

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo n. 2015/01224-5), pelos financiamentos que me deram a oportunidade de fazer todo o mestrado com a dedicação que eu pretendia. Depois de uma graduação toda dividindo o tempo entre estudos e trabalho, essa experiência me mostrou a importância dessas agências para o estímulo e, sobretudo, a manutenção das atividades de formação e pesquisa na universidade.

À Luciana Salazar Salgado, por acreditar mais uma vez nas minhas ideias e partilhar comigo as suas, pela orientação cuidadosa e por me mostrar como boas práticas de pesquisa são fundamentais.

Ao professor Luiz André Neves de Brito, por compor a banca de qualificação e pelas boas conversas no grupo de estudos, nas disciplinas, na salinha e nos cafés.

Aos professores Ana Raquel Motta e José de Souza Muniz Júnior, pela leitura fina e arguição valiosa deste trabalho na qualificação e na defesa. Ao professor Márcio Antônio Gatti, por compor as duas bancas como suplente.

A todos os profissionais que gentilmente se dispuseram a colaborar com esta pesquisa: professores Ricardo Mendes Antas Jr. e Jaime Tadeu Oliva, editores da Geousp e da Rieb, por autorizarem o uso das revistas como objetos de estudo e disponibilizarem tempo e atenção a minhas questões; Fernanda Rodrigues Rossi, José Hermes Martins Pereira, Pérola Ramira Ciccone e Sushila Vieira Claro, assistentes editoriais da Rieb, pela escuta interessada, disponibilização de materiais e paciência em dividir comigo suas experiências no trabalho com revistas científicas, um universo que eu apenas começava a explorar; Helena Meidani e Silvia Amancio de Oliveira, profissionais do núcleo Confraria de Textos, por me receberem dispostas a expor e compartilhar seus expedientes de trabalho, e pelo ótimo café; e André Serradas, bibliotecário do SIBiUSP, pela atenção e prestatividade.

Aos queridos colegas do grupo de pesquisa Comunica por todas as trocas, em especial à Luciana Rugoni, pelas boas conversas e por me receber gentilmente em São Paulo quando precisei coletar materiais para a pesquisa, e aos amigos Amanda, Daniela, Diogo e Helena, por tudo que temos dividido nos momentos de trabalho, diversão, alegria, tristeza, fracasso ou sucesso – momentos que, sem dúvida, não seriam os mesmos sem essa boa companhia.

À Eleonora, uma das amigas que esta fase me trouxe, pelas ótimas aulas de inglês, pela alegria contagiante e por todas as longas conversas sobre a dor e a delícia do mundo da pós-graduação.

A Mayla, Rafaela e Tamires, amigas de longa data, por compartilharem comigo mais esta fase e pelos exemplos inspiradores de força e determinação.

À Rebeca, amiga-vizinha, pelas aventuras no mundo do trabalho com textos e pela prontidão no apoio em horas boas ou difíceis – e, claro, pelas xícaras de açúcar e afins emprestadas que nunca serão devolvidas.

À minha Mãe, Adriana, e ao meu avô, Domingos, por todo amor, apoio e incentivo indispensáveis para que eu pudesse chegar até aqui, por acreditarem nos caminhos pessoais e profissionais que escolhi seguir e por serem meus maiores exemplos de luta.

Ao Gustavo, companheiro de todas as horas, pelo amor e apoio de sempre, por me mostrar como as coisas simples da vida são importantes e deliciosas, e por entender minhas tantas ausências nesta fase.

E ao Heitor, pela companhia doce de todos os dias e pelos ronrons mais gostosos do mundo.

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante.

(De Certeau, 1998)

CLARES, Letícia Moreira. **Mediação editorial na comunicação científica**: um estudo de dois periódicos de humanidades. 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

Resumo

Nesta pesquisa, propomos um estudo da mediação editorial na comunicação científica, buscando investigar como os processos de tratamento editorial de textos funcionam em dois periódicos científicos de *humanidades* (uma categoria posta em questão) e quais seus efeitos sobre a comunicação do conhecimento científico. Tomamos como objetos de análise as revistas do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB-USP, *Rieb*, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FFLCH-USP, *Geosp: espaço e tempo*, além de um conjunto de materiais que circularam sob a rubrica *editoração científica* em cursos, eventos e ofertas de serviços editoriais em ambientes especializados, procurando entender de que modo os *ritos genéticos editoriais* dão indícios da constituição da comunicação científica como uma *instituição discursiva* e, assim, em que medida as *condições de produção* dos periódicos produzem, entre outras coisas, um apagamento de que há diferentes *comunidades discursivas*. Com base no método descritivo-interpretativo característico da análise do discurso de linha francesa e à luz das propostas teórico-metodológicas de Dominique Maingueneau, mobilizamos a noção de *cenários da enunciação*, com vistas a traçar um panorama dos elementos conjunturais do universo discursivo editorial da comunicação científica e investigar como, nesse contexto, funcionam os periódicos. Observamos, assim, como os ritos genéticos editoriais se operam nesses materiais e se relacionam à constituição do cenário atual da comunicação científica, dados os modos como as diferentes práticas de textualização dos atores envolvidos nos processos editoriais evidenciam consensos e resistências nos processos de produção, circulação e consumo de conhecimento.

Palavras-chave: comunicação científica; dispositivos comunicacionais; instituição discursiva; periódicos científicos de humanidades; ritos genéticos editoriais.

CLARES, Letícia Moreira. **Mediación editorial en la comunicación científica: un estudio de dos publicaciones de humanidades**. 2017. 147 f. Tesis (Maestría en Lingüística) – Centro de Educación y Ciencias Humanas, Universidad Federal de San Carlos, San Carlos, 2017.

Resumen

En este trabajo, proponemos un estudio de la mediación editorial en la comunicación científica, buscando investigar cómo funcionan los procesos de tratamiento editorial de textos en dos publicaciones científicas del área de *humanidades* (una categoría puesta en cuestión) y cuáles son sus efectos en la comunicación del conocimiento científico. Son consideradas como objetos de análisis las revistas del Instituto de Estudios Brasileños – IEB-USP, *Rieb*, y del Programa de Postgrado en Geografía de la FFLCH-USP, *Geosp: espaço e tempo*, además de un conjunto de materiales que circularon bajo la rúbrica *edición científica* en cursos, eventos y ofertas de servicios editoriales en ambientes especializados, buscando comprender de qué manera los *ritos genéticos editoriales* dan indicios de la constitución de la comunicación científica como una *institución discursiva* y, de este modo, en qué medida las *condiciones de producción* de las publicaciones producen, entre otras cosas, la extinción del hecho de que hay distintas *comunidades discursivas*. Basado en el método descriptivo-interpretativo característico del análisis del discurso de línea francesa y a la luz de las propuestas teórico-metodológicas de Dominique Maingueneau, movilizamos la noción de *escenas de enunciación*, objetivando describir un panorama de los elementos coyunturales del universo discursivo editorial de la comunicación científica e investigar cómo, en ese contexto, funcionan las publicaciones. Así que observamos cómo los ritos genéticos editoriales se operan en estos materiales y se relacionan a la constitución del escenario actual de la comunicación científica, dadas las formas como las distintas prácticas de textualización de los actores involucrados en los procesos editoriales evidencian consensos y resistencias en los procesos de producción, circulación y consumo de conocimiento.

Palabras clave: comunicación científica; dispositivos comunicacionales; institución discursiva; publicaciones científicas de humanidades; ritos genéticos editoriales.

Índice de ilustrações

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1.1. Captura de tela do quadro de áreas situadas no Colégio de Ciências da Vida..... | 33 |
| Figura 1.2. Captura de tela do quadro de áreas situadas no Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar..... | 33 |
| Figura 1.3. Captura de tela do quadro de áreas situadas no Colégio de Humanidades..... | 34 |
| Figura 1.4. Captura de tela da Tabela de Áreas do Conhecimento/Avaliação da Capes (no recorte: 1º nível em azul; 2º nível em vermelho; 3º nível em <i>bold</i> ; 4º nível em redondo)..... | 35 |
| Figura 1.5. Captura de tela da Plataforma Sucupira – Qualis 2014, Rieb..... | 41 |
| Figura 1.6. Captura de tela da Plataforma Sucupira – Qualis 2013, Rieb..... | 42 |
| Figura 1.7. Captura de tela da Plataforma Sucupira – Qualis 2011, Geousp com ISSN atual..... | 43 |
| Figura 1.8. Captura de tela da Plataforma Sucupira – Qualis 2012, Geousp com ISSN atual..... | 44 |
| Figura 1.9. Captura de tela da Plataforma Sucupira – Qualis 2013, Geousp com ISSN antigo..... | 44 |
| Figura 1.10. Captura de tela da Plataforma Sucupira – Qualis 2014, Geousp com ISSN antigo. | 45 |
| Figura 1.11. Capturas de tela da página da Rieb, n. 60 de 2015..... | 47 |
| Figura 1.12. Captura de tela da tabela de fluxo de produção editorial do documento SciELO..... | 54 |
| Figura 1.13. Quadro de posições-sujeito de Pêcheux..... | 60 |
| | |
| Figura 2.1. Captura de tela do <i>slide</i> 5 da palestra <i>O processo de revisão de manuscritos</i> ...81 | |
| Figura 2.2. Captura de tela do fluxograma do processo editorial de revistas pelo SEER/OJS (destaques em vermelho para as etapas de responsabilidade do editor e/ou editor de seção)..... | 83 |
| Figura 2.3. Capturas de tela dos <i>slides</i> 17 e 18 da palestra <i>O processo de revisão de manuscritos</i> | 84 |
| Figura 2.4. Captura de tela do fluxograma do processo editorial da Geousp e da Rieb pelo SEER/OJS..... | 94 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 2.5. Captura de tela de parte dos créditos de expediente da Geousp (vol. 20, n. 1, 2016)..... | 95 |
| Figura 2.6. Capturas de tela de partes dos créditos de expediente da Rieb (n. 61-64, de 2015-2016, grifos nossos)..... | 96 |
| Figura 2.7. Íntegra da <i>checklist</i> de tratamento editorial da Geousp..... | 106 |
| Figura 2.8. Captura de tela da capa dos slides <i>A estrutura de artigos científicos de alto impacto e a dinâmica editorial</i> | 124 |
| Figura 2.9. Captura de tela dos slides do curso <i>A estrutura de artigos científicos de alto impacto e a dinâmica editorial</i> | 125 |
| Figura 2.10. Capturas de tela do pôster de divulgação do <i>Workshop de Autores da Springer 2015</i> | 126 |
| Figura 2.11. Captura de tela da divulgação da Unil do curso <i>Como estruturar um artigo científico de alto nível</i> | 128 |
| Figura 2.12. Capturas de tela da divulgação da Unil do curso <i>Como estruturar um artigo científico de alto nível</i> | 128 |
| Figura 2.13 Capturas de tela da divulgação da Unil do curso <i>Como estruturar um artigo científico de alto nível</i> | 130 |
| Figura 2.14. Capturas de tela do anúncio <i>Plain English: aumente as chances de citação do seu artigo</i> | 131 |

Sumário

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução | 12 |
| Parte I A configuração discursiva da mediação editorial na comunicação científica | 18 |
| A revisão: um caminho para outro problema | 18 |
| Detalhamentos da pesquisa de campo | 23 |
| Entrevistas | 24 |
| Monitoramento de notícias sobre editoração científica | 27 |
| Regulamentação e gestão de periódicos científicos no Brasil | 31 |
| Geosp, Rieb e as humanidades | 40 |
| Cenas da enunciação e imaginários | 55 |
| Parte II Ritos genéticos editoriais, suportes de inscrição e meios de circulação | 61 |
| Revisão de textos e revisão por pares: circunscrições e produção de sentidos | 66 |
| Dispositivos comunicacionais de circulação restrita | 93 |
| Editores e edições, revisores e revisões | 93 |
| Dispositivos comunicacionais de circulação pública | 122 |
| Processos, produtos e serviços em editoração científica | 122 |
| Considerações finais | 136 |
| Referências | 139 |
| Anexos | 146 |

Introdução

Os questionamentos que motivaram esta pesquisa estão embasados em imaginários, isto é, em conjuntos coesos de imagens consagradas por valores socialmente partilhados – de produtos e de processos, de língua e de indústria da língua, de textos e de trabalho sobre os textos. Dada a organização social capitalista em que nos constituímos, seja individual ou coletivamente, e a atribuição de valor a tudo o que é posto em circulação, os modos de produção têm sido revistos frequentemente para atender às diversas demandas de consumo do nosso cotidiano, mas pouco se tem pensado sobre eles ou seus produtos como *formalizações materiais* (FLUSSER, 2007) de modos de ser e de comunicar.

Na aceleração contemporânea, que para o geógrafo Milton Santos (1997, p. 1) “impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das ideias, mas, também, acrescentou novos itens à história” e “é, por isso mesmo, um resultado também da banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e de sua sucessão alucinante”, vivemos num *meio técnico-científico-informacional*, ou seja, num tempo e num espaço imbricados por tecnologias, ciência e informação. Nesse meio, estabelecem-se técnicas e normas que determinam nossas práticas sociais, mas que, sobretudo, são determinadas por estas a partir de crenças relacionadas intimamente à nossa realidade histórico-social.

Dessa perspectiva, chegamos à *ordem dos livros* como uma dinâmica condicionada pelos efeitos dessas práticas, os quais mobilizam o livro como objeto paradigmático do consumo de tecnologia, de ciência, de informação, de cultura, de entretenimento, de arte e, então, de conhecimento (CHARTIER, 1999). Nos estudos recentes sobre tratamento editorial de textos, busca-se compreender os regimes de funcionamento desse ambiente de trocas e, para isso, discutem-se seus processos e produtos. Entretanto, nem sempre esses processos estão acessíveis, pois há produções que se convencionou apresentar apenas em forma de produtos prontos e bem-acabados, visto que não são socialmente entendidas ou aceitas como passíveis de intervenção de atores e protocolos que, de fato, são o que possibilita que sejam o que e como são.

Porque os *modos de fazer* comumente não são discutidos, reproduzem-se imaginários na busca por explicar como se dão, e assim frequentemente se chega à simplificação de expedientes que, quando olhados mais detidamente, são bastante complexos.

A indústria da língua é um exemplo disso: há certa banalização das profissões que requerem um pensamento sistemático sobre língua e linguagem (o ensino de idiomas, a tradução e a edição de textos, por exemplo), dado que se acredita que qualquer falante, só pelo fato de o ser, seja capaz de cumprir com suas atividades de maneira especializada. Essa incompreensão contribui para a desvalorização de profissionais, a não regulamentação de profissões e a não delimitação de funções, como apontam Bragança (2005) e Yamazaki (2007, 2009) ao tratarem do caso do editor de textos, que nos interessa diretamente aqui.

Nos processos de tratamento editorial, aliás, temos muitos outros exemplos, e é a atividade de revisão que inicialmente delineou esta pesquisa. O interesse por essa etapa de trabalho com o texto se deu pelas minhas experiências profissionais na área no estágio durante a graduação em Linguística, numa editora quando recém-graduada e na prestação de serviços como “freela” durante todo esse percurso. O estágio, do segundo ao último ano de graduação, foi uma oportunidade de trabalhar, na Secretaria Geral de Educação a Distância da Universidade Federal de São Carlos (SEaD-UFSCar), com materiais didáticos dos cursos de educação a distância. Na ocasião, atuei como preparadora de originais, revisora de provas, audiodescriitora e assistente editorial, mas inicialmente numa vaga de “revisor linguístico”, não tinha ideia do que cada função compreendia nem de que eram necessárias tantas etapas para a produção de um livro e tantas tarefas em cada uma delas.

Foi a partir de disciplinas optativas na área e da participação no grupo de pesquisa *Comunica – inscrições linguísticas na comunicação* que comecei a pensar técnica e discursivamente os processos de trabalho sobre textos e a compreender que minhas inquietações não eram só minhas, mas que estavam postas a todos os profissionais da categoria. Desde então, comecei a me dedicar à pesquisa sobre a revisão e o revisor de textos, considerando atualizações do quadro teórico fundamental, primeiro na Iniciação Científica e depois no Trabalho de Conclusão de Curso¹.

Já graduada e me preparando para o mestrado, trabalhei numa editora especializada em revistas científicas², em São Carlos (SP), na seção de marcação de artigos, etapa em que se fazia uma espécie de normalização dos textos de acordo com o padrão estabelecido por cada revista para que, na sequência, estes fossem diagramados. Como meu

¹ A interface material impresso e audiolivro: o lugar do revisor de textos nos processos editoriais envolvidos (2013a); Ritos genéticos editoriais do impresso ao audiolivro: o revisor de textos e as manobras de intervenção (2013b).

² Nesta dissertação, os termos *revista científica*, *revista acadêmica* e *periódico científico* serão sinonimizados, visto que nas próprias práticas estudadas são intercambiados.

repertório de trabalho até então se restringia a materiais didáticos, esse foi meu primeiro contato com materiais científicos, mais especificamente periódicos, o que exigiu novas dinâmicas de trabalho e deu origem a novas inquietações.

Em maio de 2014, participei, com a equipe da editora, do XXII Curso de Editoração Científica da Associação Brasileira de Editores Científicos (CEC-ABEC), em São José dos Campos (SP), e essas inquietações tomaram nova forma. No evento, tradicional e de abrangência nacional, pude notar o quanto as publicações científicas suscitam discussões sobre o desenvolvimento da comunicação nas diversas áreas em que esta se põe como condição institucional de existência dos campos de saber. Uma dessas pautas, muitas vezes colocada pela comunidade científica como um desafio para o sucesso das publicações, é a contribuição de autores, editores e revisores para a produção de periódicos.

O que me chamou especialmente a atenção foi o uso do termo *revisão* para definir uma atividade diferente daquela que eu conhecia como uma etapa de leitura profissional de textos destinados à publicação, a revisão de textos, da qual quase nada se falava, embora eu já soubesse que se trata de um serviço previsto no cotidiano das revistas. Essa atividade é frequentemente chamada de *revisão por pares*, mas há variação dos termos usados para designar quem avalia artigos submetidos à publicação – ora *revisor*, *revisor ad hoc*, ora *parecerista*, *avaliador* – e a própria avaliação – *revisão*, *revisão por pares*, *avaliação por pares*, *parecer* ou *peer review*³.

Em meio a essas indefinições, comecei a pensar no que se entende por *revisão* em periódicos científicos, e essa foi a pergunta de pesquisa que deu fôlego inicial a este estudo. Para investigar como os processos de tratamento editorial de revistas funcionam e de que modo isso constitui a comunicação do conhecimento científico, definimos⁴ como *corpus* a Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, *Rieb*, e a *Geosp: espaço e tempo*, periódico dos Programas de Pós-Graduação em Geografia Humana e Geografia Física do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

³ Instabilidade semelhante à que discuti na referida pesquisa de Iniciação Científica, na qual observei como são indefinidas as denominações e funções dos profissionais do texto no mercado editorial brasileiro (CLARES, 2013a).

⁴ A partir daqui, leia-se um *nós* verdadeiramente inclusivo com que busco registrar a construção deste estudo num processo constituído coletivamente não só por mim, a orientadora desta pesquisa e os colegas do grupo Comunica, mas por todos os profissionais que encontramos no caminho que contribuíram de alguma forma para as reflexões reunidas neste texto.

O interesse por esses periódicos se deveu ao fato de ambos terem migrado recentemente para o Portal SIBiUSP⁵ e, a partir de então, serem preparados necessariamente no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), uma plataforma para a gestão de publicações periódicas eletrônicas, o que pareceu uma oportunidade de estudar como se dá o tratamento de revistas nessa plataforma.

Como percebemos que as informações disponíveis nos *sites* das duas revistas não seriam suficientes para um panorama abrangente do universo dessas publicações, decidimos que era o caso de ir a campo conversar com os profissionais envolvidos e de acompanhar o que se diz sobre periódicos científicos na área de editoração científica⁶. Trabalhamos, então, com entrevistas e monitoramento de eventos, cursos e ofertas de serviços editoriais, e isso possibilitou a coleta de um conjunto de dados mais amplo do que prevíamos, nos dando acesso a questões que transcendem os processos editoriais, ao mesmo tempo em que os condicionam, o que mudou o rumo da pesquisa.

Reunimos informações sobre os processos de produção, de gestão e de regulamentação de periódicos, bem como sobre de que modo esses processos circulam no meio acadêmico, e isso deu margem para discutirmos não só seus *ritos genéticos editoriais*, segundo a proposta de Salgado (2011), como previsto de início, mas também questões político-institucionais intrínsecas ao que se constitui como comunicação científica, e, então, ao que se entende como discurso científico, escrita científica, comunidade científica e ciência.

Esses dados indicam que a produção científica brasileira tem sido medida com ênfase em aspectos quantitativos, e que suas diretrizes, nem sempre discutidas, são dadas como gerais para qualquer área de conhecimento, frequentemente reproduzidas com base em modelos internacionais que não necessariamente representam as agendas de pesquisa locais de todas as áreas e suas particularidades. Nesse ponto, chamam a atenção as propostas de internacionalização de pesquisas, pesquisadores, periódicos e instituições, pelas quais se instaurou o inglês como *a* língua *da* ciência e *a* escrita científica como reprodutível de padrões estruturais, estilísticos e linguístico-discursivos aplicáveis a qualquer tipo de artigo de

⁵ Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBiUSP) que oferece acesso a todos os recursos de informações geridos pelas bibliotecas da Universidade. Disponível em: <<http://www.sibi.usp.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

⁶ Entendida nesta pesquisa como o gerenciamento da produção de materiais, especialmente periódicos e livros, caracterizados como científicos, considerando a definição de Emanuel Araújo (2008 [1986], p. 38) do termo *editoração* – “o conjunto de teorias, técnicas e aptidões artísticas e industriais destinadas ao planejamento, feitura e distribuição de um produto editorial”, ou, dito de outro modo, “o gerenciamento da produção de uma publicação – livros, revistas, jornais, boletins, álbuns, cadernos, almanaques etc.”.

qualquer área, o que dá notícia da cristalização de imaginários sobre língua, escrita e conhecimento na ciência.

Dada essa conjuntura, entendemos que os periódicos científicos se configuram como dispositivos comunicacionais que circulam como produtos nos termos do que De Certeau (1998, p. 39) descreve como “consumo”: consideradas suas “maneiras de empregar”, são objetos de oferta e apropriação de conhecimentos distribuídos não só com o fim de partilha e construção coletiva, pois funcionam também como indicador de prestígio, reconhecimento e, cada vez mais, de ranqueamento, dada a atual política de publicar em grande escala para de fato validar a própria condição de trabalho intelectual legítimo.

Nesse novo direcionamento da pesquisa, sempre nas bases teóricas apontadas acima, assumimos as *condições de produção* dos periódicos em estudo como condicionantes da etapa de revisão em suas diferentes perspectivas, então dos ritos genéticos editoriais, para compreender do que é feita a comunicação científica, entendida como uma *instituição discursiva* e formada por *comunidades discursivas* diversas, que a princípio parecem coincidir com as comunidades científicas que compõem um campo – o científico.

Considerando que estudar objetos é também estudar subjetividade e que esta é intrínseca à civilização como transformação do comportamento humano (LATOUR, 2013), acreditamos que, porque “os objetos são coisas, são reais” que “se apresentam diante de nós não apenas como um discurso, mas como um discurso ideológico, que nos convoca, malgrado nós, a uma forma de comportamento” (SANTOS, 2012 [2000], p. 25), estudar objetos editoriais de uma perspectiva discursiva, especialmente no período atual, em que a aceleração nos impõe modos de ser, de viver e de comunicar, permite uma reflexão acerca dos processos de produção diretamente relacionados à lógica desse consumo, dada a dificuldade de separar os objetos de seu valor socialmente constituído.

Organizamos as discussões em foco nesta pesquisa em duas partes. Na Parte I, pontuamos questões metodológicas e reunimos indícios das condições de produção da comunicação científica, contextualizando alguns aspectos da mediação editorial de periódicos. Na parte II, abordamos a mediação editorial mais detidamente, analisando os ritos genéticos editoriais da Geousp e da Rieb e os demais materiais relacionados aos suportes de inscrição e meios de circulação de periódicos.

Assim, este trabalho propõe uma reflexão sobre os processos de produção de periódicos científicos como dispositivos comunicacionais que são também objetos editoriais,

a partir da compreensão das práticas contemporâneas de gestão e de avaliação que os condicionam, do que decorre a problematização da produção intelectual nos moldes quantitativos por meio da discussão sobre imaginários que lhes dão sustentação.

Parte I

A configuração discursiva da mediação editorial na comunicação científica

A revisão: um caminho para outro problema

O que se entende por *revisão* em periódicos científicos? Essa foi a pergunta que inicialmente deu fôlego ao projeto desta pesquisa, no qual pretendíamos estudar as etapas editoriais compreendidas no termo *revisão* em periódicos. Isso porque, em editoração científica, esse termo designa não só a etapa compreendida como uma leitura profissional de artigos submetidos à publicação, a *revisão de textos*, mas também o que se entende como uma avaliação técnica desses artigos, a *revisão por pares*.

Considerando esse duplo uso, com base no quadro teórico da análise do discurso de linha francesa (AD) e mais especificamente em propostas teórico-metodológicas de Dominique Maingueneau que detalharemos adiante, definimos como *corpus* a Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP)⁷, *Rieb*, periódico interdisciplinar que reúne publicações sobre estudos brasileiros, e a revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, *Geosp: espaço e tempo*⁸, que publica materiais de abordagens geográficas física e humana.

A princípio, esses periódicos nos interessaram porque migraram recentemente para o Portal SIBiUSP e, desde então, passaram a ser preparados na plataforma do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), *software* aberto e gratuito desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) a partir da tradução e da personalização do Open Journal Systems (OJS) para a construção e a gestão de publicações periódicas eletrônicas. Porém, antes de considerarmos o interesse por essa questão tecnológica – e consequentemente todos os fatores inerentes a esse momento de mudança de plataforma –,

⁷ “Centro multidisciplinar de pesquisas e documentação sobre a história e as culturas do Brasil. Tem como desafio fundador a reflexão sobre a sociedade brasileira, envolvendo a articulação de diferentes áreas das humanidades”. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/historico>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

⁸ Periódico dos Programas de Pós-Graduação em Geografia Humana e Geografia Física do Departamento de Geografia da FFLCH-USP. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/about...>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

foi necessário levar em conta a possibilidade de acesso aos periódicos como objeto de estudo, já que sabíamos das dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores da área na reunião de materiais “autorizados” a serem olhados em seus processos de produção.

Isso posto, optamos por trabalhar com essas duas revistas também pelo contato prévio que a orientadora desta pesquisa tinha com os editores, pelo qual sabíamos que são profissionais esclarecidos quanto aos processos editoriais – por dever de ofício, experiência na gestão de revistas e, sobretudo, interesse nas reflexões que suscitam – e, por isso, receptivos.

Esse ponto é um dado importante, já que em 2014 tentamos contato com outros dois periódicos que não se dispuseram efetivamente a contribuir para a pesquisa: um de Biologia, cujo editor conhecemos no XXII Curso de Editoração Científica da Associação Brasileira de Editores Científicos (CEC-ABEC), e um de Linguística, que na época tinha como editora uma professora da instituição em que estudamos. O editor não retornou o *e-mail* em que manifestamos interesse por estudar o processo de tratamento editorial da revista, e a editora se colocou à disposição, num primeiro momento, para conversar sobre a produção do periódico, mas essa conversa nunca aconteceu de fato – situações que parecem indicar desinteresse pela reflexão sobre o processo editorial ou, mais possivelmente, certo desconforto por se tratar da exposição desse trabalho de coxia que é a edição de uma revista científica. Outras tentativas foram feitas informalmente, em encontros da área e por meio de uma ampla rede de contatos acadêmicos, mas, ao fim e ao cabo, mesmo os que julgavam ser de grande interesse o estudo não se dispunham a “abrir” os processos editoriais que coordenavam por receio de acontecerem “exposições indevidas”.

Feito esse recorte, nossa perspectiva inicial era selecionar em pesquisa de campo alguns números da Rieb e da Geosp, mais precisamente os dois últimos publicados antes da migração para o SIBiUSP (e a consequente editoração na plataforma SEER), durante esse processo e após sua efetivação, considerando como dado toda materialidade linguístico-discursiva que pudesse compor os números específicos selecionados de cada revista, isto é, materiais editados para publicação (artigos completos, pequenos trechos, casos reiterados e outros “dos bastidores” aos quais fosse possível ter acesso – inclusive por meio de entrevistas com profissionais do texto envolvidos na edição), informações sobre os processos de revisão (acesso a formulários de parecer, *e-mails* automáticos ou não de convite aos revisores/pareceristas, textos instrucionais/diretrizes para a revisão etc.), materiais que caracterizassem as revistas (*e-mails* automáticos que eventualmente foram alterados, abas e seções dos *sites* dos periódicos que foram realocadas, substituídas, inseridas ou suprimidas,

mudanças no projeto gráfico etc.), enfim, todo conteúdo que constituísse esses periódicos e que tivesse sido repensado no processo de adaptação à nova plataforma, isto é, sua formalização material.

No desenvolvimento da pesquisa, partimos para o trabalho de campo, que consistiu em entrevistas de profissionais das duas revistas e no monitoramento de notícias sobre a editoração científica. Coletamos os seguintes tipos de materiais:

- informações sobre os processos de produção e gestão dos periódicos: entrevistas com profissionais da Geousp e da Rieb, formulários limpos de parecer, manuais de tratamento editorial dos artigos/*checklists*, fluxograma dos processos de tratamento editorial;
- informações sobre os processos de regulamentação dessa produção: arquivo SciELO *Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil* (última versão, de setembro de 2014) e sistema de avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação brasileiros *Qualis Capes*;
- informações sobre como ambos os processos circulam nos ambientes acadêmicos: arquivos dos CEC-ABEC de 2014, 2015 e 2016, dos eventos na área de editoração científica de que participamos em 2015 e 2016 e das ofertas de serviços editoriais publicizadas *on-line*.

Esses materiais se constituíram num rico arquivo para levantamento de dados, porém de natureza distinta do que esperávamos no projeto inicial. Isso porque, para os estudos comumente desenvolvidos na área de tratamento editorial de textos (cf., por exemplo, RIBEIRO, 2009; YAMAZAKI, 2009; MUNIZ JR., 2010a,b; SALGADO, 2011; RUGONI, 2015), importam especialmente os materiais característicos dos processos editoriais – em geral, das etapas de preparação, copidesque e revisão de textos produzidos para publicação –, ou seja, materiais que passaram por processos de edição e que possam ser coletados nas versões pré e pós-tratamento editorial, o que afinal não foi possível. Esse é outro dado importante, em termos de estudo discursivo do funcionamento dos periódicos: a exposição dos bastidores do trabalho sobre textos, ainda quando possível, se dá com reservas.

Embora tenhamos autorização para uso das revistas desde a produção do projeto, em 2014, quando fizemos o contato inicial com os editores e as duas primeiras entrevistas, no decorrer da pesquisa identificamos um ambiente acostumado a expor produtos

efetivamente acabados, e não seus processos de produção, dadas as condições de produção do que se entende por discurso científico⁹, aspecto comum aos expedientes que lidam com a autoria. Isso implicou dificuldades no acesso às versões tratadas dos textos submetidos à publicação¹⁰, cujas marcações linguístico-discursivas nos permitiriam compreender, por exemplo, que tipos de manobras de intervenção são feitos na revisão de textos e na revisão por pares.

Essas dificuldades não se deram por restrição dos profissionais que entrevistamos, os quais se colocaram à disposição para o que fosse necessário no decurso da pesquisa, mas pela série de protocolos delicados com que nos deparamos ao cogitar solicitar acesso a determinados casos de interesse, o que requereria desde a localização de autores, preparadores e revisores, e a consulta ao comitê editorial das revistas, até autorizações (inclusive legais) de todas as partes, implicando transtornos até mesmo na dinâmica de trabalho desses profissionais, balizada por prazos exíguos, como discutiremos mais adiante.

Assim, o material reunido nas entrevistas não nos deu possibilidade de explorar a questão da revisão na materialidade linguística, mas pôs em relevo, também por isso, os processos de produção dos periódicos em estudo. Esses dados, junto aos demais materiais coletados no acompanhamento de notícias sobre editoração científica, nos mostram um caminho interessante de reflexão sobre como seus expedientes e protocolos se organizam e, assim, constituem a chamada *comunicação científica*. Assumida essa nova problemática, nosso *corpus* foi expandido para além dos dois periódicos selecionados: contamos com as cinco entrevistas, com os arquivos coletados nessas entrevistas sobre a produção editorial das revistas, com o arquivo SciELO e o Sistema Qualis Capes de diretrizes da produção científica e com os materiais coletados em cursos, eventos e ofertas de serviços de editoração científica que ocorreram no período de 2014 a 2016.

Dado esse novo cenário, entendemos que nossa questão inicial de trabalho se tornou a chave de entrada para uma discussão mais ampla sobre o problema da mediação

⁹ Nesta pesquisa, falamos de *discurso científico* compreendendo-o como um *discurso constituinte*, categoria formulada por Maingueneau (2008a) que permite “pôr em evidência propriedades comuns [desse tipo de discurso] que são invisíveis ao primeiro olhar” (idem, p. 37). Para o analista, “a pretensão desses discursos [...] é de não reconhecer outra autoridade além da sua própria, de não admitir quaisquer outros discursos acima deles”, perspectiva que não impede “que as diversas outras zonas de produção verbal (a conversação, a imprensa, os documentos administrativos etc.) [...] exerçam ação sobre eles; bem ao contrário, existe uma interação constante entre discursos constituintes e não-constituintes, assim como entre discursos constituintes”, embora seja da natureza desses discursos “negar essa interação ou pretender submetê-la a seus princípios” (p. 37).

¹⁰ As quais motivaram ressalva no texto de autorização de uso proposto para as revistas, a saber “que nenhum texto que identifique autores que submeteram trabalho à revista será utilizado, senão em conformidade com aceitação explícita dos respectivos autores” (cf. Anexo 1).

editorial na comunicação científica, isto é, sobre o modo como os *ritos genéticos editoriais* (SALGADO, 2011)¹¹ estão engendrados nas condições de produção da comunicação científica, sendo, portanto, constitutivos do discurso científico, cuja lógica preside a organização dessa comunicação específica, e, assim, do modo como esta aparentemente apaga o funcionamento distinto de diferentes comunidades discursivas. Segundo essa nova hipótese de trabalho, essas comunidades são frequentemente entendidas como uma única (ainda que heterogênea), então como passíveis de uma existência legislada por um único conjunto de regras de produção e de avaliação e, assim, um único conjunto de procedimentos de legitimação.

Esse deslocamento de foco exigido pelo decurso da pesquisa estabelece, para a análise dos dados, com base na bibliografia fundamental mobilizada, que sejam consideradas as condições de produção desses periódicos, ainda condicionantes da mediação editorial, porém, com vistas a compreender do que é feita, afinal, uma *instituição discursiva* (MAINGUENEAU, 2014c), formada por *comunidades discursivas* diversas que possivelmente coincidem com as comunidades científicas postas em jogo nas lutas de poder características do discurso científico.

Ao trabalharmos com essa nova hipótese, nos deparamos com quatro questões fundamentais: 1. a dominação das ciências exatas e naturais com relação às ciências humanas; 2. as pressões de avaliação quantitativa de periódicos e de pesquisadores; 3. as pressões pela internacionalização das publicações científicas; 4. a mudança tecnológica dada pelo uso da plataforma SEER. Nenhuma delas será descartada como objeto de reflexão desta pesquisa, visto que todas configuram as condições de produção dos periódicos estudados, mas importa ressaltar que nosso objeto central é a relação entre a mediação editorial e a comunicação científica na constituição desta como uma instituição discursiva.

No caso da quarta questão, a mudança tecnológica, que de início motivou a escolha da Rieb e da Geosp como *corpus*, porque interessava sua influência no modo como a revisão de textos e a revisão por pares se davam antes e depois do uso da plataforma SEER, nesta nova configuração da pesquisa continua uma condição básica do funcionamento editorial dessas duas revistas, uma vez que todo o processo de mediação editorial se dá via

¹¹ Entendidos como “o trabalho que é feito sobre os textos autorais que se preparam para ir a público [...], especificando a noção de Maingueneau [de ritos genéticos], sem jamais perder de vista que o trabalho do coenunciador editorial, assim como o do autor e de todos os que lidam com seu texto, é feito de um dado lugar discursivo” (p. 155).

essa plataforma, devido à exigência de seu uso pelos critérios SciELO de avaliação de periódicos.

Traçado esse escopo, descrevemos a seguir a pesquisa de campo realizada, organizada em duas etapas concomitantes: as entrevistas e o monitoramento de notícias sobre editoração científica.

Detalhamentos da pesquisa de campo

Como nesta pesquisa nos interessam essencialmente processos de produção, não poderíamos deixar de apresentar seu próprio percurso, pois acreditamos se tratar de uma contribuição para outras pesquisas em análise do discurso e nos estudos sobre tratamento editorial de textos. Descrevemos, então, os caminhos metodológicos percorridos desde a constituição e a organização do *corpus* até o levantamento dos dados reunidos, crendo que este seja um registro pertinente, já que, de uma perspectiva discursiva, também se configura como dado, na medida em que mostra as decisões a que chegamos e suas motivações, dadas as condições de produção do discurso científico que também regem a pesquisa feita e a própria redação desta dissertação.

Esse percurso faz sentido, entretanto, se de saída compreendemos a noção de *condições de produção* (CP) dos discursos para além da ordem do imediato, do situacional, segundo postulado pela AD. De acordo com o Dicionário de Análise do Discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 114), a noção se diferencia da ideia de “circunstância” de produção dos discursos, pois não se trata de estudar apenas o contexto em que estes são produzidos, mas “o que [os] *condiciona*” (CHARAUDEAU, 2014, grifo do autor). Ao tratar da relação entre as CP e a situação de comunicação, o Dicionário registra:

Além do seu emprego na linha dos trabalhos de Pêcheux e de sua redefinição por Courtine (1981: 19-25), essa noção terminou por adquirir um sentido geral, assimilando-se algumas vezes a contexto, termo também ambíguo, entendido como o conjunto dos dados não linguísticos que organizam um ato de enunciação. Evidentemente, isso representa um problema, pois, nesse conjunto de dados, há os que decorrem apenas da situação de comunicação e outros, de um saber pré-construído que circula no interdiscurso e sobredetermina o sujeito falante. Dito de outra forma, algumas dessas condições são de ordem situacional e outras de ordem do conteúdo discursivo. (CHARAUDEAU, 2014, p. 115)

No referido texto de Courtine (2009 [1981]), consagrado entre os estudiosos da AD, o autor apresenta as tentativas de teorização da noção de CP, primeiro pela análise de conteúdo, segundo pela sociolinguística e terceiro pelo texto de Harris de 1952, *Discourse Analysis* (em que, na verdade, aparece o termo *situação*), e critica a proposta de Pêcheux (1969) de uma definição empírica geral, retomada em 1975 por Pêcheux e Fuchs, que não estabelece uma ruptura com as tendências psicossociológicas da noção. Ao propor uma redefinição da noção pelo conceito de *formação discursiva* (FD), Courtine (2009 [1981], p. 68) pretende preservar “a possibilidade de identificar, através das produções e das mudanças discursivas, o efeito inscrito das contradições ideológicas de classe na materialidade dos discursos”.

Assim, para a AD não interessam apenas os contextos imediatos de produção de sentidos, mas também os aspectos históricos, sociais e ideológicos dos processos discursivos, ou seja, o conjunto de fatores que transcendem a situação de comunicação e por isso mesmo possibilitam sua emergência. Apresentamos a seguir indícios das CP do que se configura como discurso científico, a título de circunscrição do nosso objeto de estudo, com a ressalva de que encontraremos ainda outros no decorrer das discussões propostas.

Entrevistas

Para o levantamento de dados acerca dos processos de produção da Geousp e da Rieb, fizemos contato via *e-mail* com os profissionais envolvidos diretamente na edição e na gestão das duas revistas e agendamos entrevistas. Optamos pela aplicação de entrevistas dos tipos *semiestruturadas*, direcionadas por um roteiro – no caso das duas primeiras –, e *não estruturadas*, com possibilidade de maior liberdade de fala aos entrevistados – no caso das demais (BELEI et al., 2008), todas dirigidas¹², gravadas em áudio com a autorização dos participantes para posterior reunião de dados.

Contamos com cinco entrevistas¹³, duas de julho de 2014, duas de abril de 2015 e uma de junho de 2015, as quais optamos por não transcrever na íntegra, já que não se

¹² Isto é, sem um roteiro com perguntas fechadas sobre o tema em questão, mas com alguns pontos levantados ao longo das entrevistas a partir dos relatos dos entrevistados e com base no conhecimento empírico a que, como profissionais da área, recorremos para os questionamentos.

¹³ Cujos áudios não disponibilizaremos anexos a este texto por considerarmos suficiente, a título de fiador do conteúdo das entrevistas, o levantamento de dados apresentado nos anexos.

trata da análise dos relatos coletados, mas do levantamento de dados pertinentes quanto à produção e à gestão editorial das revistas.

Assim, o primeiro contato com as revistas foi estabelecido no período de produção do Projeto de Pesquisa, em 2014, quando notamos que as informações disponibilizadas, por exemplo, nos *sites* das revistas não eram suficientes para o estudo pretendido. Com a autorização dos editores das revistas concedida por *e-mail* e agendamento prévio, fizemos as duas primeiras entrevistas:

- Entrevista 1 – Rieb – julho de 2014 (01h26min44s): com Fernanda Rodrigues Rossi, Chefe Técnica da Divisão Científica e Assistente Editorial, e José Hermes Martins Pereira, Assistente Editorial;
- Entrevista 2 – Geosp – julho de 2014 (01h28min37s): com Prof. Dr. Ricardo Mendes Antas Jr., Editor da revista.

Como nesse primeiro momento foi necessário apresentar a pesquisa, preparamos um roteiro com algumas questões levantadas inicialmente para contextualizá-la e uma listagem de casos de interesse que pudessem guiar um breve entendimento do tipo de materialidade com que trabalharíamos, o qual foi entregue impresso aos participantes no momento das entrevistas (cf. Anexo 2).

Dado o início da pesquisa, em 2015, e com base nas informações coletadas nas entrevistas 1 e 2, fizemos novas entrevistas:

- Entrevista 3 – Geosp – abril de 2015 (01h14min42s): com Helena Meidani, Revisora de Textos e Proprietária da Confraria de Textos, empresa de assessoria linguística que presta serviços editoriais para a revista;
- Entrevista 4 – Rieb – abril de 2015 (46min52s): com Sushila Vieira Claro, nova Assistente Editorial da revista e responsável pela Editoração Eletrônica, e Pérola Ramira Ciccone, Chefe de Divisão Científico-Cultural do IEB e Assistente Editorial da Rieb;
- Entrevista 5 – SIBiUSP – junho de 2015 (15min18s): com André Serradas, Bibliotecário responsável pela Seção de Apoio ao Credenciamento de Revistas (USP-SACR).

Esses novos contatos foram indicados pelos profissionais participantes das duas primeiras entrevistas, exceto no caso da Rieb, que nesse segundo momento teve alterações na equipe.

No levantamento sistemático de dados dessas entrevistas (Anexo 3), propusemos categorias temáticas a partir das quais pudemos organizar os pontos levantados pelos profissionais entrevistados em informações sobre processos de produção e de gestão de cada periódico. Não adotamos nenhum protocolo técnico específico para a apresentação desse levantamento, mas algumas estratégias gráficas organizadas de acordo com as necessidades encontradas no andamento dessa coleta, as quais estão apresentadas em legendas.

Além dos dados reunidos a partir dos áudios, temos os materiais coletados nessas entrevistas, a saber:

- formulários limpos de parecer da Rieb e da Geousp (cf. Anexos 4 e 5);
- critérios para a apresentação e a publicação de artigos na Rieb (cf. Anexo 6);
- critérios de padronização dos artigos da Rieb (cf. Anexo 7)
- *checklist* de tratamento editorial dos artigos da Geousp (cf. Anexo 8);
- fluxograma dos processos de tratamento editorial da Rieb (cf. Anexo 9);
- instruções para formatação e preparação para publicações do IEB (cf. Anexo 10);
- guia de trabalho com os textos da Rieb (cf. Anexo 11);
- novo planejamento da Rieb, de janeiro de 2015 (cf. Anexo 12);
- última versão, de setembro de 2014, do arquivo SciELO *Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil*¹⁴;
- sistema de avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação brasileiros *Qualis Capes*¹⁵.

Esses materiais também serão mobilizados para análise, nos termos do que explicitamos na última seção desta primeira parte do trabalho.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.scielo.br/avaliacao/20141003NovosCritérios...>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

Monitoramento de notícias sobre editoração científica

Para estarmos a par das questões frequentemente levantadas e discutidas por profissionais de editoração científica, participamos de eventos na área e coletamos materiais *on-line* referentes a cursos e ofertas de serviços editoriais. Os eventos frequentados com esse fim foram:

- XXII Curso de Editoração Científica da Associação Brasileira de Editores Científicos – CEC-ABEC (maio de 2014, São José dos Campos - SP): evento de abrangência nacional, o XXII CEC-ABEC propôs a temática *Construção de uma publicação ética e de qualidade internacional* e contou com diversas palestras de profissionais da editoração científica, em geral, editores de periódicos de diferentes áreas considerados conceituados. Na ocasião, foi possível ter contato com um panorama geral das discussões e dos desafios frequentes nas publicações científicas, e ainda coletar os materiais apresentados pelos palestrantes, disponibilizados na página do evento¹⁶ (cf. Anexo 13). Foram 12 palestras no total, que abordaram os seguintes assuntos:
 - o papel do editor chefe na construção de uma publicação ética de qualidade internacional;
 - composição do comitê editorial;
 - idioma da publicação - razões e consequências;
 - sistemas eletrônicos para submissão de manuscritos;
 - como obter revisões construtivas e eficazes;
 - envolvendo revisores *Ad Hoc* com seu periódico;
 - plágio: do conceito aos programas para detecção;
 - preciso mudar minha revista para usar o XML?;
 - critérios SciELO – como atender?;
 - como "ter" Fator de Impacto;
 - *publisher*: um aliado na publicação científica;
 - divulgação de periódicos por meio das redes sociais.

Os *slides* dessas apresentações também fazem parte do arquivo que constituímos no decurso da pesquisa. Como este evento é muito importante para a área de editoração científica, embora não tenhamos podido participar da edição de 2015, que ocorreu em

¹⁶ Em <http://www.abecbrasil.org.br/includes/eventos/xxii_curso/index.asp>. Acesso em: 26 jul. 2016.

Goiânia - GO, acompanhamos as datas pela página do evento e coletamos os materiais disponibilizados¹⁷ (cf. Anexo 14). Dessa vez com a temática *Luz sobre os paradigmas da publicação científica*, o evento propôs palestras e cursos sobre os seguintes assuntos:

- os paradigmas da publicação científica;
- a estrutura de artigos científicos de alto impacto e a dinâmica editorial;
- instruções aos editores, autores e pareceristas;
- a importância do idioma na publicação de um periódico científico;
- o escopo do periódico científico;
- revisando um artigo científico;
- o processo de revisão de manuscritos;
- integridade e ética na publicação científica;
- detectando plágio em manuscritos;
- uso das mídias sociais na divulgação científica: a contribuição da ABEC;
- passo a passo da indexação de periódicos científicos;
- como calcular métricas para periódicos científicos;
- retratação na publicação científica.

Esses materiais também constituem o arquivo reunido no decorrer da pesquisa e serão mobilizados de acordo com as proposições feitas na última seção desta primeira parte. Em 2016, sem um tema específico, o evento aconteceu na Unicamp, em Campinas - SP, e os materiais apresentados pelos participantes, disponibilizados na página de apoio¹⁸, também foram coletados (cf. Anexo 15). Esta edição contemplou os seguintes assuntos:

- ética nas relações interpessoais;
- a qualidade de um periódico científico;
- capacitação do corpo editorial;
- como redigir artigos de impacto e otimizar seu índice h;
- *using standards to level the international publishing playing field*;
- ética na publicação científica;
- uso do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER);
- atribuição de DOI para publicações científicas;
- uso das mídias sociais na divulgação da publicação científica;

¹⁷ Em <http://www.abecbrasil.org.br/includes/eventos/xxiii_curso/index.asp>. Acesso em: 26 jul. 2016.

¹⁸ Em <<http://xxivcurso.abecbrasil.org.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

- o papel do editor chefe;
 - a revisão de conformidade (*desk review*): qualificação de submissões para ingresso na revisão por pares;
 - gestão do processo de *peer review* na avaliação de manuscritos;
 - publicação em acesso aberto e uso das licenças *Creative Commons*;
 - sua revista na palma da mão;
 - o uso de sistemas identificadores de plágio no processo editorial;
 - além do Fator de Impacto: novas métricas;
 - a influência do idioma da publicação na visibilidade de um periódico;
 - onde indexar seu periódico;
 - editais para financiamento de periódicos: como elaborar o projeto;
 - sustentabilidade dos periódicos científicos;
 - entendendo o Qualis;
 - parâmetros para classificação Qualis nas áreas de conhecimento: con(di)vergência.
- Workshop de autores da Springer *How to Write for and Get Published in Scientific Journals* (maio de 2015, UFSCar): o *workshop* de autores da editora científica Springer tratou da perspectiva de editores de periódicos científicos sobre questões pertinentes à editoração, como a revisão por pares (*peer review*), o acesso aberto (*open access*) e o inglês como língua da ciência. Importante para compreender a posição de uma editora internacional sobre assuntos referentes às publicações científicas, especialmente *journals* e *papers*, coletamos o pôster de divulgação do evento (cf. Anexo 16), veiculado *on-line* via *e-mail* institucional de divulgação de notícias e eventos da UFSCar.
 - II Jornada de Estudos de Divulgação Científica em Linguística – JEDIL (maio de 2015, UFSCar): com a temática *Divulgar a linguística é preciso*, a Jornada apresentou a mesa-redonda *Divulgação e(m) linguística: possibilidades*, a partir da qual foi proposto um debate acerca da divulgação científica não só na Linguística, como também em diferentes áreas do conhecimento. Pela exposição de diferentes casos de interesse pelos professores convidados, pudemos nos atualizar de algumas das discussões recentes sobre divulgação científica, tema correlato à comunicação científica.
 - Lançamento do Portal de Periódicos da UFSCar (agosto de 2015, UFSCar): voltado a editores científicos, bibliotecários, pesquisadores e outros interessados em editoração

científica, o evento contou com a participação de profissionais da Comissão do Portal de Periódicos da universidade, editores e professores que atuam na área, com o propósito de apresentar à comunidade científica o novo portal que reúne em plataforma *on-line* todos os periódicos vinculados à UFSCar. Neste caso, interessamos o material reunido na página do Portal¹⁹, as notícias sobre publicações científicas veiculadas por lá e as apresentações feitas no dia do evento (cf. Anexo 17), às quais conseguimos acesso com a organização do evento por *e-mail*. Os temas abordados na ocasião foram:

- os periódicos editados na UFSCar: breve panorama;
 - periódicos brasileiros: o atual momento da SciELO;
 - demonstração do Portal de Periódicos da UFSCar;
 - internacionalização da produção científica: diferença entre áreas e desafios das revistas brasileiras.
- Autoria e plágio na redação científica (novembro de 2015, UFSCar): a palestra, ministrada pelo Prof. Dr. Marcelo Krococz, um dos participantes frequentes do CEC-ABEC, tratou de questões relativas à produção e à publicação de textos científicos, sobretudo artigos. Na ocasião, pudemos coletar informações importantes acerca dos imaginários sobre escrita científica que circulam na academia, especialmente nas áreas de ciências exatas e naturais, informações essas pertinentes para a discussão sobre escrita científica que os materiais em análise suscitam na Parte II deste trabalho.

Quanto à coleta de materiais *on-line* referentes a cursos e ofertas de serviços editoriais, acompanhamos *e-mails* institucionais da UFSCar com divulgação de notícias e eventos, *e-mails* encaminhados pela rede acadêmica de pesquisa da qual participamos (professores, alunos e demais pesquisadores da universidade), páginas de notícias como a da ABEC²⁰, da Fapesp²¹, da Revista Pesquisa Fapesp²², da Capes²³, do CNPq²⁴, do Portal de Periódicos da UFSCar²⁵ e da universidade do livro (Unil)²⁶, das quais assinamos também os boletins semanais de atualização, e ainda o perfil na rede social *Facebook* de páginas como a

¹⁹ Disponível em: <<http://www.periodicos.ufscar.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

²⁰ Disponível em: <<http://www.abecbrasil.org.br/novo/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

²¹ Disponível em: <<http://www.fapesp.br/secao/noticias>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

²² Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

²³ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

²⁴ Disponível em: <<http://cnpq.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

²⁵ Disponível em: <<http://www.periodicos.ufscar.br/noticias>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

²⁶ Disponível em: <<http://editoraunesp.com.br/unil>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP – SIBiUSP²⁷, da ABEC²⁸, da Agência Fapesp²⁹, da editora Springer³⁰ e da SciELO Network³¹.

Dos materiais reunidos durante essa coleta, temos o *folder* de divulgação de um curso da UNIL sobre a estruturação de “artigos científicos de alto nível”, o boletim semanal de notícias UFSCar sobre oferta de treinamento pela editora Thomson, um *e-mail* sobre a oferta de serviço editorial *Proof-reading-services Formatting Your Article To Meet Journal Guidelines*, uma notícia da página da Fapesp sobre a seleção de cursos de comunicação científica, a divulgação de um artigo científico no *Facebook* do SIBiUSP, entre outros (cf. Anexo 18).

Esses materiais são alguns exemplos do que circula nesse tipo de página sobre os temas *comunicação científica e editoração científica*, por isso também constituem nosso *corpus* na medida em que amparam as discussões acerca dos expedientes da mediação editorial e suas condicionantes. Sobre estes, fazemos alguns esclarecimentos a seguir.

Regulamentação e gestão de periódicos científicos no Brasil

Assim como todos os materiais submetidos à publicação são condicionados por algum tipo de norma, o tratamento editorial de periódicos científicos precisa atender a alguns critérios específicos que regem a produção e a circulação de seus produtos. Antes de considerar os manuais e protocolos adotados por cada revista em seus processos de edição, todas elas se baseiam em um conjunto de normas que visam regulamentar e avaliar esses processos e, então, classificá-las.

Isso se estende, conseqüentemente, a quem publica nessas revistas, os professores e pesquisadores, aos profissionais que trabalham nessas revistas, sobretudo os editores e pareceristas (que também são professores e/ou pesquisadores), e às instituições que os reúnem em centros de formação e pesquisa, as universidades e os programas de pós-graduação.

²⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/sibiusp/?fref=photo>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

²⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/ABECBRASIL/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

²⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/agfapesp/info/?tab=page_info>. Acesso em: 26 jul. 2016.

³⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/SpringerdoBrasil/?ref=feed_chaining>. Acesso em: 26 jul. 2016.

³¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/SciELONetwork/info/?tab=page_info>. Acesso em: 26 jul. 2016.

No Brasil, toda essa rede é gerida por duas agências: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), uma fundação do Ministério da Educação (MEC) que visa expandir e consolidar a pós-graduação brasileira³², e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), uma biblioteca eletrônica que, resultado de um projeto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme), com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), reúne periódicos científicos brasileiros na Coleção SciELO Brasil, com o objetivo de proporcionar acesso aberto às revistas indexadas³³.

Entre as funções da Capes, estão a avaliação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), a promoção do acesso à produção científica e sua divulgação, o investimento na formação de recursos de alto nível no país e no exterior e a promoção da cooperação científica internacional (CAPES, 2012). Segundo a agência, a chamada *Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação* visa garantir a qualidade dos cursos brasileiros de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado e tem como objetivos:

- certificação da qualidade da pós-graduação brasileira (referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa);
- identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento no SNPG [Sistema Nacional de Pós-Graduação] para orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional. (CAPES, 2014a)

Para isso, são propostas avaliações trienais divididas em dois processos, um referente à entrada de novos cursos de mestrado e doutorado no SNPG e outro referente à permanência desses cursos nesse Sistema, os quais acontecem a partir dos seguintes fundamentos:

- Reconhecimento e confiabilidade fundados na qualidade assegurada pela análise dos pares;
- Critérios debatidos e atualizados pela comunidade acadêmico-científica a cada período avaliativo;
- Transparência: ampla divulgação das decisões, ações e resultados:
 - no portal da CAPES;
 - nas páginas das áreas de avaliação. (CAPES, 2014a)

³² Informações disponíveis em <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/80-conteudo-estatico/acesso-a-informacao/5418-competencias>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

³³ Mais informações em <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

Essa avaliação, orientada por uma diretoria específica da Capes (Diretoria de Avaliação) e realizada por meio de consultores *ad hoc* da comunidade acadêmica, a partir de critérios estabelecidos pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), é feita em 49 áreas³⁴, chamadas pela Capes de *áreas de avaliação*, que são agregadas em dois níveis, o de Colégios e o de Grandes Áreas, estruturação organizada pelo critério de afinidade. Temos, assim, três Colégios e nove Grandes Áreas, nas quais as áreas de avaliação são distribuídas da seguinte forma:

Figura 1.1 Captura de tela do quadro de áreas situadas no Colégio de Ciências da Vida

| COLÉGIO DE CIÊNCIAS DA VIDA | | |
|---------------------------------|-------------------------|-------------------|
| CIÊNCIAS AGRÁRIAS | CIÊNCIAS BIOLÓGICAS | CIÊNCIAS DA SAÚDE |
| Ciência de Alimentos | Biodiversidade | Educação Física |
| Ciências Agrárias I | Ciências Biológicas I | Enfermagem |
| Medicina Veterinária | Ciências Biológicas II | Farmácia |
| Zootecnia / Recursos Pesqueiros | Ciências Biológicas III | Medicina I |
| | | Medicina II |
| | | Medicina III |
| | | Nutrição |
| | | Odontologia |
| | | Saúde Coletiva |

Fonte: [site](#) da Capes.

Figura 1.2 Captura de tela do quadro de áreas situadas no Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar

| COLÉGIO DE CIÊNCIAS EXATAS, TECNOLÓGICAS E MULTIDISCIPLINAR | | |
|-------------------------------------------------------------|-----------------|---------------------|
| CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA | ENGENHARIAS | MULTIDISCIPLINAR |
| Astronomia / Física | Engenharias I | Biotecnologia |
| Ciência da Computação | Engenharias II | Ciências Ambientais |
| Geociências | Engenharias III | Ensino |
| Matemática / Probabilidade e Estatística | Engenharias IV | Interdisciplinar |
| Química | | Materiais |

Fonte: [site](#) da Capes.

³⁴ Embora em algumas páginas do *site* da Capes sejam contabilizadas 48, discrepância dada provavelmente pela falta de atualização dessas páginas.

Figura 1.3 Captura de tela do quadro de áreas situadas no Colégio de Humanidades

| ▼ COLÉGIO DE HUMANIDADES | | |
|--------------------------------------------|---------------------------------------------|-----------------------------|
| CIÊNCIAS HUMANAS | CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS | LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES |
| Antropologia / Arqueologia | Administração, Ciências Contábeis e Turismo | Artes / Música |
| Ciência Política e Relações Internacionais | Arquitetura e Urbanismo | Letras / Linguística |
| Educação | Ciências Sociais Aplicadas | |
| Filosofia | Direito | |
| Geografia | Economia | |
| História | Planejamento Urbano e Regional / Demografia | |
| Psicologia | Serviço Social | |
| Sociologia | | |
| Teologia | | |

Fonte: [site](#) da Capes.

Dentro de cada área de avaliação, temos organizadas as Áreas do Conhecimento, classificação feita para tornar prática a sistematização e a prestação de informações por parte das instituições a órgãos gestores de ciência e de tecnologia (CAPES, 2014b). Assim, a agência disponibiliza a Tabela de Áreas do Conhecimento/Avaliação³⁵, que estabelece uma hierarquização dessas Áreas em quatro níveis (do mais geral ao mais específico):

- 1º nível – Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento, em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos;
- 2º nível – Área do Conhecimento (Área Básica): conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas;
- 3º nível – Subárea: segmentação da área do conhecimento (ou área básica) estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados;
- 4º nível – Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas básicas e subáreas. (CAPES, 2014b)

³⁵ Disponível em <<https://goo.gl/GhDfv>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

Temos, então, as nove Grandes Áreas apresentadas nas Figuras 1.1, 1.2 e 1.3, nas quais as 49 áreas de avaliação/Áreas do Conhecimento são agrupadas, cada uma com suas subáreas que, por sua vez, contemplam diferentes especialidades – as quais podem aparecer em mais de uma Grande Área, Área do Conhecimento ou Subárea.

Figura 1.4 Captura de tela da Tabela de Áreas do Conhecimento/Avaliação da Capes (no recorte: 1º nível em azul; 2º nível em vermelho; 3º nível em *bold*; 4º nível em redondo)

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

| | |
|--------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| 1000003 | CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA |
| ÁREA DE AVALIAÇÃO: MATEMÁTICA / PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA | |
| 1010008 | MATEMÁTICA |
| 10101004 | ALGEBRA |
| 10101012 | CONJUNTOS |
| 10101020 | LÓGICA MATEMÁTICA |
| 10101039 | TEORIA DOS NÚMEROS |
| 10101047 | GRUPO DE ALGEBRA NÃO-COMUTATIVA |
| 10101055 | ÁLGEBRA COMUTATIVA |
| 10101063 | GEOMETRIA ALGÉBRICA |
| 10102000 | ANÁLISE |
| 10102019 | ANÁLISE COMPLEXA |
| 10102027 | ANÁLISE FUNCIONAL |
| 10102035 | ANÁLISE FUNCIONAL NÃO-LINEAR |
| 10102043 | EQUAÇÕES DIFERENCIAIS ORDINÁRIAS |
| 10102051 | EQUAÇÕES DIFERENCIAIS PARCIAIS |
| 10102060 | EQUAÇÕES DIFERENCIAIS FUNCIONAIS |
| 10103007 | GEOMETRIA E TOPOLOGIA |
| 10103015 | GEOMETRIA DIFERENCIAL |
| 10103023 | TOPOLOGIA ALGÉBRICA |
| 10103031 | TOPOLOGIA DAS VARIEDADES |
| 10103040 | SISTEMAS DINÂMICOS |

Fonte: Capes, 2014c.

Dada essa organização, a Capes disponibiliza documentos de área e relatórios de avaliação³⁶, que juntamente com as fichas de avaliação³⁷ são considerados referenciais de seus processos avaliativos de cursos de mestrado e doutorado novos e em funcionamento, expressando seus resultados. De acordo com a agência,

Os cursos de mestrado profissional, mestrado (acadêmico) e doutorado avaliados com nota igual ou superior a "3" são recomendados pela CAPES ao reconhecimento (cursos novos) ou renovação do reconhecimento (cursos em funcionamento) pelo Conselho Nacional de Educação – CNE/MEC. (CAPES, 2016b)

³⁶ Em <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/paginas-das-areas>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

³⁷ Em <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/dados-do-snp/cursos-recomendados-reconhecidos>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

As fichas de avaliação de cada curso podem ser consultadas na Plataforma Sucupira³⁸, uma ferramenta da Capes criada em 2014 para coleta e disponibilização de informações, realização de análises e avaliações. Base de referência do SNPG, a plataforma reúne processos, procedimentos e informações pertinentes aos programas de pós-graduação brasileiros, tornando acessíveis informações sobre dados cadastrais, linhas de pesquisa, docentes, discentes, disciplinas, financiamentos, produção intelectual, entre outras.

No que diz respeito à classificação da produção intelectual, a Capes propõe a avaliação de livros, produções artísticas e periódicos científicos. No caso dos periódicos, que nos interessam mais diretamente nesta pesquisa, utiliza um sistema chamado de *Qualis-Periódicos*³⁹ “para classificar a **produção científica dos programas de pós-graduação** no que se refere aos **artigos publicados em periódicos científicos**” (CAPES, 2016a, grifos do site).

A classificação dos periódicos, que visa compreender a importância relativa destes para cada área, é feita por comitês de consultores de cada área de avaliação com base em critérios previamente definidos nos documentos de área e aprovados pelo CTC-ES. Nesse sentido,

A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos.

A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade – A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C – com peso zero. (CAPES, 2016a)

Essa classificação pode atribuir a um mesmo periódico diferentes Qualis, já que este pode ser classificado em diferentes áreas de avaliação, o que propõe a valoração da pertinência dos artigos publicados em determinada área, e não do periódico como um todo. Porém, ainda que a Capes informe que essa estratificação não pretende qualificar periódicos de forma absoluta, é importante pontuar que os Qualis de cada revista são considerados na avaliação da produção docente e discente, para efeito de atribuição de bolsas e outros tipos de financiamento, classificação em concursos públicos para vagas em docência ou mesmo

³⁸ Disponível em <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.jsf>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

³⁹ Em <<https://goo.gl/xDqkxx>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

classificação dos programas de pós-graduação, uma vez que publicações em revistas A1 ou C são pontuadas de maneiras diferentes na avaliação da produção acadêmica⁴⁰.

Cada área de avaliação pode definir critérios mais ou menos específicos para a classificação dos periódicos. Apesar de diversos – e em grande parte questionáveis, como discutiremos na seção seguinte –, alguns critérios são mais usuais do que outros e, por isso, mais recorrentes em publicações sobre bibliometria ou eventos de editoração científica. Exemplos disso são o Fator de Impacto e o índice H, chamados pela Ciência da Informação de *índices bibliométricos*, e a indexação.

Consultado na JCR – Journal Citation Reports⁴¹, uma base de dados publicada pelo indexador de periódicos ISI – Institute for Scientific Information e editada pela empresa Thomson Reuters, o Fator de Impacto (FI) é uma média do número de citações de artigos publicados em um determinado período e visa indicar a relevância de um periódico para suas áreas de interesse. Seu cálculo é feito anualmente a partir da divisão do número de vezes que artigos publicados no biênio anterior ao ano de avaliação foram citados por revistas indexadas no período pelo número total de materiais citáveis⁴² publicados nesse biênio. Quanto maior o FI de uma revista, mais importante ela é considerada para suas áreas de avaliação.

Já o índice H é a média da produtividade de um pesquisador (autor) a partir de seus artigos mais citados, com vistas a medir seu impacto na área em que publica. Assim, um autor com índice H igual a 10 tem 10 artigos publicados que receberam 10 ou mais citações. Esse índice pode ser verificado nas bases de dados Web of Science⁴³ e Scopus⁴⁴, e também pode ser utilizado para ranquear periódicos, programas de pós-graduação e universidades.

A indexação é a documentação de informações sobre periódicos em uma determinada base de dados, o que “consiste em recuperar, selecionar e exprimir – por meio de termos pertencentes a uma ou várias linguagens documentais – as informações contidas nos documentos” (SANTOS, 2011, p. 7). Para que uma revista esteja indexada, é preciso que conste em uma base de dados, o que tem o objetivo de facilitar o acesso de usuários a informações sobre títulos e artigos publicados e, assim, contribuir para a visibilidade das

⁴⁰ Na escala Qualis Capes, essa pontuação varia por área de avaliação, mas geralmente um periódico A1 corresponde a 100 pontos e um C corresponde a peso zero.

⁴¹ Disponível em <<http://thomsonreuters.com/en/products-services/scholarly-scientific-research/research-management-and-evaluation/journal-citation-reports.html>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

⁴² Em geral, são considerados “materiais citáveis” a maioria dos tipos de artigos e notas publicados em periódicos, com exceção dos editoriais.

⁴³ Em <<https://goo.gl/7WDsc9>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

⁴⁴ Na página <<http://www.americalatina.elsevier.com/sul/pt-br/scopus.php>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

publicações. Na avaliação de periódicos, importa se uma revista é indexada ou não e qual sua base de indexação, sendo as bases de dados mais comuns (entre as de abrangência temática) a Web of Science, o Scopus e a SciELO.

Alguns desses critérios também são considerados pela Capes para a inclusão de publicações na coleção do seu Portal de Periódicos⁴⁵, que, criado em 2000,

oferece acesso a textos completos disponíveis em mais de 37 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e à a [sic] diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses e dissertações dentre outros tipos de materiais, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na web. (CAPES, 2016b)

Na coleção, o Portal inclui periódicos nacionais avaliados pelo Qualis, além dos distribuídos pela SciELO. Para que um periódico seja incluído no Portal, precisa atender aos requisitos da Diretoria da Capes: “a. títulos nacionais com circulação local, nacional e internacional; b. títulos classificados em nível A e/ou B; c. títulos com textos completos dos artigos em formato eletrônico; d. títulos de acesso gratuito na internet.” (CAPES, 2014b).

A SciELO, por sua vez, embora não se proponha diretamente uma agência de regulamentação e fomento da produção científica brasileira, é responsável por sua distribuição, já que o Projeto Fapesp/Bireme/CNPq de que resulta tem como objetivo desenvolver uma metodologia para o armazenamento, a disseminação, a preparação e a avaliação dessa produção (SCIELO, 2016b).

Criada em 1997 como um projeto piloto e operando regularmente desde 1998, constitui-se como um modelo de publicação eletrônica de periódicos científicos desenvolvido “para responder às necessidades da comunicação científica nos países em desenvolvimento e particularmente na América Latina e Caribe” (SCIELO, 2016c), com vistas a proporcionar

uma solução eficiente para assegurar a visibilidade e o acesso universal a sua literatura científica, contribuindo para a superação do fenômeno conhecido como ‘ciência perdida’⁴⁶. O Modelo SciELO contém ainda procedimentos integrados para medir o uso e o impacto dos periódicos científicos. (nota de rodapé nossa)

⁴⁵ Disponível em <https://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pcollection&mn=70&smn=79&cid=94>. Acesso em: 07 dez. 2016.

⁴⁶ O sintagma “ciência perdida” remete à baixa presença de publicações sobre pesquisas produzidas nos países em desenvolvimento nos índices internacionais.

Esse Modelo é formado por três componentes: a Metodologia SciELO, sua aplicação na operação de *sites* de coleções de revistas eletrônicas e o desenvolvimento de alianças entre atores nacionais e internacionais da comunicação científica. Essa Metodologia

permite a publicação eletrônica de edições completas de periódicos científicos, a organização de bases de dados bibliográficas e de textos completos, a recuperação de textos por seu conteúdo, a preservação de arquivos eletrônicos e a produção de indicadores estatísticos de uso e impacto da literatura científica. (SCIELO, 2016c)

Assim, a SciELO também se configura como uma base de indexação de revistas, reunindo em sua coleção periódicos brasileiros selecionados a partir de critérios estabelecidos por um Comitê Consultivo. Esse Comitê é formado por 10 membros – o Diretor do Programa SciELO, que coordena o Comitê, cinco editores representantes das áreas de Ciências Agrárias, Biológicas, Exatas, Humanas e Letras, Linguística e Artes, e quatro representantes institucionais da Abec, Fapesp, CNPq e Capes – e visa

analisar, discutir e propor recomendações nas seguintes áreas temática [sic] e linhas de ação:

- a. O aperfeiçoamento do caráter científico da Coleção SciELO Brasil como um todo e dos periódicos individualmente;
- b. A inclusão de novos periódicos na coleção;
- c. A exclusão de periódicos da coleção;
- d. A avaliação periódica do desempenho da Coleção SciELO Brasil como um todo e dos periódicos individualmente, com base nas estatísticas e indicadores bibliométricos de uso e impacto;
- e. A atualização dos critérios de avaliação para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil;
- f. A definição e o aperfeiçoamento do funcionamento do Comitê, de modo a cumprir eficientemente os objetivos anteriores. (SCIELO, 2011)

Para que um periódico seja incluído na Coleção SciELO Brasil, é preciso que passe por um processo de admissão que se inicia com a submissão do pedido do editor da revista para a avaliação, por meio de uma carta ao Comitê Consultivo enviada junto à documentação pertinente, seguida pelas etapas de “*pré-avaliação do periódico sobre o cumprimento das condições formais para a avaliação para o ingresso na Coleção SciELO Brasil, avaliação de formato e endogenia, avaliação de mérito científico por pares e a avaliação final do Comitê Consultivo.*” (SCIELO, 2016a, grifos do site).

Tanto para a admissão quanto para a permanência na Coleção, os periódicos devem atender aos critérios apresentados no documento *Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil*, cuja versão mais recente é de setembro de 2014. De acordo com esse documento,

Os critérios para avaliação, indexação e permanência de periódicos na Coleção SciELO, assim como a política e os procedimentos para a sua aplicação, foram discutidos originalmente no “Seminário sobre Critérios de Avaliação e Seleção de Periódicos Científicos”, realizado em abril de 1999 na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e aprovados para a sua adoção no Projeto SciELO. Desde então, o documento é atualizado periodicamente de modo a acompanhar a evolução e prioridades da Coleção SciELO Brasil. (SCIELO, 2014, p. 4)

Esses critérios avaliam desde o caráter científico dos periódicos, sua gestão editorial e periodicidade de publicação, até a forma de apresentação dos artigos. Porque a circulação e a visibilidade de um periódico estão inevitavelmente relacionadas à sua indexação, todas as revistas científicas buscam se adequar aos critérios⁴⁷ de portais como o da SciELO e o da Capes para constar em suas coleções, o que requer ajustes nem sempre benéficos, como veremos mais adiante, ao seu tipo de publicação.

Nesse sentido, as equipes editoriais estão sempre se reorganizando para trabalhar conforme as exigências dessas coleções, e aí entram os serviços de editoração científica, que serão melhor explorados na Parte II deste trabalho. Por ora, vejamos como a Geousp e a Rieb dialogam com as normas e dinâmicas apresentadas.

Geousp, Rieb e as humanidades

Os dois periódicos em estudo podem ser considerados, em amplas linhas, de *humanidades*, o que não é uma classificação óbvia se levarmos em conta a complexidade das áreas de avaliação da Capes, organizadas para a classificação de programas de pós-graduação e periódicos apresentada na seção anterior.

⁴⁷ Não apresentamos aqui todos os critérios de avaliação e classificação de periódicos da Capes ou da SciELO, visto que nesta seção pretendemos apenas contextualizar o cenário brasileiro de regulamentação e gestão de revistas científicas. Assim, colocaremos em relevo, ao longo da pesquisa, os critérios de maior relevância para nossas discussões.

A princípio, entendíamos que tanto a Rieb quanto a Geousp seriam consideradas revistas de Ciências Humanas com perfil Interdisciplinar – a Rieb pela diversidade de áreas que publica e a Geousp devido às duas especialidades da área de Geografia (física e humana) que contempla. Porém, ao consultarmos a estratificação Qualis na Plataforma Sucupira, disponível para os anos de 2011 a 2014, os resultados revelaram especificidades e divergências se comparados ao escopo declarado das duas revistas.

De saída, a Rieb não pode ser considerada uma revista de Ciências Humanas porque é classificada, nos quatro eventos consultados (2011, 2012, 2013 e 2014), em diferentes áreas do conhecimento das três Grandes Áreas do Colégio de Humanidades, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes, como é possível verificar, por exemplo, no Qualis 2014:

Figura 1.5 Captura de tela da Plataforma Sucupira – Qualis 2014, Rieb

The screenshot shows the 'Periódicos Qualis' search interface. The search criteria are: Evento de Classificação: Qualis 2014; Área de Avaliação: -- SELECIONE --; ISSN: (empty); Título: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros; Classificação: -- SELECIONE --. The search results table is as follows:

| ISSN | Título | Área de Avaliação | Classificação |
|-----------|---------------------------------------------------|--------------------------------------------|---------------|
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS | ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA | B3 |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS | ARQUITETURA E URBANISMO | A2 |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB) | ARQUITETURA E URBANISMO | A2 |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS | ARTES / MÚSICA | A2 |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB) | ARTES / MÚSICA | A2 |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS | CIÊNCIA POLITICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS | B1 |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS | ECONOMIA | B3 |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS | EDUCAÇÃO | A2 |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS | FILOSOFIA | A2 |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB) | INTERDISCIPLINAR | A2 |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS | LETRAS / LINGUÍSTICA | C |

Fonte: [Qualis Periódicos](#).

Embora esteja claro na apresentação de suas políticas editoriais, na página do SIBiUSP, que a revista visa “publicar artigos originais e inéditos, resenhas e documentos relacionados aos estudos brasileiros (História, Literatura, Artes, Música, Geografia,

Economia, Direito, Ciências Sociais, Arquitetura etc.)” (RIEB, 2016a), no Qualis 2013 também é classificada na área de Ciências Ambientais:

Figura 1.6 Captura de tela da Plataforma Sucupira – Qualis 2013, Rieb

| ISSN | Título | Área de Avaliação | Classificação |
|-----------|---------------------------------------------------|------------------------------|---------------|
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS | CIÊNCIAS AMBIENTAIS | B2 |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS | CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I | B4 |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS | INTERDISCIPLINAR | A2 |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB) | INTERDISCIPLINAR | A2 |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS | LETRAS / LINGÜÍSTICA | C |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB) | LETRAS / LINGÜÍSTICA | A2 |
| 2316-901X | REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS | SOCIOLOGIA | B3 |

Fonte: [Qualis Periódicos](#).

Isso significa que, no período avaliado, publicou artigos considerados de interesse direto para essa área, que, segundo a organização de áreas da Capes, está localizada no Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, mais especificamente na Grande Área Multidisciplinar. Essa classificação surpreende até verificarmos que a área Interdisciplinar, na qual a revista é estratificada nos quatro eventos de classificação consultados, também pertence à Grande Área Multidisciplinar do referido Colégio.

Para entendermos o que é considerado “Interdisciplinar” para a Capes, consultamos o documento de área mais recente, de 2013, o qual informa, na seção sobre o histórico da área, que:

A Área Multidisciplinar, criada em 1999, passou a ser designada Área Interdisciplinar em 2008, compondo a Grande Área Multidisciplinar.

[...]

Em função do expressivo número de cursos abrigados pela Área Interdisciplinar, buscou-se organizar suas atividades de maneira a responder ao desafio imposto pelo seu porte, ao mesmo tempo em que se preservava a qualidade das avaliações. A solução encontrada, em 2006, que de certo

modo consolidou a prática de organização dos trabalhos que vinha ocorrendo desde 2004, foi a criação de quatro Câmaras Temáticas: Câmara I - Meio Ambiente & Agrárias; Câmara II - Sociais & Humanidades; Câmara III - Engenharia, Tecnologia & Gestão; e Câmara IV - Saúde & Biológicas. Recentemente, com o desmembramento da Câmara I para a constituição de uma área específica (Ciências Ambientais – CiAmb), a Área foi reestruturada, apresentando atualmente a seguinte composição: Câmara I - Desenvolvimento & Políticas Públicas; Câmara II - Sociais & Humanidades; Câmara III - Engenharia, Tecnologia & Gestão; e Câmara IV - Saúde & Biológicas. (CAPES, 2013)

Ciências Ambientais, então, pertencia à área Interdisciplinar, o que pode explicar a estratificação da revista nessa área de avaliação no evento de 2013, já que o documento registra que seu desmembramento é recente. Ainda que a área Interdisciplinar pertença ao Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, a Rieb pode ser considerada uma revista de humanidades, pois mesmo nessa área é avaliada na Câmara Temática II - Sociais & Humanidades.

A Geosp é de natureza ainda mais heterogênea. Ao verificarmos sua estratificação na plataforma nos quatro eventos de classificação disponíveis, não é possível localizá-la nos Qualis 2013 e 2014 pelo ISSN – International Standard Serial Number atual, da revista eletrônica, mas pelo título *Geosp*, a partir do qual aparece a classificação com o ISSN antigo, referente à revista impressa. Nos Qualis 2011 e 2012, entretanto, a estratificação é encontrada normalmente pelo ISSN da revista eletrônica.

Figura 1.7 Captura de tela da Plataforma Sucupira – Qualis 2011, Geosp com ISSN atual

| ISSN | Título | Área de Avaliação | Classificação |
|-----------|------------------------|---------------------|---------------|
| 2179-0892 | GEOUSP: espaço e tempo | CIÊNCIAS AGRÁRIAS I | C |
| 2179-0892 | GEOUSP: espaço e tempo | GEOGRAFIA | A1 |

Fonte: [Qualis Periódicos](#).

Figura 1.8 Captura de tela da Plataforma Sucupira – Qualis 2012, Geousp com ISSN atual

Periódicos Qualis

Dados para Consulta

Evento de Classificação:
CLASSIFICAÇÃO DE PERIÓDICOS 2012

Área de Avaliação
-- SELECIONE --

ISSN:
 2179-0892

Título:

Classificação:
-- SELECIONE --

Consultar Cancelar

Periódicos

| ISSN | Título | Área de Avaliação | Classificação |
|-----------|------------------------|---------------------|---------------|
| 2179-0892 | GEOUSP: espaço e tempo | CIÊNCIAS AGRÁRIAS I | C |
| 2179-0892 | GEOUSP: espaço e tempo | CIÊNCIAS AMBIENTAIS | A2 |
| 2179-0892 | GEOUSP: espaço e tempo | EDUCAÇÃO | C |
| 2179-0892 | GEOUSP: espaço e tempo | GEOGRAFIA | A2 |

Fonte: [Qualis Periódicos](#).

Figura 1.9 Captura de tela da Plataforma Sucupira – Qualis 2013, Geousp com ISSN antigo

Periódicos Qualis

Dados para Consulta

Evento de Classificação:
Qualis 2013

Área de Avaliação
-- SELECIONE --

ISSN:

Título:
 Geousp

Classificação:
-- SELECIONE --

Consultar Cancelar

Periódicos

| ISSN | Título | Área de Avaliação | Classificação |
|-----------|--------------|---------------------------------------------|---------------|
| 1414-7410 | GEOUSP (USP) | ARQUITETURA E URBANISMO | B4 |
| 1414-7410 | GEOUSP (USP) | CIÊNCIAS AMBIENTAIS | B1 |
| 1414-7410 | GEOUSP (USP) | ENGENHARIAS I | B5 |
| 1414-7410 | GEOUSP (USP) | ENGENHARIAS III | B5 |
| 1414-7410 | GEOUSP (USP) | GEOCIÊNCIAS | B5 |
| 1414-7410 | GEOUSP (USP) | GEOGRAFIA | A2 |
| 1414-7410 | GEOUSP (USP) | PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA | B3 |

Fonte: [Qualis Periódicos](#).

Figura 1.10 Captura de tela da Plataforma Sucupira – Qualis 2014, Geousp com ISSN antigo

| ISSN | Título | Área de Avaliação | Classificação |
|-----------|--------------|---------------------|---------------|
| 1414-7416 | GEOUSP (USP) | CIÊNCIAS AMBIENTAIS | B1 |
| 1414-7416 | GEOUSP (USP) | EDUCAÇÃO | B5 |
| 1414-7416 | GEOUSP (USP) | GEOGRAFIA | A2 |

Fonte: [Qualis Periódicos](#).

Essa indefinição provavelmente se deve ao fato de a Geousp ter alterado o ISSN para a versão eletrônica apenas em 2014, apesar de não circular na versão impressa desde 2010 – segundo o editor da revista, “as editoras anteriores nem sabiam que deveria ser usado outro ISSN, o de revista em plataforma digital”, e “o modo como ela continuou é como se fosse impressa, o ISSN dela era da revista impressa” (Entrevista 2)⁴⁸. Ainda assim, esse ponto indica uma brecha no processo de avaliação da Capes, pois é exigido o uso de um ISSN próprio para a revista eletrônica que, na prática, não necessariamente é cobrado.

Com relação à sua classificação, a Geousp se considera “uma revista acadêmica na área de geografia” (GEOUSP, 2016). Entretanto, os Qualis consultados mostram que ela é estratificada em diversas outras áreas, distribuídas não só no Colégio de Humanidades, mas também no de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar e no de Ciências da Vida. Nos Qualis 2011 e 2012, por exemplo, é classificada na área de Ciências Agrárias I, no Qualis 2013, nas áreas de Engenharias I, Engenharias III e Geociências, e no Qualis 2014, na área de Ciências Ambientais.

⁴⁸ Para a identificação de dados retirados das entrevistas, adotamos como padrão a referência da entrevista mobilizada entre parênteses, de acordo com a sistematização feita no levantamento de dados disponível no Anexo 3.

Se observarmos as Políticas de Seção disponibilizadas no *site* da revista⁴⁹, os eixos temáticos *do ambiente e da sociedade, das questões agrícolas e agrárias e da cidade e do urbano* podem justificar, em certa medida, a classificação em algumas dessas outras áreas de avaliação, uma vez que artigos publicados nesses eixos podem ser considerados de interesse comum para essas áreas. Mesmo com tantas ressalvas, a Geousp também pode ser considerada uma revista de humanidades, pois as duas frentes que publica, geografia humana e geografia física, embora possam ter proximidade com outras áreas de conhecimento, estão essencialmente relacionadas às ciências humanas e sociais, ambas compreendidas no Colégio de Humanidades.

Imprecisões como essas nos dão notícia da complexidade do processo de avaliação de periódicos, dada a heterogeneidade da categorização de normas que, ora atendidas, ora renormalizadas, precisam ser consideradas no cotidiano de trabalho das revistas científicas. Dessa perspectiva, a Geousp e a Rieb lidam com diversos desafios para atender aos critérios de avaliação que as mantêm em funcionamento, seja por publicarem nas humanidades, seja por se configurarem como revistas acadêmicas. Tais desafios têm sido expressos pelos editores da Rieb em uma série de editoriais recentes da revista. No número 60, de abril de 2015, o texto começa com o seguinte alerta:

Há dois números, afirmamos a necessidade de os pesquisadores refletirem sobre os possíveis danos causados pela crescente fragmentação e descaracterização das revistas acadêmicas, algo facilitado pelos novos suportes digitais e pelos consequentes mecanismos de busca. De fato, parece-nos urgente a crítica de tal estado. Um dos sinais que indicam essa urgência é a progressiva substituição da avaliação qualitativa da pesquisa científica, da qual o artigo vem a ser um dos resultados, pela avaliação quantitativa baseada na lei de oferta e demanda. Não é difícil de perceber que esse tipo de avaliação tende a aplicar à esfera do conhecimento, de forma indiscriminada, uma relação elementar da esfera econômica e os procedimentos que lhe são associados. Com isso, dentre outros efeitos, corre-se o sério risco de ignorar as especificidades dos processos de maturação, assimilação e repercussão do trabalho científico nas Humanidades. Já é tempo de os periódicos discutirem de forma mais aprofundada o valor dessas ações, posicionando-se sobre as relações que devem pautar, em última análise, o sistema universitário brasileiro. (RIEB, 2015a)

⁴⁹ Em <<http://www.revistas.usp.br/geousp/about/editorialPolicies#sectionPolicies>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

A fragmentação e a descaracterização de revistas acadêmicas de que falam os editores nesse número, retomando o número 58, de junho de 2014, em que o apelo aparece pela primeira vez na revista, são consequências do funcionamento das bases de indexação de periódicos exigidas tanto pela Capes como pela SciELO – que também funciona como base, como visto anteriormente. Em geral, essas bases de dados não disponibilizam números completos das revistas, mas possibilitam, por meio dos mecanismos de busca comentados no editorial, acesso por artigo.

No Portal de Periódicos da Capes, a opção de busca por periódico dá acesso a um *link* para uma página da Coleção SciELO Brazil⁵⁰ em que consta um quadro com todos os números publicados pela revista pesquisada. Ao clicarmos, por exemplo, no número 60 da Rieb, temos acesso aos textos avulsos da revista e aos *abstracts* “em Inglês e em Português” (nessa ordem quando os textos estão nos dois idiomas), mas não ao número completo da revista em um único arquivo:

Figura 1.11 Capturas de tela da página da Rieb, n. 60 de 2015

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0020-387420150001&lng=en&nrm=iso

SciELO Brazil

issues | articles search

all previous current next author subject form home alpha

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros
Print version ISSN 0020-3874 On-line version ISSN 2316-901X

Table of contents
Rev. Inst. Estud. Bras. no.60 São Paulo Jan./Apr. 2015

- **Editorial**
 - Editorial
 - text in Portuguese
 - Portuguese (pdf epdf)
- **Articles**
 - **The "coronéis" - from Mendonça to Paulo Honório: notes about typicality and realism in S. Bernardo**
Bastos, Hermenegildo
 - abstract in English | Portuguese
 - text in Portuguese
 - Portuguese (pdf epdf)
 - **The peasant and the prosecutor of the poor: Barren Lives**
Pacheco, Ana Paula
 - abstract in English | Portuguese
 - text in Portuguese
 - Portuguese (pdf epdf)
 - **Haunted Farm - the figuration of slavery in the novel "Til", by José de Alencar**
Barbosa, Paula Maciel
 - abstract in English | Portuguese
 - text in Portuguese
 - Portuguese (pdf epdf)

⁵⁰ Disponível em <<https://goo.gl/ziXKYQ>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

• abstract in English | Portuguese • text in Portuguese • Portuguese (pdf epdf)

• **Cutting Blades: about three strategies to find the "human"**
Efrein Filho, Roberto

• abstract in English | Portuguese • text in Portuguese • Portuguese (pdf epdf)

• **The sad game of life: snooker and marginalization in two songs of João Bosco and Aldir Blanc**
Pinho, Marco Giacomini; Vicente, Rodrigo Aparecido

• abstract in English | Portuguese • text in Portuguese • Portuguese (pdf epdf)

• **Book Reviews**

• **Do Messianismo Populista à Distopia Contemporânea: os tortuosos percursos da modernidade literária brasileira na segunda metade do século xx**
Muran, Luciana

• text in Portuguese • Portuguese (pdf epdf)

• **Documents**

• **Book collecting in Manuel Correia de Andrade's intellectual trajectory**
Amoroso, Marta; Iumatti, Paulo Teixeira

• abstract in Portuguese • text in Portuguese • Portuguese (pdf epdf)

All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License

Edifício Brasiliana
Praça do Relógio Solar, 342 - Cidade Universitária
05508-050 São Paulo/SP Brasil
Tel: (55 11) 3091-1149
 revistaleib@usp.br

Fonte: Plataforma [SciELO Brazil](http://SciELO.Brazil).

O desmembramento de periódicos em artigos também é incentivado pelas agências de regulamentação de periódicos quando estas disseminam orientações que forcem cada vez mais essa medida. Segundo os assistentes editoriais da Rieb, “a SciELO informou via ofício que os artigos podem ser publicados conforme vão sendo aprovados. Como assim? Isso aqui é uma revista.” (Entrevista 1). Para a Rieb, o problema se agrava porque, além de publicada nas versões impressa e eletrônica, a revista também pode ter dossiês temáticos:

Os últimos números, por exemplo, têm dossiês, então como é possível publicar um artigo separado se ele é parte de um dossiê? Mas tudo é muito entendido como a interface de veiculação, então entender em que medida é possível dialogar o projeto gráfico de uma revista impressa com essas interfaces é um desafio. Diante disso, a proposta de um novo projeto gráfico vai de encontro com a tentativa de estabelecer algumas diretrizes nesse sentido, já que ter a mesma identidade [versão impressa e digital] vai ser muito difícil. (Entrevista 1)

Além de incidir sobre o trabalho das equipes editoriais das revistas (como veremos detalhadamente na Parte II), a fragmentação de periódicos, ao ser entendida como necessidade para a visibilidade destes ou mesmo para a democratização do acesso ao conhecimento, camufla os outros dois problemas apontados pelos editores da Rieb no referido editorial: a avaliação quantitativa da pesquisa científica em detrimento da qualitativa e a consequente inobservância das especificidades do trabalho científico nas humanidades. O questionamento sobre a quantificação da produção aparece também no início do editorial do número 61, de agosto de 2015, da Rieb:

O número 61 da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros cumpre a nova periodicidade quadrimestral da publicação. Ao mesmo tempo que isso permite um aumento do escoamento da produção científica na área de humanidades, o desafio da manutenção da qualidade se torna maior; afinal, estamos imersos numa cultura acadêmica que tende temerariamente a valorizar mais o plano quantitativo de sua produção. (RIEB, 2015b)

Os prós e contras do atual sistema de avaliação da produção acadêmica e de sua difusão para diferentes áreas do conhecimento têm sido discutidos por editores científicos do Brasil e do exterior. Lindsay Waters, editor da Harvard University Press, questiona desde 2004 o problema da quantificação da produção acadêmica nas humanidades. Em seu ensaio *Inimigos da esperança – publicar, perecer e o eclipse da erudição*, denuncia o modo como as publicações têm sido contabilizadas com foco na produtividade e a falta de interesse por aquilo que é publicado.

Falando mais diretamente do cenário acadêmico dos Estados Unidos e da publicação de livros, o editor alerta a nós, acadêmicos, sobre a necessidade de preservação da independência das atividades de escrita “antes que o mercado se torne nossa prisão e o valor do livro seja depreciado” (WATERS, 2006, p. 10).

Ao tratar do crescimento do que chama de “classe administrativa”, referindo os órgãos de avaliação e financiamento das universidades estadunidenses, Waters descreve uma “nova cultura acadêmica” construída “para estar em sincronia com o mercado” (p. 19). Nessa cultura, está em jogo o quanto os acadêmicos publicam, mas não necessariamente o que publicam:

Estamos experimentando uma crise generalizada das avaliações, que resulta de expectativas não razoáveis sobre quantos textos um estudioso deve publicar. Não estou dizendo que não haja boas publicações – isso está muito longe de ser o caso –, mas o que as boas publicações têm de bom se perde em meio a tantas produções que são apenas competentes e muitas mais que não são nem isso. Protesto em nome dos bons livros que se perdem na enxurrada de livros ruins. E não estou dizendo que as coisas medianas não devam ser publicadas. Os estudiosos precisam escrever. E, de fato, ainda é preciso que saiam muitas coisas mais do que só o que é excelente, porque o que é “excelente”, com frequência, apenas atende, hoje em dia, à definição atual do que é *quente* ou não objetável. (p. 25, grifo do autor)

A produtividade estimulada pela quantificação do trabalho acadêmico descaracteriza o entendimento do fazer científico, especialmente nas humanidades, que, por seus objetos e práticas, é diferente das ciências exatas e naturais em diversos sentidos. Como resultado, “as publicações acadêmicas se tornaram tarefas em série, como as peças que rolam pela esteira de uma linha de montagem. A produção é ofuscada, do mesmo modo que a recepção de tais produtos.” (p. 41-42).

No caso dos periódicos científicos, o incentivo à produtividade parece intimamente relacionado à imposição de critérios quantitativos de avaliação de revistas, difundidos pelas agências de regulamentação e gestão como sinônimos de qualidade, sem a proposta de reflexão sobre o efetivo impacto que causam nas diferentes áreas do conhecimento, sobretudo com relação à produção científica e editorial.

A própria exigência pela indexação de revistas em formato eletrônico, que desestimula a circulação de revistas impressas ou, pelo menos, dificulta seus expedientes, dá margem para o excesso de publicações sem conteúdo efetivamente relevante de que fala Waters. Sobre os efeitos da revista eletrônica, o editor da Geousp comenta:

A revista eletrônica tem um lado bom e um lado bastante complicado que é: você tinha um punhado de revistas, essas revistas que mantinham uma tradição, mas a produção acadêmica aumentou muito no Brasil; acho que a revista eletrônica responde a uma demanda que estava batendo na porta, então fica mais fácil de publicar porque você tem centenas de revistas eletrônicas. Agora, quem lê a revista eletrônica? Você acha um artigo ou outro quando você está ali produzindo uma tese ou uma dissertação ou um artigo, e as revistas tinham um prestígio maior de ser buscadas e dizer “oh, a revista x é a revista que traz não só artigos de pesquisa”, porque, se você olhar, a maior parte das revistas são revistas que trazem o quê? Resultados de pesquisa parciais ou sínteses de uma tese ou de uma dissertação, e então quem vai ler isso? Um público que também está ligado àquela temática, e não acho que esse deve ser o caminho das revistas que querem ser boas, que querem se destacar;

[...] a chegada da revista eletrônica produziu um efeito reverso, ou seja, democratizou? Democratizou, mas publicizou de tudo e fez o interesse baixar, então as pessoas citam umas às outras, mas por quê? Porque abriu-se essa possibilidade legal, normativa, técnica, né? Acho que um pouco a revista tem que se preocupar com isso. (Entrevista 2)

Essa preocupação com o que é publicado e com o público leitor da revista se relaciona diretamente com o critério de periodicidade, que, ao impor números mínimos de artigos e de volumes anuais para os periódicos, estimula o aceite de textos que talvez não

fossem publicados em um fluxo de produção mais condizente com o escopo da revista, ou seriam reunidos em uma seção específica, caso os prazos permitissem. Ao falar da mudança de periodicidade de semestral para quadrimestral, a assistente editorial e diagramadora da Rieb pontua:

Como, de acordo com a SciELO, a revista tem que publicar 25 artigos por ano, ficou definido dividir isso nos 3 números anuais, o que dá mais ou menos 9 artigos por número. A partir desse número [n. 60, de abril de 2015], a revista passou a ser quadrimestral – a SciELO publicou os novos parâmetros em setembro de 2014 e estes passaram a valer a partir de janeiro de 2015 –, então esse ano [2015] vai ser 60, 61 e 62, abril, agosto e dezembro. A SciELO definiu, nesses critérios, que as revistas não podem mais ser semestrais, mas, no mínimo, quadrimestrais, e o desejável é que sejam trimestrais. É muito trabalho para a equipe, que não cuida só da revista, mas de toda a divulgação do IEB. (Entrevista 4)

O excesso de trabalho de que fala a profissional é a realidade da grande maioria das revistas brasileiras de humanidades, que contam com recursos financeiros e estruturais muitas vezes precários ou limitados – não é por acaso que a assistente acumula duas funções na revista. A função de editor, que em periódicos de ciências exatas ou naturais tende a ser remunerada, geralmente é cumprida por professores e pesquisadores em jornada extra de trabalho e sem nenhuma remuneração.

No editorial do número 62, de dezembro de 2015, os editores da Rieb registram alguns dos desafios para a gestão da revista:

Este número da Revista do IEB vem a público como o primeiro editado pela nova Comissão Editorial, à frente do periódico a partir do segundo semestre de 2015. [...] Sabemos que são árduos os desafios para nos mantermos nos trilhos de sempre e nos novos que surgem, resultantes de novas políticas e práticas da produção e da divulgação científica, as quais afetam diretamente a administração das revistas universitárias.

Os critérios para que as revistas acadêmicas recebam conceitos avaliativos elevados obrigam a uma gestão administrativa e editorial profissional. Exigem que os periódicos se relacionem ativamente e efetivamente com a comunidade científica apresentando-se como um espaço importante de extroversão de pesquisas, de ideias, de discussões; como veículo de difusão do saber que não falhe em sua periodicidade, quantidade ideal e proporcionalidade das colaborações etc. Nada disso é simples na atual conjuntura, como sabemos.

No caso da Revista do IEB, seu caráter multidisciplinar demanda uma gestão editorial ainda mais complexa e sofisticada. Somos avaliados por diversas áreas do saber como Antropologia/Arqueologia; [...]. Por essa razão, e diferentemente das revistas especializadas (disciplinares), precisamos ter sob controle um expressivo rol de critérios específicos de diferentes campos do

saber, para garantir avaliações positivas das áreas que tradicionalmente encontram guarida em nossa Revista. Isso não é fácil e nem sempre é bem compreendido. Resistimos, convictos da importância das revistas que arriscam ser espaço de uma exposição de pesquisas originárias de diversas áreas nas humanidades. E que estimulam a produção de tramas multidisciplinares, que nos parecem imprescindíveis para ampliarmos os limites do conhecimento. (RIEB, 2015c)

Mais uma vez, as dificuldades em lidar com os mecanismos de avaliação de revistas são pontuadas, agora com uma ressalva sobre a complexidade disso “na atual conjuntura”, na qual, sabemos, a situação dos periódicos mantidos por universidades públicas tem se agravado, dados os cortes financeiros que essas instituições vêm sofrendo. No editorial do número 63 da Rieb, de abril de 2016, os editores novamente fazem observações sobre a importância de zelar pela qualidade das revistas frente ao atual sistema de publicações e aos sistemas eletrônicos de catalogação de periódicos:

Ao publicar e comentar a produção intelectual reunida neste número, queríamos, antes, apresentar um breve histórico da relação da Revista do *Instituto de Estudos Brasileiros* com os sistemas de informação científica eletrônica que hoje catalogam e divulgam os periódicos científicos, constituindo-se, na verdade, em bibliotecas científicas *online*. [...]

Vincular a Revista a esses sistemas científicos é aderir a uma necessidade inescapável. O que eles proporcionam em termos de multiplicação quantitativa de novos leitores não pode ser desprezado. Deve-se, de fato, admitir que esses sistemas introduzem um novo paradigma, difícil de ser imaginado antes, na circulação da informação científica. Jamais a informação científica circulou tanto e de forma tão democrática como atualmente. Porém, não é só o aspecto quantitativo que deve ser ressaltado. Essas bibliotecas digitais são zelosas quanto à qualidade das revistas que cadastram, divulgam e a que dão acesso. [...] A princípio, tudo isso pode acrescentar qualidade e credibilidade aos periódicos, mas há o risco de os sistemas imporem certa despersonalização ao campo da produção científica, que é necessariamente múltiplo, pois se compõe de diversos procedimentos de pesquisa, de diversificados tempos de maturação e de várias formas de exposição dos resultados. Zelar pela qualidade das revistas obriga cuidar para que esse avanço do sistema sobre o mundo da produção científica (como diria o filósofo Jürgen Habermas) seja contido dentro de limites aceitáveis, e que num contexto assim a originalidade e a criatividade não sejam constrangidas. (RIEB, 2016b, grifos dos autores)

Não é à toa que os editores da Rieb se debruçaram sobre as dificuldades de produção e gestão de revistas em cinco de suas publicações mais recentes. Também não é à toa a preocupação do editor da Geousp quanto aos prejuízos do formato eletrônico de periódicos. As condições de produção dos periódicos científicos das humanidades precisam ser discutidas, se quisermos, nos termos de Lindsay Waters (2006), “frear os vendilhões”.

Esse debate só será possível se nós, pesquisadores, editores, profissionais, autores e leitores da área, o propusermos. Isso significa não só resistirmos, na medida do possível, às imposições do sistema de publicações que parecem inadequadas às especificidades das áreas e, dentro delas, das diferentes formas de pesquisar, mas também implica retomarmos nossa função do que Waters refere por *faculdade de julgar*.

Ao discutir a importância fundamental do julgamento para as humanidades, o editor aponta os problemas da terceirização da avaliação quanto à decisão de estabilidade⁵¹ da carreira de um professor. A decisão, que, nos EUA, a cargo de órgãos externos à universidade, é tomada com base na quantidade de publicações, deveria, segundo o editor, ser tomada pelos demais professores da área, que realmente têm condições de analisar qualitativamente as publicações uns dos outros. Para Waters, essa terceirização é consequência da incerteza dos acadêmicos sobre o seu dever de julgar:

Uma razão pela qual nós, no mundo acadêmico, poderíamos ficar confusos quanto à nossa obrigação (como a concebo) de fazer juízos é que poderíamos acreditar que, em virtude do próprio mundo hierárquico em que vivemos na academia, ninguém realmente espera que exerçamos nosso juízo, ou quer que façamos isso, mesmo quando se trata de decisões sobre a estabilidade, que parecem pedir de nós algum julgamento. (p. 40)

Considerando o sistema brasileiro de avaliação de revistas, cada vez mais pautado em padrões e procedimentos internacionais, como as próprias agências pontuam, entendemos de nossos dados que os critérios para a avaliação de revistas das humanidades precisam dialogar mais diretamente com a realidade dos periódicos da área, seja com relação às agendas de pesquisa dos autores dos artigos ou aos recursos estruturais e financeiros de que dispõem para gestão dos dispositivos comunicacionais. Ainda que esses critérios sejam discutidos por comissões de especialistas de cada área de saber, o atual cenário indica que o consenso tem prevalecido sobre a resistência no momento de julgar o que é ou não conveniente para os periódicos de humanidades e, mais além, para sua relação com as atividades de produção e difusão do conhecimento.

A periodicidade de publicação exigida pelo SciELO, comentada anteriormente pela assistente editorial da Rieb, é um exemplo disso. Se observarmos o documento de

⁵¹ Por *estabilidade* entende-se o sistema de estabilidade da carreira de professores universitários adotado nos EUA.

critérios, políticas e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil, a seção sobre o fluxo de produção editorial prescreve que:

A periodicidade e o número de artigos publicados por ano são indicadores do fluxo da produção editorial do periódico e da produção científica da área temática que cobre. Os valores de referência requeridos pela indexação no SciELO dependem da área temática na qual o periódico é classificado. É também um indicador relacionado com a oportunidade e velocidade da comunicação.

A **Tabela 3** indica, para cada grande área temática, os valores mínimos esperados e recomendados para a periodicidade e número de artigos publicados por ano, a partir de 2015. (SCIELO, 2014, p. 14, grifo do documento)

Na referida tabela, as áreas de Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Ciências Sociais Aplicadas têm como exigência mínima a periodicidade quadrimestral, e recomendada, trimestral, com número anual de artigos mínimo entre 20 e 25 e recomendado entre 25 e 35:

Figura 1.12 Captura de tela da tabela de fluxo de produção editorial do documento SciELO

| Área temática | Periodicidade | | Número de artigos | |
|-----------------------------|---------------|-------------|-------------------|-------------|
| | Mínima | Recomendada | Mínimo | Recomendado |
| Agrárias | Trimestral | Bimestral | 60 | 75 |
| Biológicas | Trimestral | Bimestral | 65 | 85 |
| Engenharias | Trimestral | Bimestral | 48 | 60 |
| Exatas e da Terra | Trimestral | Bimestral | 45 | 55 |
| Humanas | Quadrimestral | Trimestral | 25 | 35 |
| Linguística, Letras e Artes | Quadrimestral | Trimestral | 20 | 25 |
| Saúde | Trimestral | Bimestral | 60 | 80 |
| Sociais Aplicadas | Quadrimestral | Trimestral | 25 | 35 |

Fonte: SciELO, 2014, p. 15.

Como atender a esses indicadores colocados como ideais para o fluxo da produção editorial de periódicos de humanidades se, para isso, o acúmulo de funções dentro das equipes editoriais tende a aumentar, assim como seus custos? Na Rieb, por exemplo,

assim que a revista entrou no SciELO, o volume da revista aumentou mais de 40%, a seguinte dobrou (tinha cerca de 200 páginas, pra encaixar no número de cadernos, e chegou a 400/500 páginas); como você faz se você tem um limite de 8 mil reais pra contratar uma impressão sem precisar fazer uma licitação pesada e tudo mais? Se for preciso fazer o pregão, não faz por menos de 60 dias se der tudo certo (se não tiver recurso nem nada, se a gráfica não atrasar). (Entrevista 1)

Mesmo para as revistas que optaram apenas pela circulação eletrônica, como a Geousp, os custos de produção também serão maiores, quando nem sempre é possível contar com novos orçamentos: “quando a revista passou para a plataforma eletrônica, passou-se a acreditar que não tinha custo algum porque é eletrônica, e o único custo que passou a arcar é usar uma bolsa de estagiário que o departamento tem para auxílio na revista” (Entrevista 2).

Como os dados apresentados nos mostram, são muitos os desafios impostos para a publicação de cada número de um periódico científico. Cada novo critério de avaliação exige mudanças nas rotinas editoriais que nem sempre se justificam com o fator *qualidade*, geralmente usado como argumento pelas agências de regulamentação da produção científica, mas questionado, entre outros editores pesquisadores, por Waters (2006), que aponta decréscimos especialmente com relação à quantificação da produção editorial.

A produtividade, nesse sentido, é estimulada não só para quem publica, os autores, mas também para quem viabiliza a circulação das publicações, os periódicos. Ao permitirmos a quantificação de todas essas formas de produção, estamos assumindo que há vantagem no regime que visa equiparar os periódicos de humanidades e os de exatas ou naturais, quando, nas práticas de trabalho, pode-se verificar que os protocolos de cada área são, muitas vezes, bastante distintos.

Cenas da enunciação e imaginários

Falamos, até aqui, da configuração discursiva da mediação editorial na comunicação científica, ao apresentar indícios das condições de produção de periódicos e a relação destas com a trajetória de constituição desta pesquisa. Para prosseguir na análise do cruzamento de discursivizações da comunicação científica e com os procedimentos de tratamento editorial de textos, a propósito do que pretendemos na Parte II deste trabalho, sempre neste quadro teórico, mobilizaremos como caminho metodológico a noção de *cenas da enunciação* (MAINGUENEAU, 2008b).

Ao empregarmos essa noção, entendemos que “a enunciação acontece em um espaço *instituído*, definido pelo gênero de discurso, mas também sobre a dimensão *construtiva* do discurso, que se ‘coloca em cena’, instaura seu próprio espaço de enunciação” (MAINGUENEAU, 2014a, p. 95, grifos do autor). Maingueneau (2008a) propõe que a cena de enunciação de um texto seja instituída a partir de três diferentes cenas: a *cena englobante*, a *cena genérica* e a *cenografia*.

A cena englobante relaciona-se ao tipo de discurso que se atualiza em um texto, “a seu estatuto pragmático” (p. 115) que dá condições de identificarmos em que cena nos situamos para compreendê-lo, dadas as atividades discursivas dos parceiros da enunciação marcadas espaço e temporalmente. Assim, ao recebermos

um panfleto na rua, devemos ser capazes de determinar se se trata de algo que remete ao discurso religioso, político, publicitário etc., ou seja, devemos ser capazes de determinar em que cena englobante devemos nos colocar para interpretá-lo, para saber de que modo ele interpela seu leitor. Caracterização mínima, é verdade, mas que nada tem de intemporal: ela define o estatuto dos parceiros e certo quadro espaciotemporal. Não se pode falar de cena administrativa, publicitária, religiosa, literária etc., para toda e qualquer sociedade e para toda e qualquer época, e as relações entre essas cenas variam de uma conjuntura a outra. (p. 115-116)

Já a cena genérica é definida por gêneros ou subgêneros de discurso, que implicam um “contexto específico” – “papéis, circunstâncias (em particular, um modo de inscrição no espaço e no tempo), um suporte material, uma finalidade etc.” (p. 116) – e explicitam quem são os participantes da enunciação: “num panfleto de campanha eleitoral, teremos um ‘candidato’ dirigindo-se a ‘eleitores’; num curso, teremos um professor dirigindo-se a alunos etc.” (p. 116).

Essas duas cenas se complementam e compõem o que Maingueneau (2008a) chama de *quadro cênico*, o qual, apesar de definir o espaço do tipo e do gênero do discurso, nem sempre se apresenta à primeira vista para o leitor, mas num segundo plano quando há a instauração de uma cenografia, que é “instituída pelo próprio discurso” (p. 116). Na cenografia, estão relacionadas as figuras de enunciador e coenunciador, bem como um momento e um lugar do discurso, respectivamente denominados de *cronografia* e *topografia* (p. 117):

Trata-se de três polos indissociáveis: em certo discurso político, por exemplo, a determinação da identidade dos parceiros da enunciação (“os defensores da pátria”, “cidadãos honestos”, “administradores competentes”, “excluídos” etc.) está em sintonia com a definição de um conjunto de lugares (“a França eterna”, “o país dos Direitos do homem”, “a encruzilhada da Europa”, “a Europa cristã” etc.) e com *momentos de enunciação* (“um período de crise profunda”, “uma fase de mutação econômica” etc.) a partir dos quais o discurso pretende ser proferido, de modo a fundar seu direito à palavra. (p. 117-118, grifo do autor)

A cenografia é definida, assim, como a textualização dos discursos, como “o lugar da manobra dos sujeitos, cujas posições dadas e herdadas via quadro cênico são trabalhadas na direção de um posicionamento, mais ou menos singular, conforme a institucionalidade do quadro, sua força de coerção, as brechas para resistência ou subversão.” (MOTTA; SALGADO, 2016, p. 57). Sua escolha, segundo Maingueneau (2008a), não é indiferente, já que o discurso se desenvolve a partir dela e, assim, “pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima” (p. 117).

Tal legitimação pode se dar a partir de diferentes cenas de fala sobrepostas para apoiar uma cenografia, as quais Maingueneau chama de *validadas*, isto é, “já instaladas na memória coletiva, seja a título de algo que se rejeita ou de modelo valorizado” (p. 127): “a ‘cena validada’ se apoia em um estereótipo descontextualizado, popularizado pela mídia. Produz-se no discurso uma interação entre cenografia e cena validada [...]” (p. 127).

Nesse sentido, esta primeira parte da pesquisa configura a cena englobante, situada no discurso científico, uma vez que a comunicação específica de que falamos (a comunicação científica) pressupõe esse tipo de discurso, que funciona como um discurso constituinte. Ainda que os discursos constituintes sejam definidos pela posição que ocupam no interdiscurso, “pelo fato de não reconhecerem discursividade para além da sua e de não poderem se autorizar senão por sua própria autoridade”, Maingueneau ressalta que, além de identificá-los, é preciso “compreender o modo de ‘constituição’ que os caracteriza” (p. 38).

Como “a ‘constituição’ não funciona de um único modo, ela adota tantos regimes quantos são os distintos discursos constituintes”, os quais “dão sentido aos atos da coletividade”, sendo “a garantia de múltiplos gêneros do discurso” (p. 38), entendemos que as condições de produção apresentadas acima delineiam a constituição do discurso científico no que se refere à comunicação científica, e balizam os ritos genéticos editoriais das duas revistas em estudo, cujos regimes de funcionamento serão explorados em termos de cena genérica e

cenografia a partir da organização dos dados coletados em duas categorias: os dispositivos comunicacionais de circulação restrita e os dispositivos comunicacionais de circulação pública.

Os dispositivos comunicacionais de circulação restrita situam os materiais reunidos como discursos *sobre* e *do* trabalho, isto é, discursos que dão acesso à percepção dos profissionais envolvidos na edição da Geousp e da Rieb quanto ao funcionamento dos processos de produção e de gestão das duas revistas – as entrevistas, os formulários limpos de parecer, os manuais e *checklists* de tratamento editorial e os próprios periódicos em estudo.

Os dispositivos comunicacionais de circulação pública situam, por sua vez, os materiais relacionados aos discursos *no* e *do* trabalho, discursos que têm relação mais direta com a instância da circulação dos processos de editoração científica nos ambientes acadêmicos e profissionais, e, assim, que dão notícia sobre os modos de difusão desses processos – os cursos, os eventos e as ofertas de serviços editoriais.

Embora ambas as categorias dialoguem sistematicamente com as normas apresentadas, uma vez que a regulamentação da produção científica é condição fundamental de sua existência, são os dispositivos comunicacionais de circulação pública que chamam a atenção para os imaginários sobre a publicação de textos científicos, e, então, sobre os expedientes de editoração e comunicação científica de que falamos. Nesse ponto, o trabalho de Rugoni (2015) sobre o imaginário do revisor de textos nos ritos genéticos editoriais nos traz uma perspectiva interessante, se considerarmos que os imaginários de que tratamos aqui também emergem de discursos produzidos pelos próprios profissionais de comunicação e editoração científica.

Ao analisar enunciados referentes às práticas de revisão de textos que circularam em páginas e fóruns especializados de redes sociais como o *Facebook* em 28 de março de 2013, dia do revisor, Rugoni (2015) pontua que suas formulações

se concretizam como enunciados possíveis dentro de determinadas comunidades discursivas devido às conjunturas históricas que marginalizam a prática de revisão de textos, possivelmente por não se considerar a complexidade que há nos processos editoriais, restringindo-os à mera correção gramatical ou a um trabalho sem grandes implicações, o que acarreta, por exemplo, a má remuneração ou a desvalorização desse profissional no mercado de trabalho. (p. 19)

Assim, construções como “Dia do: vai crase?” e “Dia do: É só uma olhadinha”, ao retomarem enunciados que remetem a imaginários frequentes sobre o trabalho do revisor de textos, apoiados na cena validada do revisor como um expert da língua, conhecedor de suas minúcias e corretor do texto,

apropriam-se do discurso de um outro (ou de um outro discurso?) – este outro que estigmatiza a prática da revisão de textos –, fazendo-o circular em um outro lugar, inscrevendo-se, assim, num posicionamento diferente, que, em vez de menosprezar a revisão de textos, busca negar tal discurso ao colocá-lo em evidência num campo discursivo outro: o dos fóruns de profissionais do texto. (p. 21)

Na comunicação científica, o problema da visibilidade/invisibilidade da etapa de revisão de textos com que nos deparamos e a questão da mediação editorial a que esse problema nos levou nos mostram que há imaginários que contribuem para que a revisão por pares seja mais valorizada do que a revisão de textos (e as demais etapas de tratamento editorial), da qual pouco ou nada se fala, por exemplo, nos eventos e cursos de editoração científica.

Esses imaginários, que possivelmente também têm relação com a marginalização da prática de revisão de que fala Rugoni (2015), põem em questão não só o desconhecimento sobre essa prática mesmo entre profissionais de editoração científica, mas seu apagamento, na medida em que os discursos que circulam em ambientes especializados como cursos e eventos lançam luz apenas sobre as técnicas de produção de artigos “de alto impacto” para publicação, e não sobre os ritos genéticos editoriais que possibilitam sua circulação.

Tal apagamento parece se dar por meio de mecanismos de apropriação semelhantes aos analisados por Rugoni (2015): a retomada ou a reformulação dos discursos normativos, instituídos pelas agências de regulamentação da produção de periódicos científicos, pelos atores inscritos na sua dinâmica de funcionamento, os editores – e não quaisquer editores, mas, com maior frequência, profissionais de revistas de ciências exatas ou naturais –, autorizados por imaginários sobre o papel institucional que desempenham e as formas de correspondência com seus pares que possivelmente promovem a instauração de cenas validadas, isto é, cenas consagradas por sua reiteração (adiante veremos isso nas análises de materiais de circulação pública).

Para compreendermos a produção desses imaginários a partir das cenografias que os evocam, consideramos que o lugar do sujeito é instituído por formações imaginárias, a partir do que Pêcheux (2014 [1969]) formula no quadro de posições-sujeito, ao propor que as condições de produção dos discursos estão sempre relacionadas às imagens que os interlocutores têm uns dos outros, conforme suas posições no interdiscurso:

Figura 1.13 Quadro de posições-sujeito de Pêcheux

| | Expressão que designa as formações imaginárias | Significação da expressão | Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente |
|---|------------------------------------------------|---------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| A | $I_A^{(A)}$ | imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A | "Quem sou eu para lhe falar assim?" |
| | $I_A^{(B)}$ | imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A | "Quem é ele para que eu lhe fale assim?" |
| B | $I_B^{(B)}$ | imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B | "Quem sou eu para que ele me fale assim?" |
| | $I_B^{(A)}$ | imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B | "Quem é ele para que me fale assim?" |

Fonte: Gadet e Hak, 2014 [1969], p. 82.

Assim, os sentidos são produzidos a partir de imaginários constituídos histórica e socialmente, e é nas maneiras de textualização que encontramos indícios do posicionamento dos sujeitos quanto aos estereótipos que validam ou não esses imaginários. A seguir, será possível verificar como os imaginários – neste caso, de língua, de ciência e de produção do conhecimento – são tecidos nos dispositivos comunicacionais de circulação pública e, então, como se refletem no apagamento da mediação editorial explicitada nos dispositivos comunicacionais de circulação restrita.

Parte II

Ritos genéticos editoriais, suportes de inscrição e meios de circulação

Temos vivenciado um período de constante multiplicação dos objetos, que impulsiona novos ritmos de produção, circulação e consumo de bens e serviços. Milton Santos (1997), em seu trabalho intitulado *Técnica espaço tempo – globalização e meio técnico-científico-informacional*, propõe que entendamos esse período como *técnico-científico-informacional*, isto é, como um período caracterizado por um meio no qual “a ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço”, constituindo, assim, “a cientificização e a tecnicização da paisagem [...], a informatização, ou, antes, a informacionalização do espaço.” (p. 24).

Nessa perspectiva, o geógrafo pontua que esse meio está intimamente relacionado à aceleração contemporânea, compreendendo que *aceleração* “são momentos culminantes na História, como se abrigassem forças concentradas, explodindo para criar o novo” (p. 12),

são, na verdade, acelerações superpostas, concomitantes, as que hoje assistimos. Daí a sensação de um presente que foge. Esse efêmero não é uma criação exclusiva da velocidade, mas de outra vertigem, trazida com o império da imagem e a forma como, através da engenharia das comunicações, ao serviço da mídia, ela é engendrada, um arranjo deliberadamente destinado a impedir que se imponham a ideia de duração e a lógica da sucessão. (p. 12-13)

No que diz respeito à ciência, ela é parte fundamental disso: estamos diariamente expostos a novas técnicas e tecnologias que contribuem para nossa constituição como sociedade, redirecionam costumes, crenças e práticas cotidianas, ao mesmo tempo em que se reinventam e são reinventadas dinamicamente. Nesse contexto, a informação tem funções fundamentais, como o exercício da cidadania e a condução do desenvolvimento técnico-científico, atuando como um importante instrumento de poder (TARGINO, 1999).

A consagração de uma *era da informação*, iniciada no século XX, dá notícia da capacidade transformadora dos fluxos informacionais, especialmente se considerarmos o ciberespaço – que, em linhas gerais, pode ser entendido como um espaço de grandes fluxos

multimodais de comunicação. O consumo da informação – ou do que circula caracterizado como informação – e dos objetos comunicacionais que pretendem tornar essa informação acessível nos mobiliza como participantes desse fluxo transitivo de conhecimento, inclusive – e talvez especialmente – quando falamos de ciência.

Na dinâmica ciência-informação, é preciso distinguir informação de conhecimento. Para Targino (1999, p. 9), “a emissão maciça de dados, números e fatos não garante a produção de conhecimento. A informação é capaz de produzir conhecimento ou não, da mesma forma que o dado pode produzir informação ou não.”. Dessa perspectiva, o conhecimento só se concretiza a partir da informação, que, por sua vez, é disseminada por meio da comunicação.

Ao tratarmos mais especificamente do conhecimento científico, a comunicação pode ser entendida como um processo de mediação que possibilita a difusão da ciência das mais variadas formas, seja para além de um público especializado, o que caracteriza a *divulgação científica*, seja entre os pares, configurando o que se denomina *comunicação científica*.

No importante trabalho intitulado *A comunicação científica*, Meadows (1999) fala do modo como as mudanças ao longo do tempo atuam em diferentes campos de pesquisa no que diz respeito à comunicação. De acordo com o autor, “ninguém pode afirmar quando foi que se começou a fazer pesquisa científica e, por conseguinte, quando, pela primeira vez, houve comunicação científica”, embora se saiba que “as atividades mais remotas que tiveram impacto na comunicação científica moderna foram inquestionavelmente as dos gregos antigos.” (p. 3).

Os gregos, ao se valerem da fala e da escrita de diferentes formas, por exemplo, em seus debates filosóficos nos anos V e IV a.C., deram início ao que entendemos hoje como “simpósios” ou eventos científicos, e, ainda, aos primeiros manuscritos, que tiveram como uma importante contribuição as obras de Aristóteles: “seus debates, em geral, precariamente conservados em manuscritos copiados repetidas vezes, influenciaram primeiro a cultura árabe e depois a Europa ocidental.” (p. 3). A partir do século XV, com a introdução da imprensa de Gutenberg na Europa, a circulação de textos impressos aumentou significativamente, bem como a produção de livros por ano, e essa mudança provocou um grande impacto na difusão de informações, ainda que grande parte desses livros não fosse de cunho científico:

O ano de 1543, por exemplo, assistiu à publicação tanto da obra que fundou a astronomia moderna – *De revolutionibus orbium coelestium* [Das revoluções dos corpos celestes], de Copérnico” – quanto da primeira obra moderna sobre anatomia humana – *De humani corporis fabrica* [Da estrutura do corpo humano], de Vesálio. Esta, em particular, representou um passo avante na apresentação das pesquisas, pois incluía ilustrações acuradas e minuciosas. (p. 3-4, grifos do autor)

Essa multiplicação dinâmica dos livros foi um grande passo para a rápida difusão de pesquisas, e mobilizou na Europa o crescimento dos correios não governamentais, que já funcionavam junto aos correios oficiais para o transporte de materiais escritos e impressos, dando origem, no século XVI, aos sistemas postais, mais ou menos do modo como conhecemos hoje, ou ao que Meadows chama de “serviços de comunicação”, que estimularam a difusão de notícias, já que surgiram junto aos jornais:

Logo depois de a tipografia ter surgido na Europa, começaram a ser produzidas folhas noticiosas, de caráter oficial ou não-oficial, que descreviam acontecimentos de particular interesse. Tratava-se, principalmente, de produtos locais que focalizavam um único acontecimento, porém logo se imbricavam com esquemas já existentes de transmissão de notícias manuscritas pela Europa. (p. 4)

Com o passar do tempo, essas notícias tomaram um caráter mais comercial, pois, como esses sistemas de comunicação ligavam grandes centros de comércio e, com isso, o interesse por esse tipo de informação cresceu, “muitas vezes era mais barato e mais fácil, para a difusão de notícias, valer-se de textos impressos ao invés de manuscritos”, e esse tipo de publicação resultou no “ancestral do jornal moderno, que também serviu de modelo para o surgimento da revista científica.” (p. 4).

O surgimento dos periódicos, que data da segunda metade do século XVII, teve como principal motivo “a necessidade de comunicação eficiente com uma clientela que crescia rapidamente interessada em novas realizações” (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2008, p. 3). Isso significou um avanço para a organização da ciência, pois

os canais existentes para a comunicação científica no século XVII – principalmente a comunicação oral, a correspondência pessoal e os livros – foram todos, em certa medida, modificados ou até mesmo substituídos gradativamente pela nova modalidade formal constituída pelos periódicos. (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2008, p. 3)

Nesse contexto, Meadows (1999) relata a relação de dois cenários em que as primeiras revistas se constituíram, o inglês e o francês. Em Londres, os grupos que se reuniam frequentemente para o debate de questões filosóficas formaram, em 1662, a Royal Society, uma instituição desde o início interessada nas questões relativas à comunicação. Um dos métodos a que o grupo recorreu para reunir informações do exterior foi eleger membros em outros países, que mantinham correspondência com o secretário da Sociedade, Henry Oldenburg, responsável por escrever e receber essas cartas, cujo volume “logo passou a ser um ônus enorme: a solução cada vez mais óbvia seria fazer uma publicação impressa, com as cartas mais importantes, e distribuí-la” (p. 6).

Em Paris, também havia pessoas assumindo funções como a do correspondente da Royal Society, quando uma delas, em 1665, “começou um periódico dedicado a publicar notícias sobre o que acontecia na Europa na ‘república das letras’” (p. 6), chamado *Journal des Sçavans* (alterado posteriormente para *Journal des Savants*), publicado em janeiro de 1665. Em março do mesmo ano, o conselho da Royal Society determinou que também passaria a publicar uma revista, chamada *Philosophical Transactions*, que, embora tenha surgido meses depois do *Journal des Sçavans*, é considerada, segundo Meadows (p. 7), a precursora do periódico moderno, já que a revista francesa se deteve em temas não científicos.

A criação das revistas científicas significou a “formalização do processo de comunicação” (p. 7), uma vez que elas substituíram muitos dos canais de comunicação usuais até então. Depois de séculos circulando praticamente no mesmo formato, é a partir do advento da internet, na década de 1990, que novas possibilidades se colocaram para as revistas científicas impressas, que, com o passar do tempo, ganharam espaço no meio digital.

Esse percurso mostra a complexidade da construção de um meio de funcionamento e organização do saber científico, que só pode se concretizar ao estabelecer práticas de comunicação indispensáveis à sua constituição, o que demanda lidar com uma comunicação especializada, a científica, e, conseqüentemente, com a produção e a gestão de periódicos como dispositivos comunicacionais, pois

na medida em que não existe investigação sem estratégias específicas de divulgação de seus resultados, ou seja, de reconhecimento entre os pesquisadores-concorrentes de um mesmo segmento, o periódico científico assume o papel de principal veículo formal da comunicação científica. (BOURDIEU, 1983; OLIVEIRA, 2005 apud GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2008, p. 4)

No cenário atual da comunicação científica, no qual tem se consolidado uma política de publicar para de fato validar o conhecimento produzido na academia, os periódicos científicos vêm se configurando como peças-chave dos jogos de poder que mobilizam o funcionamento da ciência como a conhecemos hoje. Além de registrar, consagrar e disseminar pesquisas, a busca de reconhecimento e visibilidade desses instrumentos tem suscitado discussões por parte de agências de regulamentação e fomento como a Capes e a SciELO, responsáveis por financiar pesquisas, avaliar e classificar periódicos e programas de pós-graduação, e, assim, condicionar diversas das atividades acadêmicas dependentes desses processos de valoração.

Essa logística implica lidar, ainda, com os fluxos de texto: a comunicação em rede e as tecnologias digitais desestruturam e reestruturam práticas de produção editorial até então correntes e efetivas, demandando aos estudos de tratamento editorial de textos uma nova configuração de categorias. Assim, refletir sobre essas práticas na comunicação científica requer uma abordagem não só do funcionamento de um conjunto de técnicas e normas voltadas à produção de periódicos, mas especialmente da relação desses expedientes com as instâncias normativas que atravessam o discurso científico e seus produtos.

Nessa relação, importam os modos de inscrição dos discursos normativos que, como visto na Parte I, regulamentam a produção e a circulação de periódicos científicos, na medida em que os avaliam e classificam. Os critérios Capes e SciELO são exemplos desses discursos, pois, ao definirem estratégias de gestão de revistas que almejam indexação e/ou permanência em seus portais, fator importante para a visibilidade e o reconhecimento de um periódico, bem como da produção intelectual de seus autores – os quais também estão sendo constantemente avaliados qualitativa e quantitativamente –, definem e condicionam as mudanças no cotidiano de trabalho das equipes editoriais que lidam com revistas acadêmicas.

Os dados mobilizados a seguir mostram que nem sempre esses critérios são condizentes com a realidade das revistas de humanidades, uma vez que parecem muito ligados ao modo de fazer e de publicar conhecimento nas áreas de ciências exatas ou naturais. Como funciona, então, o processo de produção de revistas nas humanidades? Como esse “modo de publicar” aparentemente característico de outras áreas do conhecimento incide sobre o modo de fazer ciência em humanidades e, assim, determina mudanças nas suas práticas de pesquisa e editoração científica?

Dada nossa hipótese de que o funcionamento dos ritos genéticos editoriais na comunicação científica, entendida como uma instituição discursiva, revela o apagamento dos modos de organização de diferentes comunidades discursivas, as particularidades desses ritos na Geousp e na Rieb dão indícios da heterogeneidade constitutiva do tratamento editorial de revistas científicas, que, por sua vez, revelam particularidades de modos de publicar nas humanidades. Tomando esses ritos como um conjunto de etapas, normas e técnicas adotadas no tratamento editorial de textos, que “orienta (e reorienta) arranjos, e desse modo é que participa da composição (e das recomposições) dos projetos editoriais” (SALGADO, 2011, p. 161), seguem algumas considerações sobre seus regimes de funcionamento nos materiais em estudo.

Revisão de textos e revisão por pares: circunscrições e produção de sentidos

Um ponto frequentemente levantado nos eventos e cursos sobre editoração científica é a contribuição de autores, editores e revisores, diferentes atores que participam do processo editorial de periódicos. Da submissão de um artigo até sua publicação, há várias etapas, das quais destacamos uma emblemática: a revisão. Diferentemente do que conhecemos na produção editorial como *revisão de textos*, o que se entende primeiramente por *revisão* na comunicação científica é uma etapa de avaliação, digamos, técnico-científica dos artigos por parte dos pares – autores legitimados a avaliar textos submetidos por colegas da mesma área.

Não há apenas um termo que define quem avalia artigos submetidos à publicação ou a própria prática de avaliação, mas uma variação deles: *revisor*, *revisor ad hoc*, *parecerista*, *avaliador*; *revisão*, *revisão por pares*, *parecer*, *peer review*. Olhado mais de perto, esse processo revela outra etapa designada pelo mesmo nome (*revisão*), agora, sim, a *revisão de textos*, que é pouco mencionada nos ambientes especializados em editoração científica. Enquanto a *revisão por pares* acontece logo quando o artigo é submetido ao periódico, após ser pré-avaliado pelo editor ou corpo editorial (dependendo da política editorial de cada revista), a *revisão de textos* se dá geralmente na sequência, quando o artigo é aceito para publicação. Em linhas gerais, enquanto aquela se volta para a avaliação do artigo no quesito pertinência técnico-científica, esta busca preparar o texto linguística e

discursivamente⁵² para a circulação pública, embora muitas vezes essas duas práticas estejam imbricadas.

Dada essa indefinição terminológica, é interessante observar a origem desses termos para discutir seus usos na editoração científica. *Revisão de textos* vem de termos do inglês como *proofreading* ou *copydesk*, em geral, entendidos como a leitura ou a edição de provas para impressão. Em dicionários eletrônicos não especializados como o Dicionário de Oxford (ENGLISH..., 2017a), por exemplo, há definições como “read (printer's proofs or other written or printed material) and mark any errors”⁵³ para *proofread* (verbo) e “a desk in a newspaper office at which copy is edited for printing”⁵⁴ para *copydesk* (substantivo). Apesar de não encontrarmos verbetes que definam diretamente essa etapa de tratamento de textos, sabemos que *copydesk* vem da área de jornalismo e, por extensão de sentido desse nome dado à mesa usada para a edição de provas em jornais, é empregado para definir tanto o profissional que realiza a edição de provas quanto a etapa de leitura feita por ele.

Revisão por pares vem do inglês *review* ou *peer review*, que no mesmo dicionário (ENGLISH..., 2017a) são verbetes registrados, respectivamente, como “a formal assessment of something with the intention of instituting change if necessary”⁵⁵ e “evaluation of scientific, academic, or professional work by others working in the same field”⁵⁶. O termo *revisão por pares*, então, é uma tradução distorcida de avaliação ou avaliação do trabalho científico, e o uso de *revisão* nesse sentido parece uma forma sintética de referir essa etapa de avaliação de artigos. Considerando essa tradução, *parecer*, outra forma usual de referir a etapa, definida no Dicionário Caldas Aulete (DICIONÁRIO..., 2017c) como “4. Opinião, ger. de perito, sobre determinado assunto” e “5. Modo de pensar, de julgar; OPINIÃO; JUÍZO”⁵⁷, possivelmente se configura como um uso por extensão ou associação de sentido, dada a relação entre avaliação e julgamento, opinião.

⁵² Neste ponto, vale dizer que, pela abordagem teórica adotada nesta pesquisa, estamos tratando da revisão de textos como uma etapa da mediação editorial que assume uma perspectiva discursiva, isto é, que considera as manobras de calibragem dos textos na dinâmica social e histórica de sua inscrição (Cf. SALGADO; MUNIZ JR., 2011).

⁵³ “Ler (provas impressas ou outro material escrito ou impresso) e marcar quaisquer erros”, em tradução nossa. Disponível em <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/proofread>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

⁵⁴ “Mesa num escritório de jornal em que a cópia é editada para impressão”, em tradução nossa. Disponível em <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/copydesk>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

⁵⁵ “Uma avaliação formal de algo com a intenção de instituir mudanças, caso necessário”, em tradução nossa. Disponível em <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/review>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

⁵⁶ “Avaliação do trabalho científico, acadêmico ou profissional de outros que trabalham no mesmo campo”, em tradução nossa. Disponível em <https://en.oxforddictionaries.com/definition/peer_review>. Acesso em: 15 jan. 2017.

⁵⁷ Em <<http://www.aulete.com.br/parecer>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

Essa etimologia, porém, não deixa óbvias as atribuições que cada etapa contempla na editoração científica, e tanto a variedade de termos para referir uma mesma etapa quanto o uso de um mesmo termo para designar etapas diferentes são indícios dessa imprecisão. Ainda que essa apropriação deturpada do inglês nos ambientes especializados contribua para a indefinição de *revisão*, nos diferentes coletivos de trabalho seus usos ganham sentidos e delineamentos específicos, dados os funcionamentos diversos de cada comunidade discursiva envolvida.

Salgado (2011, p. 155) observa que, mesmo no mercado editorial, não há uma única designação para “o ofício de tratar os textos”, uma vez que “não se definiram distinções entre o que fazem um revisor e um redator, por exemplo, muitas vezes lugares ocupados por um mesmo profissional, que pode ser do corpo fixo da editora, um prestador de serviços ou um *free lancer*”. Isso se verifica nos trabalhos de Ribeiro (2007, 2009), Yamazaki (2007, 2009) e Muniz Jr. (2010a, b), que discutem, por exemplo, os problemas que essa imprecisão na definição de etapas e de funções provoca quanto à valorização desses profissionais no mercado de trabalho, muitas vezes contratados em regimes de precariedade estrutural e/ou salarial, já que ainda não há legislação específica que regule esse ofício.

Quando falamos de revisão de textos, em geral, *revisão* é usado como um termo guarda-chuva para definir diferentes etapas do tratamento editorial, como a preparação, o copidesque e a revisão de provas, assim como *revisor*, que refere quem realiza essas etapas, independentemente do que se espera de cada uma delas em determinada equipe. Num levantamento de materiais que circularam *on-line* em ambientes especializados, Rugoni (2015) constatou o uso de diferentes formas de referir a revisão, muitas delas embasadas em estereótipos sobre a atuação profissional do revisor. Uma petição feita em 2013 na plataforma *Petições da Comunidade*, que consistiu “em uma reivindicação – a ser entregue ao senador Aécio Neves – da inclusão de revisores profissionais de textos no regime tributário Simples Nacional” (p. 26), formulava-se da seguinte forma: “Solicitamos de Vossa Excelência o acesso da atividade de **revisão gramatical** ao regime tributário Simples Nacional (alteração da Lei Complementar número 123, de 14 de dezembro de 2006)” (p. 26, grifo da autora).

Mobilizando o imaginário de revisor como corretor responsável unicamente por “verificar aspectos gramaticais”, *revisão gramatical* indica “o apagamento da complexidade que envolve a atividade de ‘mexer no texto de um outro’” (p. 27), chamando a atenção especialmente pelo fato de se tratar de uma designação proposta por revisores de textos, o que dá notícia de que, mesmo entre profissionais, nem sempre o trabalho é

compreendido de uma mesma forma. No caso das revistas científicas, as diretrizes impostas pelos critérios Capes e SciELO têm demandado uma série de novas etapas, que, devido à estrutura frequentemente limitada das equipes internas dos periódicos, são realizadas externamente por empresas especializadas em editoração científica, nas quais também se verifica imprecisões quanto à designação de suas práticas.

Há, hoje, uma variedade de serviços disponibilizados por essas empresas, como diagramação; digitalização de acervos; conversão, marcação e indexação de arquivos em diferentes formatos; consultoria editorial; confecção de sistemas *on-line* de submissão e avaliação de artigos, e é nos serviços de tratamento linguístico que essa imprecisão se dá de maneira mais frequente. A SciELO lista em seu *site* 21 empresas consideradas parceiras⁵⁸ de sua metodologia de trabalho com periódicos, das quais destacamos os anúncios das 9 que oferecem serviços de tratamento linguístico (com exceção daquelas que anunciam apenas *assessoria editorial*, que pode ser linguística ou gerencial), a fim de observar como são feitas essas ofertas. A Caboverde Tecnologia e Serviços pontua a oferta de *versão e tradução técnica e normalização bibliográfica*, termos que situam especificidades desses serviços, e *revisão de textos em vários idiomas*:

Caboverde Tecnologia e Serviços

Criada em 1996, a Caboverde é especializada na prestação de serviços para revistas científicas. É a pioneira na metodologia SciELO, com a qual colabora desde seu início, participando de grande parte dos artigos disponíveis na coleção SciELO Brasil.

Oferecemos às publicações os serviços de:

- editoração com processo completo em XML (ou XML Publishing)
- marcação na metodologia SciELO, SciELO XML e Pubmed XML para artigos já publicados
- criação de projeto gráfico e identidade visual
- digitalização, conversão e marcação de coleções retrospectivas
- *versão e tradução técnica, normalização bibliográfica e revisão de textos em vários idiomas*

Como no meio editorial considera-se *versão* a passagem de um texto do idioma nativo para um idioma estrangeiro, e *tradução*, o contrário, de um idioma estrangeiro para o nativo⁵⁹, a empresa provavelmente entende que usar apenas *tradução* não marca as duas

⁵⁸ Na página <<http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=58>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

⁵⁹ Como indicado na tabela de valores de referência do Sintra – Sindicato Nacional dos Tradutores, que registra ainda diferentes tipos desses serviços, como a tradução e a versão literária e a versão de um idioma estrangeiro para outro. Disponível em <<http://www.sintra.org.br/site/?p=c&pag=precos>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

possibilidades, embora dicionários não especializados geralmente definam esse termo como versão de uma língua para outra (Cf., por exemplo, os dicionários eletrônicos Caldas Aulete e Houaiss); *técnica* indica mais uma particularidade dessas duas etapas – já que existem traduções e versões simples (para fins não oficiais), juramentadas (para fins oficiais) e técnicas (para materiais especializados) –, a qual não exclui a possibilidade de traduções e versões simples e reforça a condição de especialista da empresa, que se anuncia com foco “na prestação de serviços para revistas científicas”.

Normalização marca a etapa de padronização de textos de acordo com determinada norma técnica, que, apesar de não delimitada no anúncio, provavelmente porque espera-se que empresas especializadas dominem as diferentes normas usuais em editoração científica, tem seus limites de aplicação determinados por *bibliográfica*, que indica a normalização de documentos completos, desde a apresentação estrutural dos artigos (formatação) até a adequação de referências, citações etc.

Entretanto, *revisão de textos* não delimita que tipo de leitura é essa. Se considerarmos que o termo “poderia referir especificamente a re-visão de algo que, estando pronto (já foi preparado), pede ainda um olhar rigoroso” (SALGADO, 2011, p. 159), talvez seja possível supor que a empresa entenda essa etapa como uma leitura final dos artigos, no sentido de propor acabamento, por exemplo, depois das etapas de versão ou de tradução. Seu sentido também não pode ser melhor compreendido pelo contexto do anúncio, que só explicita que a empresa é especializada em periódicos e na metodologia SciELO – pontuações pouco sugestivas quanto ao trabalho linguístico-discursivo que pode ser feito em artigos (preparação, copidesque, revisão); a informação de que o serviço de revisão está disponível *em vários idiomas* também não esclarece sobre a leitura compreendida nessa etapa, indicando, no máximo, que a empresa pode oferecer a revisão de tradução ou de versão⁶⁰.

A Cenveo Publisher Services é também pouco precisa ao tratar de *edição de manuscritos e revisão*:

Cenveo Publisher Services

A Cenveo Publisher Services é uma das líderes em gerenciamento e distribuição de conteúdo. Fornecemos soluções e serviços para editoras de periódicos, livros, do ramo educacional, de mídia e comerciais.

A Cenveo trabalha com mais de 1000 editoras STM das áreas Médica, de Ciência e de Tecnologia - produzindo mais de 1.800.000 páginas por ano no mundo inteiro. A Cenveo tem mais de 2.600 funcionários e 1.800 freelancers

⁶⁰ Serviços previstos também na tabela do Sintra disponível em <<http://www.sintra.org.br/site/?p=c&pag=precos>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

em 9 localidades diferentes. Nossa garantia de qualidade e programas são construídos seguindo todos os processos para garantir a entrega de um produto de alta qualidade e com experiência de serviço.

A Cenveo Publisher Services pode te ajudar com:

- Conversão e publicação em XML (certificado no SciELO Publishing Schema, Pubmed XML, JATS XML, NLM XML, e outros)
- Layout e formatação de páginas em InDesign/serviços de composição
- Desenvolvimento de identidade visual para periódicos
- Criação de links de artigos no CrossRef e DOI
- *Edição de manuscritos e revisão*
- Criação e manipulação de gráficos e figuras
- Desenvolvimento de Epub
- Desenvolvimento de aplicativos para smartphones
- Análise de fluxo de produção e consultoria
- Gerenciamento completo de periódicos e livros (gerenciamento de projetos)

A Cenveo pode te ajudar a analisar seus fluxos de trabalho atuais, auxiliá-lo em como trabalhá-los melhor e pode te ajudar a disseminar o conteúdo do seu periódico/livro em todas as bases de dados como a SciELO, PubMed Central, etc.

Editar textos, sejam eles científicos ou não, pode remeter a uma série de etapas, assim como *revisar*, e a associação aos demais serviços oferecidos pela empresa não ajuda a pontuar precisamente quais delas estão ou não contempladas em *edição* e *revisão*. Talvez *edição* também possa ser considerado um termo guarda-chuva, que, como *revisão*, refere diferentes etapas do tratamento editorial. A relação dos dois termos pode indicar que, nessa empresa, *edição de manuscritos* contemple as etapas iniciais de leitura (como a preparação e o copidesque) – e aí *manuscritos* são entendidos não só como quaisquer textos autorais submetidos à publicação, mas como originais no sentido de textos recém-entregues para tratamento editorial –, e *revisão*, etapas mais finais, de acabamento do texto, como a revisão de textos frequentemente é entendida.

The Charlesworth Group também anuncia *edição de manuscritos*, além de *tradução* e *revisão linguística para autores não nativos de língua inglesa*:

The Charlesworth Group

A Charlesworth Group é conhecida por sua excelência [sic] e altos padrões no mercado mundial de publicações. Fornecemos ferramentas de qualidade e serviços relacionados a confecção de XML, gerenciamento de publicações e também a produção do XML a partir de arquivos PDF, produção de ePub, *edição de manuscritos*, *revisão linguística para autores não nativos de língua inglesa e tradução*. O XML produzido pela Charlesworth tem a garantia de ser aceito pela SciELO e pelo PubMed Central. A Charlesworth trabalha com revistas no Brasil tais como a Clinics e BJMBR, assim como outras centenas de outras [sic] conhecidas com alto fator de impacto internacional como a Nature e PloS.

Aqui, *edição de manuscritos* ganha outro estatuto na relação com *revisão linguística* e a delimitação *para autores não nativos de língua inglesa*. Dada a pressão pela internacionalização de artigos e periódicos, motivada, como veremos nos dados apresentados mais adiante, pelas agências de regulamentação da produção científica, a tendência de os periódicos publicarem seus artigos em inglês ou em português/inglês tem criado a demanda crescente de tratamento de textos em inglês. No anúncio, a empresa parece entender essa necessidade, e com *edição de manuscritos* pode indicar diferentes etapas de tratamento editorial de textos em português, colocando a revisão como uma etapa específica de trabalho sobre textos em inglês (não de quaisquer autores, mas daqueles não nativos do idioma) e a tradução, sem detalhamentos, como o que se espera do serviço de praxe, não marcando a diferença entre versão e tradução.

Revisão linguística, diferentemente de *revisão* ou *revisão de textos*, parece indicar limites para o tipo de intervenção que pode ser feito nessa etapa, seja ampliando ou restringindo o alcance dessa leitura, uma vez que o que é da ordem da língua pode ser compreendido não só a partir de sua complexidade intrínseca (que envolve lidar com aspectos estruturais, gramaticais e formais), mas também no âmbito da “simples” aplicação de normas. Ao ser indicada como um serviço especializado para artigos de autores *não nativos*, remete ao imaginário de que falantes não nativos de um idioma necessariamente têm problemas de escrita, o que dá notícia de que a empresa pode entender a revisão linguística apenas como a correção de problemas gramaticais e ortográficos, ou, ainda, como um serviço útil somente para textos com esses tipos de “desvios”.

Algumas empresas oferecem esses serviços sem nenhum detalhamento, como a Letral - Serviços Editoriais e a E-papers Serviços Editoriais, que indicam *revisão de texto*, *normalização* e *revisão*, talvez inferindo-as como designações óbvias para as etapas que abarcam:

Letral - Serviços Editoriais

A Letral – Serviços Editoriais atua na produção editorial de livros e periódicos científicos, oferecendo todos os serviços necessários: secretaria editorial, ScholarOne Manuscripts, *revisão de texto*, *normalização*, registro DOI (CrossRef), Detecção de plágio (CrossCheck), Metadados (CrossMark), ISBN e ISSN, projeto gráfico, diagramação, epub, apps, impressão e conversão para o formato XML Metodologia SciELO (SciELO Publishing Schema).

Nos destacamos e nos diferenciamos exatamente pela agilidade e flexibilidade na execução dos serviços, garantindo excelente qualidade e ótimo custo.

E-papers Serviços Editoriais

A E-papers Serviços Editoriais, que desde 1999 publica obras acadêmicas em formato impresso e eletrônico, está agora habilitada a preparar arquivos em formato XML para o SciELO. Trabalhamos com editoração de originais em formato Word, InDesign, LaTeX e similares, e oferecemos os serviços de:

- *Revisão*;
- Criação de projeto gráfico
- Edição de gráficos, figuras e fotos
- Diagramação
- Conversão para formato XML
- Possibilidade de impressão

A Zeppelini Publishers, em vez de falar em normalização, define que, na empresa, essa etapa consiste na *formatação textual de acordo com as diferentes normas (Vancouver, APA, ABNT etc.)*, e oferece também *processos* de *revisão* e de *tradução*:

Zeppelini Publishers

Ao longo de sua história, a Zeppelini Publishers se especializou na publicação de periódicos técnicos, científicos e não-científicos. Com as melhores técnicas editoriais do mercado, cuidamos da *formatação textual de acordo com as diferentes normas (Vancouver, APA, ABNT etc.)* e *processos* de secretaria editorial, *revisão*, *tradução*, diagramação, conversão XML e publicação impressa ou digital. Desenvolvemos a criação, diagramação e impressão de revistas, livros e informativos, e cuidamos da distribuição do periódico diretamente ao seu leitor.

Embora seja possível que a etapa de normalização envolva a formatação, o contrário não é comum. Formatar um texto significa aplicar padrões estruturais, como a configuração de margens e parágrafos, quebras de páginas e seções, ilustrações, notas de rodapé, tipos de fonte e estilos, enquanto normalizar envolve a aplicação de normas técnicas, como ABNT, APA etc., que estabelecem, entre outros parâmetros, padrões para os elementos de referências e citações que visam organizar a documentação da informação. A empresa, ao oferecer *formatação textual de acordo com diferentes normas*, indica que esta etapa contempla a normalização ou é entendida como tal, já que se exige dos periódicos científicos, com os quais registra que trabalha, que os artigos sejam padronizados a partir de determinada norma. Ao anunciar os serviços de *revisão* e de *tradução* optando pelo termo *processos*,

sugere o entendimento de que o tratamento editorial oferecido aos periódicos é constituído de etapas diversas, que não podem ser compreendidas apenas por *revisão e tradução*.

Já a Trema Assessoria Editorial separa *normalização e formatação*, indicando que são etapas distintas, porém, contempladas na *preparação de originais*, que também engloba *revisão gramatical e ortográfica*:

Trema Assessoria Editorial

Em atividade desde 2002, a empresa oferece *serviços de preparação de originais (revisão gramatical e ortográfica, normalização e formatação)* e editoração eletrônica (projeto gráfico, diagramação) para impressos e publicações digitais, *especialmente na área de ciências sociais e humanas*. É certificada para serviços de marcação de textos de artigos em XML segundo o SciELO Publishing Schema, e está também habilitada para conversão e submissão de artigos ao portal Revues.org.

A preparação de originais, que geralmente é entendida como uma etapa de primeira leitura do texto com vistas a organizá-lo (quanto à disposição de seções, títulos, subtítulos, legendas, notas de rodapé e de fim, recursos gráficos etc.), aqui é indicada como um processo que acontece em três etapas – a revisão, a normalização e a formatação – não necessariamente como contratação conjunta. *Revisão gramatical e ortográfica* marca a restrição das possibilidades de intervenção no texto, que parece se dar apenas no âmbito da correção de “desvios”, e não da sugestão e do diálogo com o autor e/ou editor. Como a empresa afirma que seus serviços são voltados *especialmente* a materiais da *área de ciências sociais e humanas*, possivelmente pretende se colocar como conhecedora das especificidades que o tratamento de textos dessas áreas apresenta, e, assim, sinalizar sua especialidade. Nesse sentido, oferecer revisão gramatical e ortográfica parece contraditório, a não ser que, sabendo que se trata de uma prática amplamente conhecida nesses termos mesmo nos ambientes especializados, opte por referir a etapa dessa forma.

Correção, normatização e revisão são os termos usados pela GN1 Sistemas e Publicações Ltda para referir esses serviços:

GN1 Sistemas e Publicações Ltda

Com experiência de mais de 10 anos na área científica, temos técnicos e mão de obra especializada e comprometida com serviços de alta qualidade, para atender e auxiliar periódicos de todas as áreas do conhecimento.

- Sistema de Submissão Eletrônica;
- *Correção, Normatização e Revisão*;

- Diagramação e assistência à secretaria;
- Atribuição de DOI junto ao Crossref;
- Marcação em XML metodologia PMC e SciELO;
- Conversão para o formato ePub/eBook;
- Digitalização de acervos;
- Sites personalizados e profissionais na área científica;
- Aplicativos para iPad, iPhone e Android.

Em vez de *normalização*, a empresa opta pelo termo *normatização*, provavelmente entendendo que são sinônimos, como definidos em dicionários não especializados (Cf., por exemplo, Caldas Aulete e Houaiss). No meio editorial, entretanto, seus sentidos são diferentes, e normatizar significa criar normas, enquanto normalizar, aplicar normas. Como os dois serviços são possíveis para o contexto de periódicos científicos, que muitas vezes não adotam normas na íntegra, mas estabelecem adaptações feitas geralmente por empresas terceirizadas, o uso de uma só forma indica que o serviço pode ser entendido como normalização.

A relação entre *correção* e *revisão* estabelece que, nos expedientes da empresa, trata-se de leituras distintas, mas não necessariamente uma inicial e outra final. *Correção*, entendida marcadamente como um ajuste entre certo e errado, pode pretender referir uma leitura mais pontual dos textos, no sentido de limitada, enquanto *revisão*, uma leitura mais abrangente ou genérica, que contempla aspectos não atribuídos à ordem da prescrição. Isso acontece de outra forma no anúncio da Tikinet, que diferencia *revisão* de *aprimoramento de textos*:

Tikinet

Contando com profissionais com mais de vinte anos de experiência na área editorial de revistas científicas e livros, a Tikinet realiza os seguintes serviços:

- Produção de formato XML de acordo com padrão SciELO Publishing Schema;
- *Tradução de livros e artigos para vários idiomas*
- Assistência e consultoria editorial;
- *Revisão e aprimoramento de textos*;
- Fotografias e tratamento de imagens;
- Elaboração de projeto gráfico;
- Diagramação;
- Criação de e-book no formato .epub;
- *Normatização de referências.*

Nesse caso, a oferta das duas etapas parece se dar a partir da distinção entre uma leitura mais genérica dos textos, a *revisão* – e aqui *genérica* assume a ideia de imprecisão quanto aos aspectos que essa leitura pode tratar –, e outra mais pontual, talvez no sentido de mais aprofundada – e não de limitada, como no caso de *correção* –, o *aprimoramento*. Se considerarmos que este termo pode significar *aperfeiçoamento*, essa diferenciação não parece lógica, pois *revisão*, independentemente do nível de intervenção a que pode remeter, se configura como uma etapa que visa aperfeiçoar textos. Por outro lado, se entendermos que o termo *aprimoramento* pode ser definido como “ação ou resultado de tornar melhor, mais perfeito” (DICIONÁRIO..., 2017b), isto é, melhorar algo que já é ou está bom, essa etapa pode ser compreendida na empresa como uma leitura final, que visa dar acabamento aos textos que já passaram pela revisão. Sobre a *tradução de livros e artigos*, só se informa que está disponível *para vários idiomas*, enquanto a *normatização*, ao ser pontuada como o tratamento *de referências*, parece ser entendida como uma etapa de normalização que se restringe ao ajuste dessa seção dos artigos científicos.

Esses anúncios não só exemplificam como cada etapa de trabalho sobre textos pode ser referida por diferentes empresas de editoração científica, mas também indicam como os termos empregados fazem sentido aos profissionais que os empregam e dão sentido às práticas que realizam, ainda que não necessariamente deem conta de representar a complexidade que existe nesse entremeio – o que eles dizem sobre essas práticas e como elas acontecem nos respectivos coletivos de trabalho. A cena genérica *anúncio*, aqui, tem uma especificidade quanto à sua circulação, que parece não se pretender ampla na medida em que se restringe ao público especializado que tem acesso à página da SciELO⁶¹, que não reúne anúncios de quaisquer empresas de editoração científica, mas daquelas consideradas “parceiras”. Nesse ponto, dois dados são relevantes:

- i) a SciELO considera “parceiros SciELO” empresas que desenvolvem alguns serviços conforme os requisitos definidos em seus documentos de aplicação e certificação⁶²: das 21 empresas listadas no *site*, 20

⁶¹ A Tikinet, por exemplo, descreve seus serviços de outra forma no *site* da empresa: “A Tikinet Edição Ltda. realiza os seguintes serviços: tradução científica e de livros e versão nos idiomas inglês, espanhol, francês, alemão, italiano, mandarim e árabe; assistência e consultoria editorial; copidesque e ghost-writing; preparação de texto; revisão de texto; fotografias e tratamento de imagens; projeto gráfico, design, ilustrações e fotografias; criação de capa; diagramação; transcrição de áudio; legendagem de vídeos; criação de e-book no formato .epub; normatização de referências para indexadores internacionais; marcação segundo o padrão Scielo.”. Disponível em: <<http://www.tikinet.com.br/empresa.asp>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

⁶² Disponíveis em <<http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=56>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

pontuam que os serviços de marcação, conversão ou formatação de artigos em linguagem XML são realizados a partir da metodologia SciELO⁶³;

- ii) os serviços de tratamento linguístico não têm nenhum tipo de instrução ou certificação na metodologia SciELO: o que a agência certifica como “serviços de marcação de textos” é uma etapa de “estruturação dos textos na linguagem XML para armazenamento em base de dados, extração de metadados, cálculos bibliométricos e interoperabilidade com outras fontes na web”⁶⁴.

Isso pode explicar por que algumas empresas não oferecem serviços de tratamento linguístico (12 das 21 listadas na referida página da SciELO) ou mesmo não contratam profissionais do texto e terceirizam esses serviços (uma prática comum nesse meio), os quais, da perspectiva dessa operacionalidade técnica adotada pelo modelo SciELO de publicação eletrônica, são colocados em segundo plano. Se “as condições de enunciação ligadas a cada gênero correspondem [...] a certo número de expectativas do público e de antecipações possíveis dessas expectativas pelo autor” (MAINGUENEAU, 2014c, p. 251), colocar-se como uma empresa certificada pela SciELO, ainda que essa certificação diga respeito a apenas alguns serviços, legitima a qualidade da empresa como um todo, e, assim, dos demais serviços de editoração científica que oferece, o que confere a esses anúncios não só a condição de promotores, como também de fiadores da qualidade da atuação dos profissionais que integram essas empresas entre os demais atores da comunicação científica.

Entendemos como *fiador* o que Maingueneau (2008a) formula sobre “uma concepção ‘encarnada’” da noção de ethos discursivo. Dessa perspectiva, o fiador é “a instância subjetiva que se manifesta no discurso” e que “não se deixa conceber apenas como um estatuto (professor, profeta, amigo...) associado a uma cena genérica ou a uma cenografia,

⁶³ Essas especificidades são indicadas das seguintes formas: “Marcação XML conforme a DTD SciELO/PMC”, “marcação na metodologia SciELO, SciELO XML”, “Conversão e publicação em XML (certificado no SciELO Publishing Schema [...])”, “O XML produzido pela Charlesworth tem a garantia de ser aceito pela SciELO”, “Geração de XML nos padrões SciELO SPS e PMC”, “Conversão de periódicos no padrão SciELO (HTML)”, “Marcação em XML metodologia PMC e SciELO”, “conversão para o formato XML Metodologia SciELO (SciELO Publishing Schema)”, “certificada para serviços de marcação de textos de artigos em XML segundo o SciELO Publishing Schema”, “habilitada a preparar arquivos em formato XML para o SciELO”, “diagramação e preparação de conteúdos em XML segundo SciELO Publishing Schema”, “certificada no ramo de marcação em XML, de acordo com a metodologia aplicada pela base Scientific Electronic Library Online (SciELO); marcação em XML, conforme a DTD SciELO/PMC”. Em <<http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=58>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

⁶⁴ Conforme especificado no documento <http://www.scielo.org/local/File/Cert_XML_20160708.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

mas como uma ‘voz’ indissociável de um corpo enunciante historicamente especificado” (p. 17). Essa noção nos ajuda a compreender a adesão dos sujeitos a determinados discursos, e isso é possível porque todo texto (verbal e escrito) tem uma “vocalidade” que se manifesta a partir de um “tom” associado a uma “caracterização do corpo do enunciador (e, bem entendido, não do corpo do locutor extradiscursivo)” (p. 18). Assim, o ethos “recobre não só a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligadas ao ‘fiador’ pelas representações coletivas estereotípicas” (p. 18), as quais, no caso dos referidos anúncios, apoiam-se na SciELO como uma voz institucional, que, autorizada pela normatização dos protocolos da comunicação científica que promove, legitima as empresas certificadas.

A possibilidade de terceirização desses serviços linguísticos põe outra questão quanto aos anúncios analisados: se algumas empresas anunciam serviços de que não dispõem internamente, a textualização dessas ofertas não necessariamente é proposta por profissionais do texto, ficando a cargo de outros profissionais de editoração que podem conhecer o serviço e mesmo contratá-lo, mas não realizá-lo. Desse modo, a escolha de uma ou outra forma de referir cada etapa pode ser feita tanto com base em estratégias de retomada de termos considerados usuais nas comunidades discursivas às quais se dirigem (editores e outros profissionais que atuam em periódicos científicos), o que pode significar que termos como *revisão gramatical e ortográfica* e *correção* sejam empregados como eufemismos (substituições de palavras menos favoráveis ao contexto por outras mais convenientes, considerando que mesmo entre o público especializado a revisão de textos pode ser incompreendida), quanto a partir de um conhecimento limitado sobre esses serviços, e, aí, esses termos podem ser entendidos como metáforas ou sinônimos (empregos de uma palavra pela outra a partir da analogia de seus significados) de *revisão* ou *revisão de textos*.

Diferentemente da revisão de textos, a revisão por pares não é difundida como um serviço que pode ou não ser contratado por periódicos científicos, e, então, uma etapa “opcional” no tratamento editorial de revistas, mas como um protocolo obrigatório adotado por todas elas. Isso se verifica na abordagem assumida em eventos de editoração científica, como os cursos da ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos. Nas três edições do CEC – Curso de Editoração Científica que acompanhamos (2014, 2015 e 2016), não houve grandes menções à revisão de textos ou ao tratamento editorial de revistas, enquanto foram propostas seis falas sobre revisão por pares:

- Como obter revisões construtivas e eficazes, de José Eurico P. Cyrino, Departamento de Zootecnia, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" – ESALQ, Universidade de São Paulo – USP (CEC 2014);
- Envolvendo revisores Ad Hoc com seu periódico, de Ricardo Antunes Azevedo, ESALQ-USP (CEC 2014);
- Instruções aos editores, autores e pareceristas, de Luís Reynaldo F. Alleoni, Editor-Chefe da Revista *Scientia Agricola* (CEC 2015);
- Revisando um artigo científico, de Rafael V. Ribeiro, Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (CEC 2015);
- O processo de revisão de manuscritos: conceitos básicos e observações operacionais, de Emilson F. de Queiroz (Revista *Pesquisa Agropecuária Brasileira – PAB*), Edemar J. Corazza (PAB), Maria Amália Gusmão Martins (Revista *Cadernos de Ciência & Tecnologia – CC&T*), Wesley J. da Rocha (Edição técnica da *RPA*) – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Goiânia-GO (CEC 2015);
- Gestão do processo de peer review na avaliação de manuscritos, de Alketa Peci, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE, Fundação Getúlio Vargas – FGV, Editora-Chefe da Revista de Administração Pública *Cadernos EBAPE* (CEC 2016).

O tom instrucional adotado nos títulos dessas palestras fica evidente no uso de palavras como *instruções* e *gestão*, que evocam práticas discursivas comuns ao público-alvo que participa do evento (editores de revistas, pareceristas, profissionais de editoração científica), além de estruturas como [advérbio *como* + o que se espera ensinar/aprender] – *como obter revisões construtivas e eficazes* ou *como ter fator de impacto*; *como não ter meu artigo imediatamente negado pelo editor*; *como calcular métricas para periódicos científicos*; *como redigir artigos de impacto e otimizar seu índice h* – e [gerúndio + o que se espera demonstrar] – *envolvendo revisores ad hoc com seu periódico* e *revisando um artigo científico*; *detectando plágio em manuscritos*; *entendendo o Qualis*. Falar em *conceitos básicos* e *observações operacionais* também direciona esse público quanto ao que esperar sobre a referida temática, que será discutida a partir de alguns tópicos entendidos como essenciais e suas formas de aplicação.

Característico do evento como um todo, esse tom também é marcado na apresentação do CEC, que tem o objetivo de

levar ao público alvo [sic]: editores de periódicos; revisores; autores; pesquisadores; bibliotecários; jornalistas científicos; professores; alunos de pós-graduação; prestadores de serviços editoriais e publishers, entre outros, o conhecimento para enfrentar os desafios impostos para a publicação científica dentro das regras atualizadas exigidas pela comunidade científica internacional. Recomendado para integrantes de equipes editoriais que necessitam conhecer tópicos fundamentais da editoração científica.⁶⁵

Ao tratar dos temas propostos pelo evento como “tópicos fundamentais da editoração científica”, explicita-se que o curso pretende ser um espaço para levar ao público especializado “o conhecimento para enfrentar os desafios impostos para a publicação científica”, e isso inclui a revisão por pares, abordada por atores da comunicação científica considerados especialistas, seja porque editores de periódicos, e, assim, acostumados a lidar com a revisão por pares nos seus expedientes, seja porque professores, pesquisadores e autores, que, pela praxe acadêmica, são chamados a atuar como revisores/pareceristas.

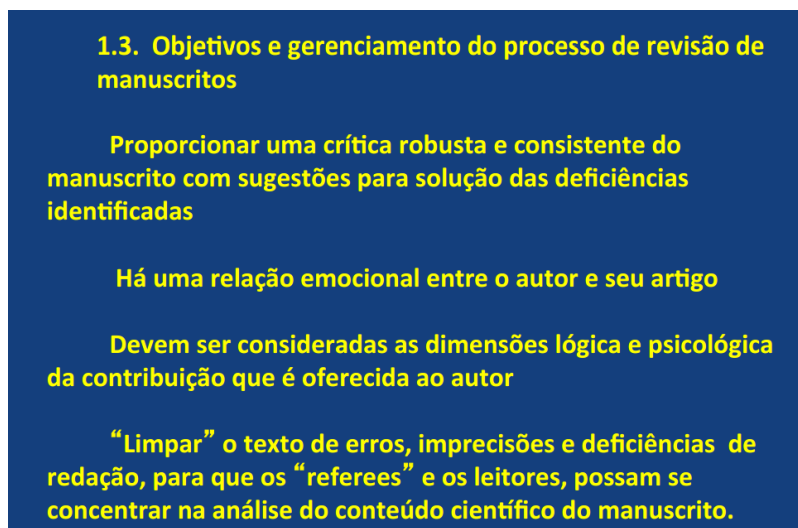
É interessante observar que a maioria desses profissionais é de áreas de ciências exatas ou naturais (oito entre os nove palestrantes das falas listadas acima), e isso é um dado que reforça o propósito instrucional dessas palestras de uma perspectiva modelar: fala-se de revisão por pares (assim como de outros temas, como veremos mais adiante) frequentemente dos mesmos lugares, que, entendidos como mais autorizados entre os especialistas chamados a participar do evento, são considerados habilitados a tratar do assunto de maneira exemplar para toda a “comunidade científica”. Essa autorização parece se constituir a partir de imaginários sobre modos de publicar nessas áreas, colocadas muitas vezes como dominantes “das regras atualizadas exigidas pela comunidade científica internacional”, isto é, dos tópicos fundamentais que precisam ser tratados por editores, pesquisadores e pareceristas de todas as áreas que querem trabalhar conforme os “modelos internacionais”.

Em geral, essas palestras trataram de problemas da prática de revisão por pares enfrentados por editores, autores e pareceristas, como a dificuldade de encontrar pesquisadores dispostos a realizar o trabalho (que não é remunerado, nem garante boa pontuação nas avaliações institucionais), as questões éticas envolvidas e o atendimento de

⁶⁵ Disponível em <<http://xxivcurso.abecbrasil.org.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

prazos, e de como essa revisão deve ser feita. Na palestra *o processo de revisão de manuscritos: conceitos básicos e observações operacionais*, ministrada por editores de revistas da Embrapa, essa prática é entendida da seguinte forma:

Figura 2.1 Captura de tela do *slide 5* da palestra *O processo de revisão de manuscritos*



Fonte: Página do [CEC 2015](#).

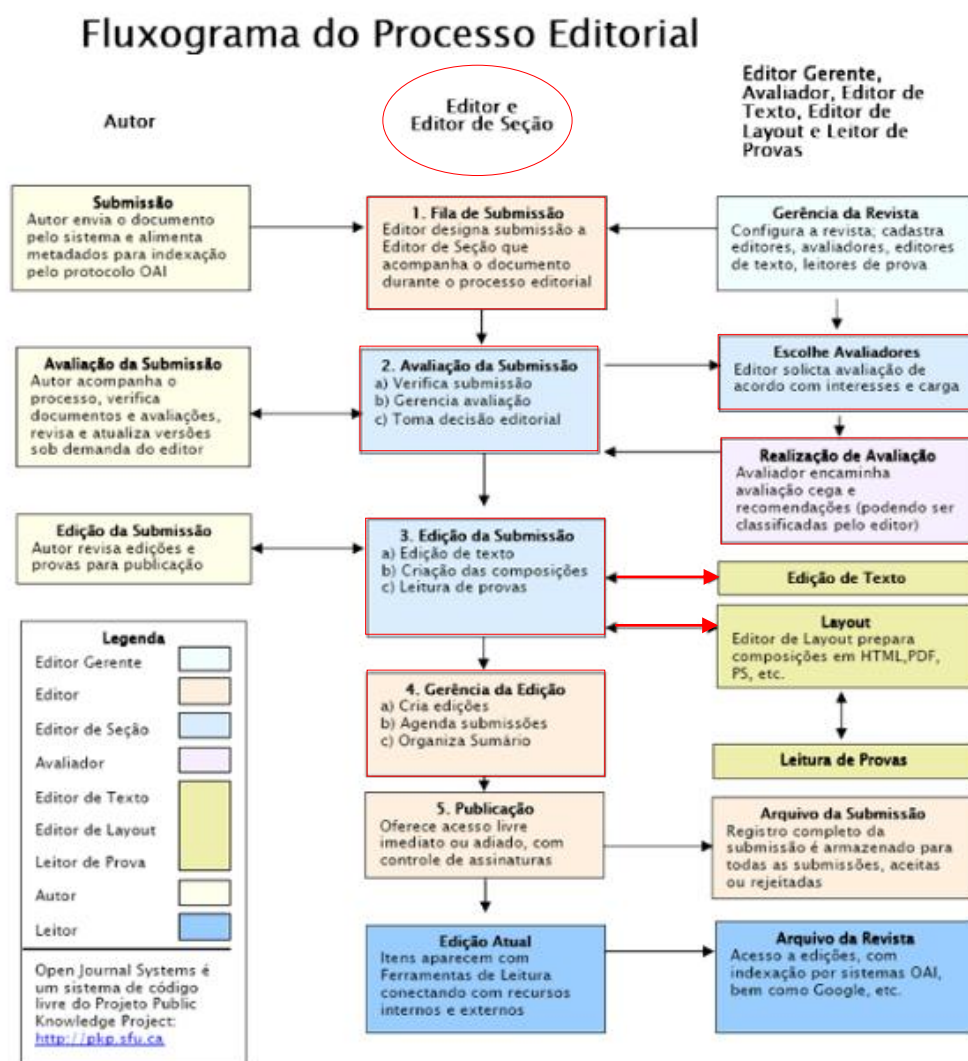
Apresentada como um *processo* e denominada *revisão de manuscritos*, é referida como responsável por “proporcionar uma crítica robusta e consistente do manuscrito com sugestões para solução das deficiências identificadas”, levando em conta que “há uma relação emocional entre o autor e seu artigo” e que “devem ser consideradas as dimensões lógica e psicológica da contribuição que é oferecida ao autor”. Antes disso, deve-se “limpar” o texto de erros, imprecisões e deficiências de redação, para que os ‘referees’ e os leitores, [sic] possam se concentrar na análise do conteúdo científico do manuscrito”, e o substantivo *referees*, definido no Dicionário de Oxford (ENGLISH..., 2017e) como “1. arbitrator” ou “3. an authority who evaluates scientific, technical, or scholarly papers, grant proposals, or the like for the publication or funding institution to which they have been submitted”⁶⁶, empregado no sentido de *revisores* ou *pareceristas* (árbitros, afinal), sugere que essa limpeza deve ser feita antes, e, então, pelo editor – o texto precisa ser limpo “de erros” para que chegue ao parecerista sem “deficiências de redação” que interfiram no “conteúdo científico”.

⁶⁶ “1. árbitro” ou “3. uma autoridade que avalia documentos científicos, técnicos ou acadêmicos, propostas de subsídios ou similares para uma instituição de publicação ou financiamento a que foram submetidos”, em tradução nossa. Disponível em <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/referee>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

Para esses editores, o processo de revisão de manuscritos começa com o editor do periódico, que deve estar apto a fazer uma primeira leitura do texto que se dedique a identificar “erros, imprecisões e deficiências de redação”, a fim de “facilitar” a avaliação técnico-científica dos artigos que será feita na sequência pelos pareceristas. Sabe-se que entre as funções de editores e de editores de seção⁶⁷ está gerenciar as avaliações dos textos submetidos à revista, e isso envolve (dependendo da distribuição de atividades feita em cada revista) enviar os artigos para os pareceristas, no caso dos editores, ou designá-los a editores de seção para que eles decidam para qual parecerista devem fazer uma solicitação de avaliação, a depender da especialidade que cada artigo requer. Essas são algumas das possibilidades previstas, por exemplo, no processo editorial da Geousp e da Rieb, como mostra o fluxograma do sistema de publicação SEER/OJS usado pelas duas revistas:

⁶⁷ *Editor de seção* é o profissional responsável por gerenciar a avaliação e a edição de textos submetidos a determinadas seções de um periódico (artigos, documentos, resenhas, notas etc.).

Figura 2.2 Captura de tela do fluxograma do processo editorial de revistas pelo SEER/OJS (destaques em vermelho para as etapas de responsabilidade do editor e/ou editor de seção)



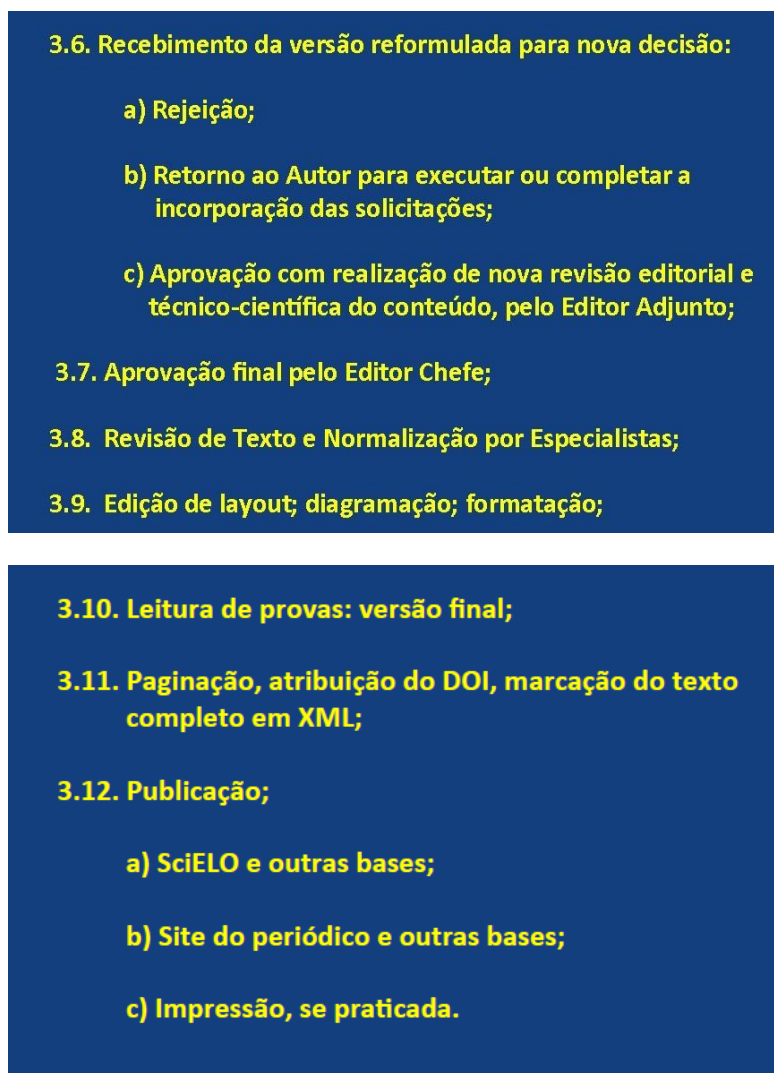
Fonte: Plataformas da [Geoup](#) e da [Rieb](#).

Essa “limpeza do texto”, que, segundo a referida palestra, deve ser feita pelos editores, configura-se como uma espécie de revisão de textos, nos termos do que vimos tratando até aqui, e são pontuados diferentes tipos de problemas com os quais as leituras do parecerista e do editor estão autorizadas a lidar: esta se volta a “erros, imprecisões e deficiências de redação” que, de uma perspectiva prescritiva, devem ser corrigidas “para que os ‘referees’ e os leitores possam se concentrar na análise do conteúdo científico do manuscrito”; aquela é detida numa “crítica robusta e consistente” que, da ordem da “sugestão”, está interessada na “solução das deficiências identificadas”, e aqui se subentende que essas deficiências estejam relacionadas a questões técnicas, de pesquisa, dada a oposição

a “conteúdo científico”, que, nesse sentido, deve ser avaliado separadamente dos problemas de “forma”.

Mais adiante, após abordar uma série de questões relativas ao processo de revisão por pares, a palestra registra, sem detalhamentos, que entre as etapas finais de tratamento dos artigos estão a *revisão de texto por especialistas* e a *leitura de provas*:

Figura 2.3 Capturas de tela dos *slides* 17 e 18 da palestra *O processo de revisão de manuscritos*



Fonte: Página do [CEC 2015](#).

Como as possibilidades de avaliação dos artigos são a “rejeição com motivo”, a “aceitação com modificações” e a “aceitação sem modificações” (CEC, 2015), a “versão reformulada” indicada nesse ponto da palestra não parece contar, então, com intervenções de linguagem além das eventualmente propostas pelo editor. Também não fica claro se na

revisão de textos há contato com os autores ou se eles só têm acesso à versão limpa de marcações, após a edição dos artigos, ou à versão final, após a leitura de provas. Se, de início, está pressuposta uma leitura que limpe o texto de problemas de redação, que tipo de intervenção fica a cargo da revisão de textos feita, nessa etapa, por especialistas?

Nenhuma das referidas palestras expõe detalhamentos sobre a revisão de textos ou mesmo pareceres anotados para exemplificar o que pode ser feito na revisão por pares, por isso, é difícil estabelecer um limite para as intervenções previstas em cada uma dessas leituras. Porque se trata de expedientes que lidam com a autoria, os materiais em fase de tratamento editorial costumam circular apenas entre os profissionais envolvidos, geralmente mediante acordos tácitos ou legais. Nas duas revistas em estudo nesta pesquisa, como já dito, não foi possível trabalhar com textos editados, seja na revisão de textos ou na revisão por pares, mas os formulários limpos de parecer a que tivemos acesso dão indícios do funcionamento da revisão por pares nos processos de edição da Geousp e da Rieb.

Para compararmos os formulários dos dois periódicos, reordenamos suas seções⁶⁸ em duas categoriais, e a primeira delas é de *diretrizes para o parecerista*, que compreende os tópicos que devem guiar a revisão por pares. Na Rieb, a avaliação dos artigos precisa considerar os seguintes critérios:

Avaliação | assinale uma ou mais alternativas

- O artigo apresenta uma reflexão original
- A bibliografia citada é adequada e atualizada
- O texto é bem redigido
- O texto tem repetições de palavras e expressões
- O texto poderia ser sintetizado
- O texto requer reestruturação
- O texto não cabe em uma revista de caráter multidisciplinar
- O texto não corresponde aos padrões de um artigo acadêmico
- Outros (especifique): _____

Solicitamos seus comentários sobre o artigo anexo, observando particularmente os seguintes pontos:

- *Oportunidade e relevância do artigo*
- *Qualidade e rigor da argumentação*
- *Cumprimento dos objetivos a que se propõe*
- *Adequação entre a análise e os dados apresentados*

⁶⁸ A íntegra dos dois formulários está disponível nos Anexos 4 e 5.

De todos os itens listados em “avaliação”, apenas dois visam considerações de pertinência técnico-científica, a partir dos quais o parecerista é levado a identificar se “o artigo apresenta uma reflexão original” e se “a bibliografia citada é adequada e atualizada”. Em textos científicos, uma “reflexão original” remete à contribuição inédita que cada material submetido à publicação pode/deve oferecer a determinada comunidade de interesse – em relação à literatura especializada, a seus objetos de estudo etc. –, e uma bibliografia “adequada e atualizada” é entendida como aquela que apoia as discussões propostas no texto na dinâmica do que vem ou não sendo produzido recentemente sobre determinado assunto. Ainda que a instrução para essa seção seja de assinalar “uma ou mais alternativas”, um artigo que não contemple esses critérios pode tender à rejeição, dada a condição fundamental que implicam.

Os demais itens preveem que essa avaliação se detenha também numa análise linguística dos textos, pois verificar se “o texto é bem redigido”, se “tem repetições de palavras e expressões”, se “poderia ser sintetizado” ou se “requer reestruturação”, ainda que não pareça diretamente da alçada do julgamento de uma contribuição técnica, indica em que condições o texto atende a essa demanda, e isso requer que o parecerista reconheça características que definam, por exemplo, se esse texto “não cabe em uma revista de caráter multidisciplinar” ou se “não corresponde aos padrões de um artigo acadêmico”. Nesse sentido, a opção “outros (especifique)” sugere que é possível haver apontamentos de outra ordem que o parecerista julgue necessário fazer, possivelmente porque se trata de uma revista interdisciplinar, que abrange uma diversidade de áreas cujos critérios não poderiam ser indicados tão genericamente.

Mais adiante, é solicitado ao parecerista que comente o artigo em análise, agora a partir de quatro pontos relacionados explicitamente a questões técnico-científicas – “oportunidade e relevância do artigo”, “qualidade e rigor da argumentação”, “cumprimento dos objetivos a que se propõe” e “adequação entre a análise e os dados apresentados”. Embora esses itens sejam colocados como particularidades às quais o avaliador deve atentar para a formulação do parecer, fica implícito que os itens assinalados na seção anterior também devem ser considerados, na medida em que levantam outros tipos de questões.

Na Geosp, os protocolos adotados são outros, e solicita-se que a análise dos textos se dê mais pontualmente a partir de parâmetros científicos e metodológicos:

Solicita-se que sua análise considere as seguintes questões:

O artigo é original?* Sim Não
Há relevância da temática para o conhecimento geográfico?*
 Sim Não

Os objetivos estão claramente delimitados?* Sim Não
Há coerência teórico-metodológica?*
 Sim Não

Os dados empíricos utilizados (fontes primárias e secundárias) têm pertinência e foram adequadamente tratados? Observar a adequação e suficiência das ilustrações, figuras e tabelas.*

Sim Não

Há consistência argumentativa?* Sim Não
Os objetivos propostos para o artigo foram alcançados?*
 Sim Não

A bibliografia utilizada é adequada e atual?*
 Sim Não

A redação apresenta fluidez e correção gramatical? (Solicita-se, se possível, indicar o(s) parágrafo(s) que apresenta(m) falta de clareza com marcador do word ou grifo e subir o documento para a plataforma)*

Sim Não

Insira neste campo o texto de seu parecer:

*

Começando pela questão da originalidade da contribuição que o texto apresenta (“o artigo é original?”), o que também é pontuado no formulário da Rieb, espera-se que o parecerista considere se “há relevância da temática para o conhecimento geográfico”, ou seja, não basta que o artigo seja inédito (no sentido de ainda não publicado), é preciso identificar que também trata de um tema que interesse à geografia. Enquanto a Rieb questiona se os objetivos propostos no texto foram cumpridos, para a Geosp é importante verificar “se foram alcançados” e também se “estão claramente delimitados”, assim como se “há coerência teórico-metodológica” e “consistência argumentativa”, se “os dados empíricos utilizados [...] têm pertinência e foram adequadamente tratados” e se “a bibliografia utilizada é adequada e atual”, o que indica a pretensão de validar os métodos de pesquisa mobilizados nos textos.

Essa diferença de abordagem provavelmente está relacionada com as práticas discursivas comuns às áreas publicadas por cada uma das revistas. Enquanto a Rieb recebe submissões de diferentes áreas de humanidades, e isso requer um formulário que possa instruir pareceristas de diversas frentes a trabalharem com critérios de interesse comum a todas elas, a Geosp tem como escopo a geografia humana e a geografia física, e esta,

interessada nos estudos sobre características naturais da superfície terrestre, e, assim, delimitada como uma ciência mais exata, talvez explique a necessidade dessa análise mais metodológica dos textos.

A observação sobre “adequação e suficiência das ilustrações, figuras e tabelas” marca essa especificidade ao solicitar que o parecerista legitime os modos de tratar os dados, e embora as respostas estejam limitadas a *sim* ou *não*, em todas as perguntas há um asterisco que é retomado no campo em que o comentário do parecer deve ser inserido, o que indica que a avaliação dos artigos deve se basear fundamentalmente nas respostas já assinaladas. A última questão do formulário solicita que o parecerista verifique se a redação “apresenta fluidez e correção gramatical” e, “se possível”, indique os trechos que julgar problemáticos nesse sentido, o que indica que se espera que o parecerista também observe questões linguísticas, mas isso não é pressuposto da etapa de avaliação, é solicitado se houver possibilidade para o parecerista.

A segunda categoria a que recorreremos é a de *diretrizes do parecer*, na qual situamos as seções que correspondem à decisão do parecerista quanto à publicação do texto. Do aceite à rejeição do artigo, a Geousp elenca quatro opções:

Escolha a alternativa que considerar mais adequada:

- O artigo deve ser publicado na forma atual.
- O artigo deve ser publicado com pequenas modificações, conforme especificado.
- O artigo deve ser publicado desde que se procedam às modificações especificadas.
- O artigo não deve ser publicado (especificar o(s) motivo(s) nos comentários).

Se o artigo não for indicado para a publicação “na forma atual” ou a não publicação, poderá “ser publicado com pequenas modificações, conforme especificado” ou “ser publicado desde que se procedam às modificações especificadas”. Embora não esteja claro que tipo de modificações estão previstas, “pequenas modificações” parecem ser da ordem da sugestão, enquanto “modificações especificadas” são colocadas como necessidade, dada a situação de condição imposta por “desde que”. Na Rieb, também são propostas quatro opções, chamadas *recomendações*:

Recomendações

- Publicação sem revisão
- Publicação somente após revisões substantivas (especificar)
- Publicação após pequenas revisões estilísticas ou textuais (especificar)
- Rejeição

O uso do termo *revisão* indica que o parecerista também pode julgar necessárias intervenções da ordem do linguístico, o que não se depreende de *modificações* na Geousp, embora o termo não restrinja essa possibilidade. A “publicação após pequenas revisões estilísticas ou textuais” marca explicitamente esse tipo de apontamento, enquanto a publicação “sem revisão” ou “somente após revisões substantivas” pode remeter tanto a questões técnico-científicas e linguísticas quanto à apreciação do autor.

Os materiais analisados até aqui mostram que as etapas referidas pelo termo *revisão* ora se relacionam, ora se distanciam, com fronteiras e liames entre os ritos em que operam que não são fáceis de delimitar. Entendemos que tanto a revisão por pares quanto a revisão de textos configuram-se como o que Salgado (2011) chama de “etapa autoral do processo editorial”, uma vez que, “para ‘mexer no texto’, o profissional encarregado desses ritos genéticos tem de levar em conta também a dimensão extralinguística constitutiva da produção dos sentidos num texto – e é isso que deve mostrar ao autor.” (p. 167). O estatuto que essas mexidas conferem ao revisor de textos e ao revisor par, entretanto, não é o mesmo, ainda que nos dois casos o autor seja levado a visitar seu texto.

O parecerista, quando recebe um artigo científico para revisão, é chamado a fazer uma leitura crítica a partir de critérios estabelecidos pelo periódico, pelos quais se espera que ele verifique uma série de questões e, na condição de especialista da área, faça anotações ao autor que condicionam o aceite ou a rejeição da publicação. Esses critérios variam, e, como vimos no formulário da Rieb, podem não se restringir ao rigor teórico, metodológico, analítico, técnico, enfim, científico do texto, mas tratam também de questões linguísticas, estando previsto que se proponha ao autor, por exemplo, “reestruturação” e/ou “síntese” do texto, “pequenas revisões estilísticas ou textuais”. O revisor de textos também é chamado a uma leitura crítica do artigo, que, do mesmo modo, deve levar em conta os critérios pré-estabelecidos pelo periódico, inscritos em manuais e protocolos sobre o tratamento editorial do texto que se espera em determinado periódico, e, ainda, parâmetros de outras naturezas, como os meios de circulação, os suportes de inscrição e o público-alvo, relacionados intrinsecamente à perspectiva linguístico-discursiva que deverá sustentar essa leitura. Suas anotações, porém, visam à adequação do texto para a circulação pública, e não têm autoridade para impedi-la, como é o caso dos pareceres emitidos na revisão por pares.

Mesmo se baseando em protocolos previstos, tanto o parecerista quanto o revisor de textos podem ainda propor alterações de outras ordens, como mostram os excertos

a seguir, retirados de uma troca de *e-mails* sobre um parecer cedida como dado pela orientadora desta pesquisa:

Parecer enviado pela Comissão Editorial

“Aprova com ajustes”

[...] enviamos seu artigo a nossos pareceristas, os quais fizeram algumas sugestões, que seguem abaixo. Pediríamos que você as levasse em consideração e nos reencaminhasse novamente o texto até o dia x a fim de seguir para publicação.

- Sugere-se repensar o título [#literaturaemcirculacao], pois não vai funcionar bem numa revista acadêmica.

Resposta da autora aos editores

- o título foi alterado para uma formulação canônica [Notas sobre a produção de valor: um breve estudo da recente circulação do poema “Viva Vaia”, de Augusto de Campos] em substituição à evocação das novas mídias, conforme solicitação.

Resposta da assistente editorial

Na fase de preparação dos originais, verificou-se que o título sugerido na nova versão de seu artigo precisa ainda de um ajuste. Antes de tudo, agradecemos sua boa vontade ao alterá-lo da primeira vez, e gostaríamos de esclarecer o ponto de vista dos editores. O título anterior não funcionaria bem com os motores de busca do site da revista e de boa parte dos indexadores que replicam nossos artigos, que têm suas limitações. Isso representaria uma dificuldade de acessos ao artigo.

Por sua vez, o título novo foi considerado extenso. Títulos grandes e com excesso de detalhes não são funcionais para a diagramação e o sumário da revista (para mais informações sobre o teor do artigo, os leitores têm resumo à disposição). Além disso, termos como "notas" e "breve estudo" parecem desmerecer o conteúdo do artigo, efeito que não é desejável.

Diante dessas considerações, gostaríamos de contar com sua compreensão para chegarmos num consenso. Sugerimos a alternativa a seguir como uma versão mais enxuta, mas estamos abertos a outras formulações, considerando os comentários tecidos acima.

"Novo título"

Se estiver de acordo, faremos a alteração aqui.

Submetido a uma revista de estudos de literatura brasileira para um dossiê sobre literatura e novas mídias, o artigo foi aprovado com uma série de ajustes, dos quais destacamos a sugestão de se “repensar o título” *#literaturaemcirculacao*, que, segundo os pareceristas, “não vai funcionar bem em uma revista acadêmica”. Vemos que essa primeira justificativa para a mudança não se apoia em decisões técnico-científicas ou ajustes linguístico-discursivos, mas na identificação por parte dos pareceristas do que se considera uma cenografia cabível às cenas genéricas revista acadêmica e artigo científico: o uso de uma

tag, empregada como a “evocação das novas mídias” propostas como tema do dossiê, foi entendido como subversão da formalidade acadêmica esperada para o título de um artigo científico, provavelmente recebido como típico de outros meios de circulação (como as mídias sociais) que, de uma perspectiva conservadora, não conversam com uma revista acadêmica. A cena englobante literária, supostamente da ordem da liberdade de criação, parece entrar em conflito com a cena científica, que se sobrepõe apoiada em cenas validadas sobre o que seja valorizado como uma revista acadêmica e um artigo científico.

Ainda que a título de sugestão, esse apontamento do parecerista não pretende estabelecer um diálogo com a autora, já que não haverá troca de arquivos, muitas vezes prevista na revisão de textos, mas fazer uma apreciação que a leve a promover a mudança de título colocada como necessária pelo status conferido ao parecer (aprovado com ajustes) – mesmo que não seja proposta uma nova alternativa para substituição. A autora acata a sugestão e altera o título “para uma formulação canônica”, propondo *Notas sobre a produção de valor: um breve estudo da recente circulação do poema “Viva Vaia”, de Augusto de Campos*, que também recebe sugestões de mudança, agora feitas na etapa de “preparação de originais” e legitimadas pelo editor, conforme apontado pela assistente editorial.

Para justificar a nova intervenção, de início, a assistente dá um novo argumento para a sugestão anterior, agora embasado tecnicamente na “dificuldade de acesso ao artigo”, dadas as limitações dos “motores de busca do site da revista” e “de boa parte dos indexadores que replicam” seus artigos. Esse é outro dado que exemplifica o que temos discutido sobre a relação intrínseca entre os ritos genéticos editoriais e as normas Capes e SciELO, uma vez que a indexação de periódicos e esses motores de busca geralmente incentivam o desmembramento das revistas, ao funcionarem a partir da localização de títulos de artigos, e não de números completos das revistas em que são publicados, mesmo nos casos de dossiê, o que impõe às equipes editoriais considerar essas restrições em seus expedientes. Cientes dessas restrições, os editores da revista validam a sugestão de mudança de título feita pelos pareceristas, apoiados num novo argumento.

Na sequência da justificativa para o problema encontrado no novo título, “considerado extenso” pela preparação, a assistente editorial recorre a outro argumento técnico, agora da ordem da diagramação – “títulos grandes e com excesso de detalhes não são funcionais para a diagramação e o sumário da revista”. Como veremos a seguir, em dados das entrevistas, essa economia de espaço em algumas seções dos periódicos é uma necessidade muitas vezes motivada por questões financeiras, relacionadas à mudança de periodicidade e

ao aumento da quantidade de artigos publicados por número, imposições dos critérios SciELO que exigem que as equipes editoriais repensem seus projetos gráficos condicionadas pela redistribuição de orçamentos (quanto mais páginas a revista tiver, maiores serão os custos de diagramação, de impressão, se houver...).

Considerando essas questões, a intervenção foi proposta num momento estratégico de tratamento do artigo, a preparação, que visa rever seções, títulos, tópicos, notas etc. geralmente numa primeira leitura do texto, antes da diagramação, evitando retrabalhos e, então, custos extras para a revista. Na mesma etapa, por fim, é sugerida uma nova textualização desse título, pois afirma-se que “termos como ‘notas’ e ‘breve estudo’ parecem desmerecer o conteúdo do artigo”. Não mostraremos aqui o novo título proposto, a fim de resguardar a identidade da revista, mas é evidente que esse ajuste não seja da ordem da correção ou da prescrição, mas da calibragem, entendida como necessária para evitar que seja atribuído ao conteúdo do artigo um caráter de nota ou de breve estudo, “efeito que não é desejável”, que é tido como demérito, dado um certo imaginário de nota e de breve estudo do qual o preparador acredita que um artigo deva se afastar.

Como visto, são muitas as implicações a serem consideradas em cada etapa de tratamento editorial de artigos, e isso significa que “trabalhar sobre um texto destinado à publicação é, de muitas maneiras, participar de sua constituição, pois o trabalho se dá no âmbito da própria enunciação, como uma coenunciação explicitada, chamada a registrar-se em anotações pontuais” (SALGADO, 2011, p. 123). Em cada intervenção, mais ou menos pontual, mais ou menos sugestiva ou decisória, essa coenunciação fica evidente, uma vez que

esse trabalho – que rearranja a malha textual, com operações entre a correção e a sugestão, limites nem sempre claros – precisa levar em conta a condição futura de circulação, os modos de circulação, o suporte e, então, precisa dialogar com todo o processo de produção, principalmente com o projeto gráfico, que envolve diversas decisões de legibilidade e que, por isso, levanta especulações sobre os prováveis interlocutores futuros, do que decorrem reflexões sobre as condições de produção do que se está a preparar como livro [no caso, como periódico científico]. (p. 158)

Nesse sentido, entendemos que o parecerista, assim como o revisor de textos, o preparador de originais e todos os profissionais envolvidos nas etapas autorais de tratamento dos textos de um projeto editorial, também se constitui, nos termos de Salgado (2011), como um *coenunciador editorial*, dado que as manobras que delineia no texto propõem um tipo de coenunciação que se pretende constitutiva da versão que será publicada. A complexidade

desses expedientes será discutida detalhadamente a seguir, a partir dos dispositivos comunicacionais de circulação restrita que compõem a Geousp e a Rieb.

Dispositivos comunicacionais de circulação restrita

A partir da proposta teórico-metodológica das cenas da enunciação (MAINGUENEAU, 2008b), consideramos que a cena genérica *periódico científico* inclui em sua constituição o que chamamos *dispositivos comunicacionais de circulação restrita*, referindo os materiais processuais que configuram etapas de trabalho não públicas e condicionam o produto que será posto em circulação sem menção aos processos editoriais mobilizados. Como a cenografia de produto pronto e acabado dos periódicos não dá a ver seu processo de textualização em movimento, vejamos como se dá a encarnação desse processo nos dispositivos em questão.

Editores e edições, revisores e revisões

O tratamento editorial de periódicos científicos envolve uma série de protocolos nem sempre acessíveis publicamente. Como vimos anteriormente, há vários atores, etapas e funções designados conforme os expedientes adotados em cada coletivo profissional, cujo funcionamento não costuma ser discriminado para além dos envolvidos no processo. Nos *sites* das revistas, mesmo as seções destinadas a informações para autores e pareceristas geralmente disponibilizam instruções breves.

Na Geousp⁶⁹ e na Rieb⁷⁰, a aba *sobre a revista* contempla seções como *diretrizes para autores*, que apresenta as normas das revistas para publicação (tipos de textos aceitos, formato de arquivo a ser enviado, normalização dos textos), e *sobre este sistema de publicação*, que expõe um fluxograma do processo editorial das revistas no SEER, conforme apresentado na Figura 2.2. A Rieb também disponibiliza uma seção chamada *processo de avaliação pelos pares*, na qual registra que a revista “adota o modelo de avaliação Double Blind Review”, sem detalhamentos sobre esse tipo de avaliação⁷¹.

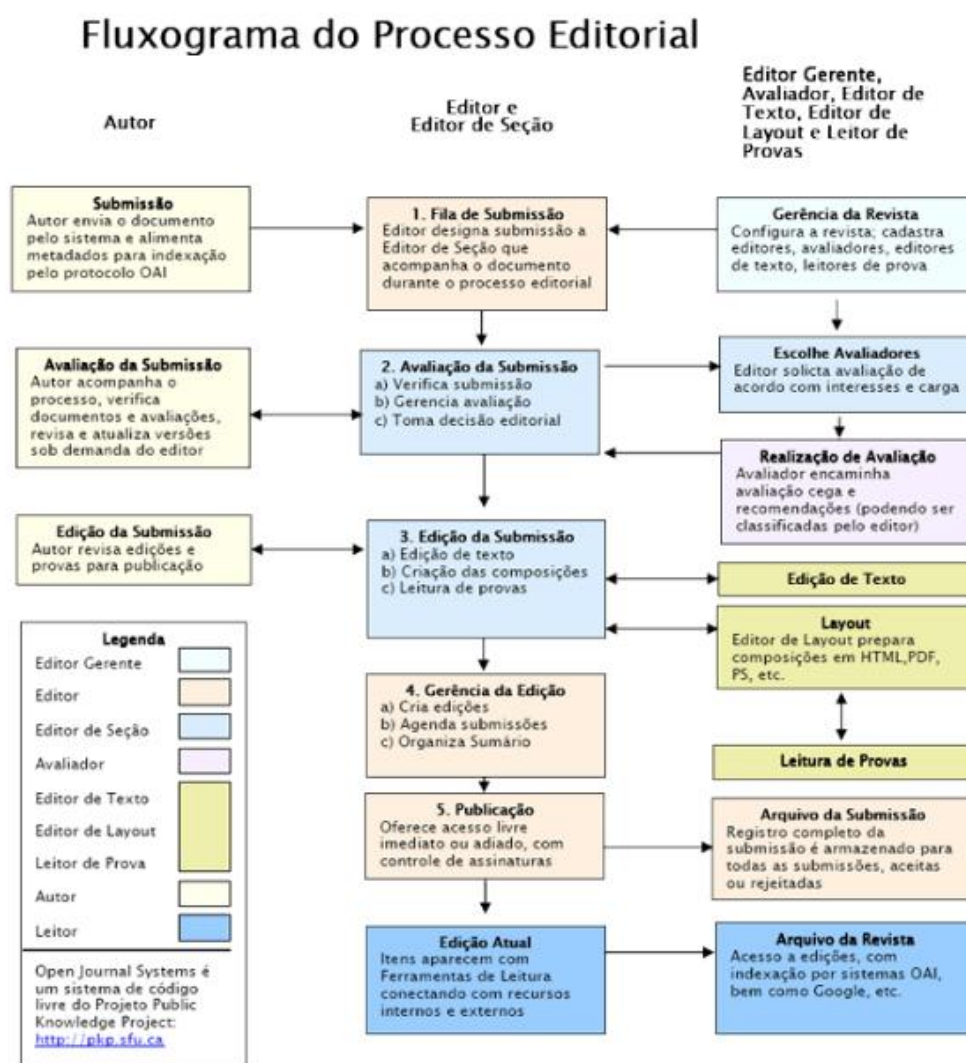
⁶⁹ Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/geousp/about>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

⁷⁰ Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rieb/about>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

⁷¹ Que acontece, nesse modelo, em arquivos sem identificação de autoria.

Se retomarmos o referido fluxograma, que é padrão para todas as revistas que usam o SEER, veremos que é apresentado um percurso da submissão à publicação dos textos via esse sistema, explicitando alguns agentes envolvidos nesse processo e suas respectivas funções. A partir desse padrão, o texto é submetido pelo autor, passa pelo editor, editor de seção e editor gerente, vai para o avaliador, o editor de texto, o editor de layout e o leitor de provas, e, entre idas e vindas de uma etapa a outra, chega à versão final pronto para publicação:

Figura 2.4 Captura de tela do fluxograma do processo editorial da Geousp e da Rieb pelo SEER/OJS



Fonte: Plataformas da [Geousp](#) e da [Rieb](#).

Nesse fluxograma, porém, não estão indicados todos os protocolos possíveis em cada uma das revistas que usam o SEER, mas etapas previstas segundo determinada organização do sistema, que refere com imprecisão, por exemplo, as etapas de tratamento

linguístico, chamadas *edição de texto* e *leitura de provas*, que, diferentemente das demais, não apresentam nenhuma descrição, e de *avaliação*, cuja descrição limita-se ao fato de que o “avaliador encaminha avaliação cega e recomendações (podendo ser classificadas pelo editor)”, o que não esclarece que tipo de intervenção cabe a essa avaliação. Os termos *editor de texto* e *leitor de provas*, indicados na legenda, também não deixam claras as leituras possíveis nessas etapas ou como se espera que elas aconteçam em periódicos, e a não referência a etapas como a tradução, muito comum no tratamento de revistas, como vimos nos anúncios de serviços de editoração científica, também dá notícia do apagamento de alguns expedientes.

Essa imprecisão se confirma ao checarmos a seção *equipe editorial* de cada uma das revistas, na qual é possível notar que há outros atores e funções envolvidos em seus processos editoriais. A Geosp⁷² identifica um editor, um editor assistente, comitê editorial e conselho científico, enquanto a Rieb⁷³, três editores, comissão editorial, conselho consultivo, dois assistentes editoriais e uma equipe de apoio com dois membros. Os créditos de expediente das duas revistas revelam ainda outras atribuições: o volume 20, número 1 de 2016 da Geosp, o mais recente com edição completa disponível no site, registra *projeto gráfico e diagramação do miolo*, *projeto gráfico e diagramação da plataforma digital* e *revisão*, frequentes nos demais números da revista desde o primeiro de 2014 e feitos externamente por empresas terceirizadas, com exceção da responsabilidade pela plataforma digital, a cargo de um profissional interno:

Figura 2.5 Captura de tela de parte dos créditos de expediente da Geosp (vol. 20, n. 1, 2016)

revista
GEO
USP
espaço e tempo
Volume 20 • nº 1 (2016)
ISSN 2179-0892

lo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Profª Dra Marta Inez Medeiros Marques – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO DO MIOLO
Zapt Editora Ltda.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO DA PLATAFORMA DIGITAL
André Pasti

REVISÃO
Confraria de Textos

Expediente
3

Fonte: Plataformas da [Geosp](http://www.revistas.usp.br/geosp).

⁷² Em <<http://www.revistas.usp.br/geosp/about/editorialTeam>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

⁷³ Em <<http://www.revistas.usp.br/rieb/about/editorialTeam>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

A Rieb, que registra diferenças nos expedientes de cada número publicado, costuma indicar também *produção*, *editoração eletrônica* e *projeto gráfico*, além dos colaboradores do número e do tipo de apoio ou colaboração oferecido pelos profissionais:

Figura 2.6 Capturas de tela de partes dos créditos de expediente da Rieb (n. 61-64, de 2015-2016, grifos nossos)

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros
ISSN 2316-901X · n. 61, 2015 · maio/ago.

COMISSÃO EDITORIAL **Denilson Lopes Silva** (UFRI) RIO DE JANEIRO, BR; **Gustavo Alejandro Sorá** (UNC) CÓRDOBA, AR; **Jaime Tadeu Oliva** (IEB-USP) SÃO PAULO, BR; **Paulo Teixeira Iumatti** (IEB-USP) SÃO PAULO, BR; **Pedro Meira Monteiro** (PRINCETON U.) PRINCETON, EUA; **Randal Johnson** (UCLA) LOS ANGELES, EUA; **Walter Garcia** (IEB-USP) SÃO PAULO, BR

EDITORES RESPONSÁVEIS **Jaime Tadeu Oliva** (IEB-USP); **Walter Garcia** (IEB-USP)

EDITOR ADJUNTO **Paulo Teixeira Iumatti** (IEB-USP)

PRODUÇÃO Divisão Científico-Cultural (IEB-USP)

ASSISTENTES EDITORIAIS **Sushila Vieira Claro**; **Regina Mayumi Aga**

EQUIPE DE APOIO **Juliana Saiani Moysés** (estagiária); **Natália Franz Costa Dias** (estagiária)

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA **Sushila Vieira Claro**

COLABORARAM NESTE NÚMERO **Lúcia Elena Thomé** (caderno de imagens); **Laboratório de Conservação e Restauro do IEB-USP** (caderno de imagens); **Luis Henrique Mello** (preparação de texto - português); **Vanessa Lavrador** (preparação de texto - espanhol); **Elisabete Marin Ribas** (revisão de texto - espanhol); **Fernanda Rodrigues Rossi**.

PROJETO GRÁFICO **Camillo e Tressler Design**

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros
ISSN 2316-901X · n. 63, 2016 · jan/abr.

COMISSÃO EDITORIAL **Denilson Lopes Silva** (UFRI) RIO DE JANEIRO, BR; **Gustavo Alejandro Sorá** (UNC) CÓRDOBA, AR; **Jaime Tadeu Oliva** (IEB-USP) SÃO PAULO, BR; **Paulo Teixeira Iumatti** (IEB-USP) SÃO PAULO, BR; **Pedro Meira Monteiro** (PRINCETON U.) PRINCETON, EUA; **Randal Johnson** (UCLA) LOS ANGELES, EUA; **Walter Garcia** (IEB-USP) SÃO PAULO, BR

EDITORES RESPONSÁVEIS **Marcos Antonio de Moraes** (IEB-USP); **Jaime Tadeu Oliva** (IEB-USP)

EDITOR ADJUNTO **Stelio Marras** (IEB-USP)

PRODUÇÃO Divisão Científico-Cultural (IEB-USP)

ASSISTENTES EDITORIAIS **Pérola Ramira Ciccone**; **Regina Mayumi Aga**

EQUIPE DE APOIO **Fernanda Cristina Campos** (estagiária); **Cleusa Conte Machado**; **Eduardo Junqueira Moreira** (estagiário)

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA **Eduardo Junqueira Moreira** (estagiário)

COLABORARAM NESTE NÚMERO **Alicia Tofanni** (preparação de texto)

PROJETO GRÁFICO **Camillo e Tressler Design**

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros
ISSN 2316-901X · n. 62, 2015 · set/dez.

COMISSÃO EDITORIAL **Denilson Lopes Silva** (UFRI) RIO DE JANEIRO, BR; **Gustavo Alejandro Sorá** (UNC) CÓRDOBA, AR; **Jaime Tadeu Oliva** (IEB-USP) SÃO PAULO, BR; **Paulo Teixeira Iumatti** (IEB-USP) SÃO PAULO, BR; **Pedro Meira Monteiro** (PRINCETON U.) PRINCETON, EUA; **Randal Johnson** (UCLA) LOS ANGELES, EUA; **Walter Garcia** (IEB-USP) SÃO PAULO, BR

EDITORES RESPONSÁVEIS **Marcos Antonio de Moraes** (IEB-USP); **Jaime Tadeu Oliva** (IEB-USP)

EDITOR ADJUNTO **Stelio Marras** (IEB-USP)

PRODUÇÃO Divisão Científico-Cultural (IEB-USP)

ASSISTENTES EDITORIAIS **Sushila Vieira Claro**; **Regina Mayumi Aga**

EQUIPE DE APOIO **Juliana Saiani Moysés** (estagiária); **Natália Franz Costa Dias** (estagiária)

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA **Sushila Vieira Claro**

COLABORARAM NESTE NÚMERO **Walter Garcia**, **Mônica G. T. Amaral**, **Wilma de Nazaré Baia Coelho** (organização do dossiê); **Elisabete Marin Ribas** (caderno de imagens); **Edmea Garcia Neiva** (preparação de texto)

PROJETO GRÁFICO **Camillo e Tressler Design**

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros
ISSN 2316-901X · n. 64, 2016 · mai./ago.

COMISSÃO EDITORIAL **Denilson Lopes Silva** (UFRI) RIO DE JANEIRO, BR; **Gustavo Alejandro Sorá** (UNC) CÓRDOBA, AR; **Jaime Tadeu Oliva** (IEB-USP) SÃO PAULO, BR; **Paulo Teixeira Iumatti** (IEB-USP) SÃO PAULO, BR; **Pedro Meira Monteiro** (PRINCETON U.) PRINCETON, EUA; **Randal Johnson** (UCLA) LOS ANGELES, EUA; **Walter Garcia** (IEB-USP) SÃO PAULO, BR

EDITORES RESPONSÁVEIS **Marcos Antonio de Moraes** (IEB-USP); **Stelio Marras** (IEB-USP); **Ana Paula Cavalcanti Simioni** (IEB-USP)

PRODUÇÃO Divisão Científico-Cultural (IEB-USP)

ASSISTENTES EDITORIAIS **Pérola Ramira Ciccone**; **Regina Mayumi Aga**

EQUIPE DE APOIO **Cleusa Conte Machado** (revisora); **Eduardo Junqueira Moreira** (estagiário); **Fernanda Cristina Campos** (estagiária); **Flávio Alves Machado** (diagramador)

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA **Eduardo Junqueira Moreira** (estagiário); **Flávio Alves Machado**

PREPARAÇÃO DE TEXTOS **Cleusa Conte Machado**

PROJETO GRÁFICO **Camillo e Tressler Design**

LEVANTAMENTO DE IMAGENS DE SÃO PAULO **Paulo Moura** (Arquivo IEB-USP)

Fonte: Plataforma da [Rieb](#).

Os créditos mostram que a produção da Rieb é feita por profissionais da Divisão Científico-Cultural do IEB-USP e alguns estagiários, e que a única etapa terceirizada é a de projeto gráfico, atribuída a uma empresa. Entretanto, a constituição da equipe é bem mais complexa. Os assistentes editoriais com quem conversamos na entrevista 1 afirmam que a equipe da revista

é formada pelo assistente editorial, que conta com uma estagiária, e ambos fazem todo o trabalho com os textos. No momento [2014], estão como preparadores, mas fazem tudo: contato com o autor, cobrança de pareceristas, acompanhamento de prazos, contato com a equipe de compras para providenciar a contratação de um serviço terceirizado, impressão em gráfica, tudo. A equipe da revista é o assistente editorial e a estagiária. (Entrevista 1)

Nas folhas de créditos destacadas na Figura 2.6, essa multifuncionalidade aparece nas etapas de assistência editorial/editoração eletrônica e revisão de texto em espanhol/caderno de imagens, feitas por uma mesma profissional nos números 61 e 62 de 2015, e revisão/preparação de textos, feitas também por uma mesma profissional no número 64 de 2016, a qual também aparece na equipe de apoio do número 63 de 2016, mas sem atribuição de função específica. Com uma equipe pequena responsável por todas as etapas envolvidas no processo editorial, entre outras funções previstas no Instituto, a revista necessariamente conta também com profissionais externos. Segundo o assistente editorial,

preparação e revisão acontecem fora, mas a diagramação é sempre interna, inicialmente feita por uma equipe de digitalização, depois, a equipe de divulgação cultural [que cuida das publicações e da divulgação], que sentiu a necessidade de alguém na equipe para o tratamento das publicações, começou a contratar estagiárias (sempre foram mulheres no serviço, por coincidência) da área de design para o trabalho. (Entrevista 1)

Em 2015, quando fizemos nova entrevista, o quadro da revista era um pouco diferente, e a mudança de periodicidade imposta pelos novos critérios SciELO exigiu a reestruturação da divisão de tarefas, como aponta a assistente editorial:

Com a mudança da periodicidade da revista de semestral para quadrimestral, está complicado para a equipe, pois tudo, exceto a preparação, é feito internamente. Hoje, a difusão [cultural] conta com duas pessoas fixas, que somos eu e a Regina, e uma estagiária, e está chegando uma outra estagiária. [...] Então, o que aconteceu? A gente tem uma equipe muito pequena para fazer isso, e é a gente que cuida do painel com atualização, com pedido de parecerista, a gente trata com os pareceristas. (Entrevista 4)

Este é um ponto central no tratamento editorial de revistas: a relação de seus ritos genéticos editoriais com as normas que os presidem. Salgado e Muniz Jr. (2011), ao tratarem das memórias e práticas no campo editorial, pontuam que

o coenunciador editorial, mesmo sendo sempre um ator do campo editorial, campo que o assujeita como trabalhador, atua em diferentes posições de acordo com o que edita, prepara, revisa etc. De cada projeto editorial, materializado num texto sobre o qual se deve atuar, deriva certa identidade e, portanto, condições específicas de produção. (p. 94)

As condições específicas de produção de que falam os autores estão inextricavelmente relacionadas às normas, que, no caso dos periódicos científicos, condicionam não só o tipo de ajuste que deve ou pode ser feito nos textos (normas técnicas e linguísticas), de acordo com a cena genérica em questão, mas também as condições nas quais esses ajustes precisam acontecer, a depender de prazos, profissionais internos com quem a revista pode contar, profissionais externos que é possível contratar, orçamento disponível, e assim por diante (diretrizes diversas). Condicionantes de todas essas normas e diretrizes, é preciso considerar ainda os critérios Capes e SciELO, que balizam os expedientes das revistas a cada atualização proposta. Nesse sentido, essas normas,

que aí intervêm como memória discursiva a balizar a atividade concreta e singular dos coenunciadores, irão incidir de maneiras distintas conforme se trate de literatura, ciência, filosofia, autoajuda etc. Afinal, vale reiterar, esses campos se definem não apenas por fazer circular diferentes textos e por interpelar de modo distinto seus atores, mas também porque as normas ganham um sentido ou outro conforme os contratos de comunicação estabelecidos sejam de uma ou outra natureza. (p. 94)

Na comunicação científica, as normas não só incidem de maneiras específicas sobre as diferentes práticas dos coenunciadores editoriais envolvidos na produção de periódicos, mas são também constantemente renormalizadas por eles a partir das diferentes configurações dessas práticas, que se dão sempre a partir de protocolos instáveis, a depender da comunidade discursiva que as mobiliza, a qual, por sua vez, também se constitui de uma ou outra maneira porque mobiliza uns e não outros protocolos.

Na Geousp, por exemplo, a relação com as normas chama particularmente a atenção. Mesmo não estando na Coleção SciELO, a revista já tem seus expedientes reorganizados considerando-se os critérios para sua admissão, e a mudança na periodicidade de publicação é um deles, conforme comenta o editor:

este ano [2014], a revista tem três números, eram dois números por ano, mas passou para três porque está indo na direção do SciELO, então antes de pedir para entrar na coleção, está construindo tudo o que já se sabe que ele vai pedir, [...] para que, quando for feito o pedido, o SciELO não recorra a determinantes técnicos, mas trate de outros determinantes que já se presume que vão ocorrer, e os técnicos já estarão atendidos, a fim de evitar ter que correr atrás de coisas que já é possível antecipar. (Entrevista 2)

A revista, que migrou para o SEER em 2010, vem passando por uma série de mudanças desde 2013, quando assumida pelo atual editor. No início dessa gestão, a equipe da revista contava apenas com um editor e um estagiário, e, dada a grande demanda de trabalho acumulado, foi preciso rever sua configuração, que não poderia continuar a mesma – “era muita coisa para só uma editora dar conta e um estagiário, que montava efetivamente toda a revista para publicação” (Entrevista 2). Como a Geousp era impressa, a mudança para a circulação eletrônica não foi bem entendida logo de início, e, segundo o editor, isso aconteceu

porque existe uma certa compreensão um pouco superficial do que seria uma plataforma eletrônica, pois a Geousp era uma revista impressa, e na revista impressa são outros protocolos, outros procedimentos, o custo é bem maior. Quando a revista passou para a plataforma eletrônica, passou-se a acreditar que não tinha custo algum porque é eletrônica, e o único custo que se passou a arcar é uma bolsa de estagiário que o departamento tem para auxílio na revista. (Entrevista 2)

É interessante observar como não só a cena genérica *revista eletrônica* foi mal compreendida, mas os próprios expedientes adotados na produção de revistas impressas e eletrônicas, que foram desconsiderados na medida em que os custos atribuídos à versão impressa e não à eletrônica foram reduzidos à impressão da revista, extinta a partir do novo meio de circulação. Essa má compreensão fica evidente no modo como os expedientes de tratamento da revista aconteciam:

era preciso encontrar algum estagiário com conhecimento de internet, Word e tal, e, assim, ele pegava os textos, padronizava e gerava um pdf. a partir do Word, imitando um pouco o que era a revista impressa. Quando se via a Geosp aqui [na tela], ela era uma imitação da impressa, o que significava também que era ruim de se ler. (Entrevista 2)

De 2010, quando foi ao ar o primeiro número eletrônico da Geosp, a 2013, o tratamento dos textos era feito assim, sem consultoria editorial especializada, e a composição gráfica da revista impressa era preservada, reproduzindo-se o formato em duas colunas. Antes disso, em atendimento à recomendação da Capes de que a revista precisava ser eletrônica para não perder sua classificação, outra medida adotada dá notícia do não reconhecimento das novas práticas necessárias a partir da mudança da revista para a versão eletrônica:

do volume 7 ou 8 em diante, passaram tudo para pdf. e colocaram num *site* pendurado aqui no provedor [do departamento], e quem quisesse pegava lá a revista inteira; não era uma questão de ela estar na internet, ela pode estar ou não, mas a Capes quer eletrônica, tem que ser a base, porque cada vez mais é avaliada pela base. (Entrevista 2)

Esse é outro indício do modo como as normas Capes e SciELO condicionam os ritos genéticos das revistas, uma vez que foi preciso adotar uma série de protocolos até então inexistentes na equipe da Geosp, para que, editada em uma plataforma eletrônica, pudesse manter sua estratificação na avaliação Capes, o que influencia, por exemplo, na sua solicitação futura de admissão na plataforma SciELO, uma das bases de indexação nacionais fortemente recomendada pelos critérios de avaliação da Capes. A mudança para o SEER significou, assim, a necessidade de profissionalização de todo o processo editorial da revista, que, antes de 2013, não acontecia totalmente a partir da plataforma eletrônica até então adotada:

não havia base, porque todo o processo era feito pelo e-mail pessoal do professor [editor] com os autores, que submetiam pela plataforma, depois havia uma conversa por e-mail, então não tem nada registrado, não vou dizer nada, mas a maior parte [do processo], pois também havia aqueles autores que não estavam acostumados [com plataformas digitais]. Estamos falando da década passada, existe uma transição, hoje todo mundo acha comum que seja assim, mas eu tenho dificuldade com alguns professores pareceristas mais antigos, aí a gente tem que contornar isso de modo a receber a opinião dele, que é muito mais importante, e aí passar para a plataforma, ou seja, o processo acontece na plataforma, mas a revista dá uma assessoria para quem se dispõe a fazer parecer, mas não tem tanta habilidade com a internet. (Entrevista 2)

Entre os desafios impostos pela mudança tecnológica, agora fundamental para o processo editorial da revista, está a função do editor na gestão desse processo, que é chamado a mediar não só as praxes já comuns no trabalho com a revista impressa, mas também a adaptação às novas práticas que o uso do SEER demanda de todos os atores que participam da edição da revista eletrônica. No caso dos pareceristas pouco habituados com o uso da internet ou os modos digitais de circulação da informação, mais do que lidar com um obstáculo, o editor precisa articular-se quanto a certa resistência por parte desses professores, que são de uma geração mais intimamente ligada às práticas da cultura impressa – “a pessoa diz que vai fazer [o parecer] e nunca faz, e se você pedir para ela fazer no papel, sai no dia seguinte” (Entrevista 2).

Para a implantação dessas novas práticas, foi preciso ampliar a equipe editorial da Geosp, e isso também demandou do editor o esclarecimento de todo esse processo a muitos dos colegas de departamento envolvidos com o periódico, inclusive àqueles dos setores responsáveis pelo orçamento, que, como dito, não imaginavam que custos uma revista eletrônica poderia ter. A nova configuração da revista conta com um editor, um editor assistente, um estagiário, um aluno da pós-graduação responsável pelo projeto gráfico da plataforma eletrônica, uma empresa que cuida do projeto gráfico da revista e duas empresas de revisão de textos, além do conselho editorial, dos editores de seção e dos pareceristas *ad hoc*. Ao falar sobre a divisão de tarefas na equipe, o editor aponta a importância da construção desse coletivo para a produção da revista, e, ainda, no que diz respeito à sua função, para a boa administração da grande demanda de submissões que a revista recebe e da comunicação com os autores sobre o processo editorial, o que é facilitado, por exemplo, pela possibilidade de elencar editores de seção:

you can call section editor someone who will be in charge of a specialization in physical geography (climate, geomorphology etc.) and human geography (urban, economic etc.). I, who am in human geography, can indicate reviewers in these areas, because I go to committees, I read, it's my job, then another person who I indicated as section chief can do this [for other specializations], it's much easier. The articles are like “not designated” until the editor doesn't send them to a section editor, who will route them to a reviewer; when they're with the section editor, on the platform it already says “in evaluation”, and for the author, that makes a difference, because he already knows the process has started. (Entrevista 2)

Sobre o tratamento editorial dos artigos, a Geousp trabalha com duas empresas de revisão devido à burocracia imposta pela universidade quanto à contratação de serviços externos:

o processo financeiro da universidade obriga que, a partir de agora, a revista não possa simplesmente optar por um ou outro serviço, mas deve trabalhar com orçamentos – não importa que se trate de apenas um prestador de serviços e que este cobre um preço muito mais abaixo do que o mercado cobraria pelo serviço, o financeiro exige que algumas burocracias sejam atendidas. (Entrevista 2)

A limitação de escolha dos profissionais terceirizados não está relacionada apenas a questões burocráticas, mas também, e principalmente, aos baixos orçamentos destinados à revista, que incidem diretamente sobre o tipo de serviço que é possível contratar. A Confraria de Textos, uma empresa de São Paulo que frequentemente trabalha com a Geousp, vem adaptando o serviço de acordo com as condições financeiras da revista, e este é definido pelo editor da seguinte forma:

não vou dizer que é a revisão de textos, ela [a profissional responsável pela Confraria] faz a normalização, e nós estamos num processo crescente, então nos dois primeiros números foi o que deu para fazer, o último número já mudamos bem, ela fez uma revisão de textos de todos os resumos; e, no processo, ela, na sua autonomia, criou um *checklist* bastante detalhado, que, se não dá para chamar de revisão de textos, de qualquer forma, dá uma passada no texto que muda a qualidade. [...] Seria uma preparação, uma preparação muito boa, daí vai para o diagramador. Vamos experimentar agora, no número 2 do volume 18, como é que vai proceder com esse novo padrão que ela está instalando, e também como vai ficar, eu presumo que vai ter uma diferença de orçamento, o meu problema é orçamento. (Entrevista 2)

Diferentemente do convencional, que seria a leitura dos artigos completos, seja na revisão, seja na preparação ou na normalização, essa adaptação de diferentes serviços se dá a partir da negociação entre o que é preciso ser feito nos artigos e o que é possível fazer por determinado custo. Como o tratamento dos textos foi implantado recentemente na revista, há a cada número uma nova negociação, e, assim, o aprimoramento dessa “passada no texto” indefinida entre a preparação e a revisão, mas entendida pelo editor como fundamental para a qualidade da revista.

Essa etapa também acontece pela plataforma SEER, que, segundo o editor, dinamiza a comunicação e a tramitação dos arquivos entre ele, as profissionais e os autores:

ela trabalha sobre os artigos e pode subir tudo direto na plataforma, que também lhe dá acesso direto aos autores, o que simplifica o processo nos casos em que é preciso tirar dúvidas com eles, já que ela não precisa perguntar pra mim, pergunta para o autor direto, e isso agiliza o processo, poupa tempo do editor, dos prestadores. É possível fazer tudo pela plataforma, falar com os autores, que também respondem na plataforma mesmo, desde que eles não queiram responder por e-mail, e, às vezes, eles querem, às vezes a gente pede “olha, por favor, responda pela plataforma”, porque a gente também tem que criar o expediente. (Entrevista 2)

É interessante observar que a empresa precisa considerar também a tramitação e a lida com o autor via plataforma, que poderia acontecer por e-mail ou apenas entre a revista e a empresa, como é usual em muitos casos de terceirização, mas, devido à estrutura da revista, necessariamente se dá a partir desse protocolo específico, e isso provavelmente implica agravamentos no preço final do serviço, se comparado ao caso da Rieb, por exemplo, que conta com assistentes editoriais que assumem essas funções. Fica evidente, ainda, que o editor acompanha esse processo e participa dele ativamente, estabelecendo, por sua vez, outros protocolos de organização dos textos encaminhados para tratamento, de assessoria dos autores e da empresa, consciente dos limites a serem impostos para evitar retrabalhos:

é preciso designar, na plataforma, a prestadora de serviços, e é naquele documento designado que ela vai trabalhar. Ao designá-la, já pergunto ao autor qual é o seu nome inteiro e a institucionalidade que ele deseja que seja informada, o título do artigo em inglês, e mesmo que já conste o título do artigo, peço que ele informe novamente, pois às vezes isso já foi mudado e o autor esqueceu de trocar na plataforma, aí sai publicado e ele quer que troque, e não é assim. O pdf. é gerado pela empresa, que tem o ônus de ser institucionalizada e que faz isso por um programa que eu não tenho e não quero ter, não é da minha alçada, já pago para isso. (Entrevista 2)

Para entender a perspectiva da empresa sobre como esse serviço é feito, entrevistamos também a profissional responsável pela Confraria de Textos, que assim o definiu:

o processo de tratamento de texto da Geousp é uma coisa que a gente está criando. O que a gente queria mesmo era fazer copidesque, mexer mesmo no texto inteiro. Os textos são bons, eles têm um bom conteúdo, mas a gente não conseguiria, isso não é viável, eu acho que nem por questão de prazo nem por questão de dinheiro, acho que custaria muito caro. E agora, então, a pergunta é o que se pode fazer por um texto bom que quase sempre vem não bem escrito como ele merecia? [...] Como isso [o copidesque] não é possível, a Geousp é para a empresa uma espécie de pergunta ainda aberta. O que se pode fazer por um texto que não se vai ler? Você não vai ler o texto e sabe que ele vai ser publicado e que ele é legal, que ele merece respeito, e o que dá pra fazer então? (Entrevista 3)

A profissional do texto pontua como empecilho não só o alto custo do serviço de copidesque, entendido como ideal para os artigos da Geousp, e, conseqüentemente, o orçamento limitado da revista, mas também os prazos em que essa etapa precisaria ser realizada, os quais, provavelmente insuficientes, dada a periodicidade de publicação da revista (quadrimestral), também são considerados no preço do serviço. Dada a impossibilidade de uma leitura mais aprofundada, o tratamento é feito em algumas partes dos artigos:

lemos, copidescamos resumo, sem dúvida, e considerações finais, na suposição de que essas partes serão mais lidas do que as outras, então tentando atender, tentando respeitar mais pessoas, digamos assim, se pondo no lugar do leitor, já que são as partes mais lidas. Então você, em consideração a um maior número de pessoas, faz isso. Leem-se também notas, legendas, quadros, tabelas... *lemos* significa *lemos e copidescamos*. Isso foi se configurando ao longo do trabalho. (Entrevista 3)

Notemos que essa seleção de partes do texto não é feita aleatoriamente, mas a partir do pressuposto de que algumas seções são mais acessadas do que outras pelo leitor, e é essa ocupação do lugar de leitor de artigos científicos que direciona a leitura. O resumo e as considerações finais são entendidas como as seções em que o leitor se detém mais pontualmente, por isso o copidesque ali é indispensável, bem como nos itens em destaque no corpo do texto (notas, legendas, quadros, tabelas). Apesar de esse recorte de seções parecer resolver o problema de uma leitura parcial dos artigos da Geousp, as profissionais da empresa precisaram também estabelecer os protocolos necessários para essa leitura, uma vez que a revista não tinha diretrizes próprias para tratamento e padronização dos textos, que até 2013 não recebiam nenhum tipo de assessoria editorial. Isso foi feito levando em conta as cenas genéricas artigo científico e periódico científico, os prazos nos quais a etapa precisa ser feita e a experiência das profissionais com materiais científicos, pela qual organizaram uma *checklist*:

logo no começo a gente se tocou que isso era preciso, mas ao longo do trabalho, isso que a gente vai chamar de *checklist* a partir de agora, que é um quadro onde estão todas as coisas que a gente tem que fazer com cada arquivo, tem desde coisas óbvias, do tipo “salvar com outro nome”, até coisas muito complexas, que é procurar, pela ferramenta de busca mesmo, por exemplo, todos os “pode”, porque tem um vício que campeia que é você dizer “para a Letícia poder fazer a entrevista” em vez de dizer “para a Letícia fazer a entrevista”; são coisas diferentes e é um vício que insere uma dúvida e uma possibilidade onde havia uma certeza, não há necessidade. Então a gente vasculha todos os “pode” para ver onde ele expressa de fato uma possibilidade ou onde ele introduz uma dúvida que não existia inicialmente. Também tem questões mais técnicas: procurar todos os “denominar” porque ninguém sabe que tem regência direta, então as pessoas falam “denomina de”, não, não “denomina de”; a palavra “estado” a gente procura porque a gente está/olha quantas coisas diferentes a gente está fazendo na Geousp, uma delas é a gente mesmo ir instituindo uma norma que é meio gráfica, meio semântica, meio lexical, que é, por exemplo, todo “estado” é com minúscula, exceto a entidade “o Estado”, quase como sinônimo de governo, mas que também não é, “governo” vai com minúscula, todos; “estado de São Paulo”, que a gente adora escrever com maiúscula, não tem, é tudo minúscula, mas “o Estado deve prover”, “cumpre ao Estado a educação e saúde”, esse “estado” é com maiúscula. Também é aplicada a nova ortografia, por isso tem que ficar varrendo todos os tremas, em todos os “-eis”, “-ois” que não são oxítonas, e isso, coisa que, claro, não é verdade que você vai fazer isso e aí você já tem um olho, né, você tem uma tela gigantesca na sua frente com o texto, eu trabalho com o texto muito grande, e você olhou uma frase aqui, na linha do meio, três linhas abaixo tem uma coisa estranha, de alguma maneira seu olho viu, você vai fingir que não viu? Às vezes você mexe no parágrafo. Também são feitas todas as referências bibliográficas com base no padrão do último SIBi, que acho que é de 2009. (Entrevista 3)

A imprecisão do serviço realizado, definido pelo editor ora como revisão de textos, ora como preparação, é justificada pela especificidade dessa etapa na revista, que a princípio é chamada de copidesque, mas é constantemente revista pelas profissionais a partir das necessidades que surgem a cada número em edição. A instituição de normas quanto a diferentes tipos de mexida nos textos exigiu a criação dessa *checklist*, necessária também para garantir que se estabelecesse um mesmo tipo de protocolo para todos os textos tratados. Embora a profissional pontue “coisas óbvias”, como a renomeação dos arquivos, e “coisas mais complexas”, como a padronização gráfica (caixa-alta e caixa-baixa), a correção de problemas identificados como recorrentes em textos científicos (poder fazer, denominar de), a aplicação do novo acordo ortográfico e a normalização de referências, na referida *checklist* constam diversos outros tipos de manobras previstas – fora as mexidas eventuais, os problemas identificados nas “batidas de olho”:

Figura 2.7 Íntegra da *checklist* de tratamento editorial da Geousp

| | artigos | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 |
| GEOUSP – v. 20, n. 2 | editorial | | | | | | | | | | | | | |
| 1. salvar com outro nome + tirar tab e espaço duplo (das notas também) e nº das páginas | | | | | | | | | | | | | | |
| 2. referências em ordem alfabética (SIBi e só inicial dos nomes), recuo 1,25, alinhar à esq., entrelinha simples, 12 pt depois | | | | | | | | | | | | | | |
| 3. ref. no texto (Autor, ano, p. X) + cotejar com Referências [segundo/conforme fulano] | | | | | | | | | | | | | | |
| 4. Título em português + Resumo + Palavras-chave + Título em inglês + Abstract + Keywords (entrelinha simples, um espaço entre cada item e dois entre português e inglês e no fim) | | | | | | | | | | | | | | |
| 5. Subtítulos: não numerados, CAb, bold e sem ponto final | | | | | | | | | | | | | | |
| 6. notas (simples, 3 pt antes) + verificar como se abrem no texto + ler notas | | | | | | | | | | | | | | |
| 7. Tabela, Figura, Gráfico, Mapa etc.: alinhar à esq., antes da figura, corpo 11, red., travessão, sem ponto final + fonte depois da figura, em corpo 10, com ponto final | | | | | | | | | | | | | | |
| 8. citações de mais de 3 linhas: corpo menor, recuo e entrelinha simples | | | | | | | | | | | | | | |
| 9. siglas: CAb | | | | | | | | | | | | | | |
| 10. ler Considerações finais + Resumo | | | | | | | | | | | | | | |
| 11. nova ortografia (trema, éi, ói, êe, ôo, aiú, pára, pólo, pêra, fôrma/forma, pôde/pode) | | | | | | | | | | | | | | |
| 12. co- não- mão- matéria- sócio- semi- infra- intra- inter- extra- auto- micro- macro- habitat dia-a-dia | | | | | | | | | | | | | | |
| 13. Estado/estado ONG N, S, L, O km, cm, ha ([algarismo]m)... pp. & etc BR (BR-número) década/anos Lei, Decreto, Portaria, Resolução rio bacia país | | | | | | | | | | | | | | |
| 14. à apont consider tal através relac/relaç anti- (quantidade por número) enquanto [por como] possu [por ter] denomin [direto] dentre [por entre] afim/a fim | | | | | | | | | | | | | | |
| 15. referências: ordem cronológica inversa (pôr traços) | | | | | | | | | | | | | | |
| 16. verificação ortográfica | | | | | | | | | | | | | | |
| 17. pôr frontispício e dar a inserção institucional do(s) autor(es) | | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Confraria de Textos, julho de 2016.

A multiplicidade de ajustes propostos nessa etapa indica que, na verdade, os artigos não são tratados parcialmente, mas que há diferentes tipos de leitura no texto que não a leitura “linear” que a empresa costuma oferecer como copidesque, mais profundamente relacionada a questões linguístico-discursivas, uma vez que seja possível analisar o texto em sua totalidade, como a que é proposta para o resumo e as considerações finais. Exemplos disso são as diversas conferências propostas nos itens de 1 a 9 da *checklist*: a padronização de espaçamentos, alinhamentos e recuos (1, 2, 7, 8), o cotejo de citações e referências (3), o ajuste do estilo de títulos, subtítulos, resumos, palavras-chave, títulos em inglês, *abstracts*, *keywords*, tabelas, figuras, gráficos, mapas e demais ilustrações (4, 5, 7), a verificação das notas de rodapé (6), a padronização de citações diretas longas e de siglas (8, 9). A necessidade de atenção a todas essas questões foi aparecendo caso a caso, conforme se dava o tratamento de cada número da revista, como no exemplo das notas de rodapé:

de início, a equipe acreditava que era preciso olhar as notas porque são bastante visíveis, lidas numa passada de olhos pelo texto, mas, com o tempo, percebeu que em muitos casos era possível tirar as notas. Por exemplo, referências que deveriam estar no texto e estavam ali, “como disse Luciana de Almeida Prado”, não, “Prado (ano)” deve estar no texto e a nota pode ser excluída, então serve para isso, a gente não sabia disso antes, a gente soube isso lendo as notas. (Entrevista 3)

Apesar de a revista só publicar artigos em português, a indicação de título em inglês, *abstract* e *keywords* é um protocolo estabelecido pelos critérios SciELO quanto à internacionalização de periódicos⁷⁴, cuja tabela de porcentagens anuais prevê para a área de Humanas o mínimo de 25% e o recomendado de 30% dos artigos das revistas em inglês, imposição que não condiz com o projeto da Geousp, que visa à internacionalização na América Latina:

a ambição do departamento é também de que [a revista] cresça, a gente quer que ela seja internacional. O projeto para a revista é transformá-la em bilíngue, ela não vai ter todos os artigos em duas línguas, mas vai aceitar artigos em castelhano, espanhol, da América Latina, porque a ideia é que ela se internacionalize na América Latina em primeiro lugar. Muitas vezes, o

⁷⁴ Item 5.2.8. *Idioma dos títulos, resumos, palavras-chave e texto*, que considera que “Os artigos devem conter título, resumo e palavras-chave no idioma original do texto do artigo e no idioma inglês, quando este não for o idioma original. Os textos dos periódicos da coleção SciELO Brasil podem ser publicados em qualquer idioma, com ênfase no português e inglês. O modelo SciELO permite a publicação simultânea em dois ou mais idiomas. Os periódicos SciELO devem maximizar o número de artigos originais e de revisão no idioma inglês de acordo com sua área temática e orientação principal.” (SCIELO, 2014, p. 15).

que se busca é que ela tenha [artigos] em inglês, que ela tenha uma versão em inglês de todos os artigos porque isso é como se faz no mundo todo, mas acontece que essa realidade é menos proficiente para a revista ser reconhecida, colocar os textos em inglês não necessariamente fará ela ser tão reconhecida pelo mundo como ela vai ser mais reconhecida na América Latina, especialmente na América do Sul, que é onde a gente tem muita parceria e muita gente vai querer publicar aqui e vai também ler a revista, vai entrar em contato com a revista. (Entrevista 2)

Apesar disso, a revista busca atender ao critério, consciente de que é inescapável para sua indexação na base SciELO e, ainda, de que isso requer outras medidas que reestruturem a equipe para o trabalho com artigos em outros idiomas, a começar pelos pareceristas:

o contato com colegas da Argentina que estão no Brasil [na USP] é importante para ajudar a encontrar acadêmicos de estofa em todos os países aqui do Sul para compor o conselho científico e, assim, com esses contatos, encontrar outros que esses acadêmicos possam indicar, pois a revista precisa de pareceristas, já que não é possível a revista “abrir a língua” e não ter quem a domine para fazer o parecer conseguindo indicar se há problemas de texto, gramaticais, por exemplo. Um parecerista que leia em espanhol, mas seja falante de português, poderá compreender o artigo, mas não saberá indicar esse tipo de problema, o que diminui a qualidade da revista, e isso não pode acontecer. (Entrevista 2)

Nesse ponto, fica claro que na revista também se espera da etapa de avaliação por pares essa identificação de “problemas de texto”, solicitada no formulário de parecer como a verificação da “fluidez” da redação e da “correção gramatical”, como vimos anteriormente, e pressuposta para os textos de todos os idiomas que a revista pretende incorporar, o que significa que futuramente será necessária também a contratação de assessoria editorial para esses textos, e, assim, uma nova reestruturação de protocolos, de etapas do processo editorial, de orçamentos etc.

No que diz respeito às demais manobras da Confraria de Textos, muitas delas vão além do esperado para o copidesque, e seriam contempladas em outras etapas, como a preparação e a normalização, o que é outro indício da complexidade de fatores que as profissionais, como coenunciadoras editoriais, precisam negociar com a revista, uma vez que acabam se colocando como multitarefas, apesar da condição da empresa de prestadora de serviços. Dada a necessidade de uso da plataforma SEER, por exemplo, que antes não fazia parte dos protocolos da empresa, foi preciso que a profissional fosse até o sistema de revistas

da USP para aprender seu funcionamento, e isso implicou a reorganização de seus expedientes, motivando a ressignificação das técnicas e normas adotadas a partir das ferramentas disponíveis com a mudança tecnológica imposta para a revista.

Ainda sobre a instituição de normas para o trabalho com o periódico, a profissional comenta a necessidade de se estabelecerem diretrizes para os autores, que antes também não eram aplicadas rigorosamente pela Geousp. Duas implicações disso na normalização dos artigos são a necessidade de lidar com os casos omissos da norma técnica do SIBi-USP, já que a revista não tem uma norma própria, e a demanda gerada na batida de citações e referências dos artigos, que, na maioria dos casos, problemática, suscita contato frequente com os autores. Este segundo ponto põe uma questão interessante quanto à relação entre a atuação dos editores e pareceristas e dos profissionais do texto:

a normalização das referências e a batida de citações e referências devem ser feitas no início porque costumam dar problema, e aí é preciso ter tempo para o autor responder as pendências. [...] E aí dá o maior problema, esse é quase o único assunto pelo qual a gente recorre aos autores, e é raro não haver problema, o que é incrível, porque, de dentro da Confraria, a gente conhece também a versão autor, a gente trata texto pro cara que vai submeter à revista, as revistas são super-rigorosas (pelo menos é a impressão que se tem), os autores são master cuidadosos, e eles cotejam citação no texto com referência citada, a gente coteja de novo “39” vezes e, no fim, antes de entregar o artigo, a gente faz isso de novo. Tá bom que, beleza, então os autores são sempre conscienciosos e cuidadosos, ótimo. Aí na vez de a gente tratar no lugar da revista [Geousp], a gente descobre que em quase nenhum texto está tudo certo. Não é espantoso? [...] Como pode que os autores que passam pela gente, que pagam do próprio bolso o preço da Confraria para dizer “olha, vou submeter o artigo, pelo amor de Deus, ‘arruma nós’”, e pagam, e nunca ninguém ressarce, óbvio, e tomam esse cuidado todo, e aí no dia em que os autores submetem pra Geousp, não [não tomam esse cuidado]? Porque é raro não haver problema. A questão que colocamos é: como evitar? A Geousp tem que fazer o que, dizer para a pessoa “não vou aceitar seu artigo se não ‘la, la, la’”? O parecerista, então, vai cuidar disso? É função do editor olhar isso, sendo que [o artigo] vai passar por um tratamento? Não vai olhar, né? E função de quem será? (Entrevista 3)

Ao falar do problema de normalização das citações e referências dos artigos, a profissional pontua outra possibilidade do serviço, que é a contratação por parte do autor, o que parece não ser uma prática comum entre os autores que submetem trabalhos para a Geousp, possivelmente porque até então a revista não impunha diretrizes específicas de formatação e normalização dos textos. Como os artigos chegam com esses problemas na etapa de tratamento editorial e demandam o envio de pendências aos autores, o que interfere nos

prazos do trabalho, coloca-se a necessidade de evitar que isso aconteça, e aí entra em discussão a atuação do editor, que recebe esses artigos e os encaminha para avaliação, e do parecerista, que os avalia sabendo que serão tratados posteriormente na revista. Sobre a aceitação ou não de textos fora do padrão, o editor comenta a importância de avaliar essa questão para selecionar os artigos:

temos que ter uma metodologia de avaliação que assegure cada vez mais, já que temos muita demanda, que estamos pegando de fato os melhores artigos, e artigos que não estão completamente dentro do padrão, devolver, a gente não devolve, tinha um certo receio “não, o artigo está bom, só que só está fora da forma”, “ah, ele veio só com 26 páginas e a gente só aceita 20, está tudo bem”; a gente vai falando tudo bem para um monte de coisa e vai ficando sem padrão. (Entrevista 2)

Para que essa seleção se justifique, a importância das diretrizes para os autores fica evidente tanto para o auxílio destes, que com acesso às normas de publicação específicas da revista deverão submeter textos normalizados, quanto para agilizar o tratamento dos textos, que, assim, chegarão a essa etapa com menos problemas. Nesse contexto, fica claro como o limite de intervenção das profissionais da Confraria de Tetos nos artigos da Geousp é incerto, pois o serviço adaptado que propõem é uma tentativa de dar conta das diferentes etapas de tratamento editorial entendidas como indispensáveis para a qualidade e a profissionalização da revista, mas inacessíveis a rigor devido ao orçamento limitado de que esta dispõe:

não é possível ampliar muito esse *checklist* e incluir milhares de casos por um mesmo preço do trabalho, o que em algum momento o tornará muito complicado de fazer. A Confraria já trabalhou para outras revistas, mas com o tempo o trabalho acabou ficando caro demais para as revistas e barato demais para a empresa, então não foi possível continuar. [...] mas, nesses casos, não era um trabalho diferente, era um trabalho de copidesque que a gente conhece, sabe fazer e tchau. Só o da Geousp é esse que, para mim, é uma pedrinha no sapato, porque a gente vê passando coisas que dá uma certa tristeza. [...] É muito legal, por um lado, a revista nunca ter passado antes por tratamento, talvez nem passaria de outro modo, mas também é uma pena, a gente já viu passar muita coisa “Deus me livre” por não dar mais tempo de mexer no artigo, porque não era o caso, por já ter trabalhado horas num mesmo texto, considerando que os textos não passam por uma pessoa só e que o serviço contratado tem um limite. (Entrevista 3)

Já na Rieb, que conta com profissionais externos e internos, a implicação entre diferentes etapas do processo editorial acontece de outra forma, assim como a relação com as

normas e os limites de intervenção de cada profissional. Preparação e tradução geralmente são feitas fora da equipe, e a revisão pode ser feita interna ou externamente:

na preparação e na revisão é sempre um mesmo profissional para um conjunto de textos (um número da revista), e por questões também de normas para a contratação de serviço público e prazo. A revista tem uma cartela de fornecedores e é orientada a variar o máximo possível entre eles, então vai testando, há casos em que dá supercerto, outros mais ou menos, outros tudo errado, então há uma filtragem de tudo isso, sempre tentando variar, isso não só para preparação, mas para revisão de provas e tradução também. [...] Com o tempo, a equipe foi aumentando, foi contratando estagiários, a revista foi tendo uma estrutura que permitia um certo planejamento e dava para contratar um preparador, um revisor, mas tem momentos em que a revista manda para fora a preparação e a revisão é feita na equipe por estagiários contratados para isso, e felizmente tivemos excelentes revisores. (Entrevista 1)

Na etapa de preparação, por exemplo, os prestadores de serviço trabalham com critérios próprios da revista, organizados em dois documentos chamados *Orientações para a preparação de textos* (Anexo 7) e *Formatação e preparação para publicações do IEB* (Anexo 10). O primeiro é um manual breve que reúne algumas diretrizes básicas para o serviço no que diz respeito à padronização dos textos, e contempla tópicos como abreviações, aspas, citações, datas, nomes, números, palavras e expressões estrangeiras, formatação e estrutura dos textos, numeração e pontuação de notas, siglas, travessão, normas para referências e forma de apresentação dos diferentes tipos de textos publicados pela revista (artigo, documentação, resenha e notícia). Como essa é a primeira etapa de leitura dos textos, essas diretrizes não visam estabelecer limites sobre o que deve ou não ser observado pelos profissionais, como no caso da *checklist* da Geousp, mas especificar de que modo a padronização textual prevista nesse momento deve acontecer.

Segundo os assistentes editoriais da revista, há autonomia para que os profissionais externos realizem o serviço, mas a equipe interna, que nem sempre conta com experiências totalmente positivas nas contratações, verifica os ajustes propostos antes de enviar os textos aos autores:

já apareceram casos de muita e de pouca intervenção. Exemplo de uma resenha: o preparador comenta que há muita repetição do verbo “ser”, mas não oferece sugestão, e os autores esperam sempre sugestões; outro caso: o preparador tirou todos os gerúndios que o autor usava, e este ficou bravo, não se reconheceu no texto, disse que essa é uma marca sua e de seus textos; já aconteceu a atualização de citações de textos de Mário de Andrade, por

exemplo, um problema para uma revista científica. Mesmo quando os materiais são preparados externamente, uma pessoa da equipe lê todos os textos preparados e ajusta esse tipo de questão antes de mandar os textos para os autores. O preparador nem sempre está preparado para esse tipo de *feeling*. Outro exemplo é o caso de “u-topia”, com hífen propositalmente e o preparador pediu para acertar. Muitos têm [*feeling*], mas a revista também se depara com esses outros casos, a colocação de dúvida em vez de mexer direto no texto antes de consultar o autor. Os maiores problemas acontecem com conceitos da área e caixa-alta/baixa. (Entrevista 1)

A necessidade desse ajuste gera um outro tipo de expediente para a equipe, que não faz o trabalho, mas se responsabiliza por checá-lo considerando o que entende como intervenções adequadas para chegarem aos autores e evitar possíveis retrabalhos ou mesmo a demora do retorno deles, seja por não entenderem alguma questão ou, como apontado pelos assistentes, não encontrarem prontamente sugestões para os problemas indicados. O segundo documento estabelecido pela equipe é um guia para a realização do serviço, criado para instruir esses profissionais quanto ao que se espera pontualmente da etapa e diminuir o tempo destinado à checagem feita pela equipe. Dividido em duas partes chamadas *Para preparação em Word* **ANTES DE ACIONAR O DISPOSITIVO DE REVISÃO** e *Para preparação em Word* **DEPOIS DE ACIONAR O DISPOSITIVO DE REVISÃO** (grifos do documento), define normas e técnicas que devem ser adotadas pelos profissionais do texto antes do início da preparação e durante a leitura, a maioria delas essencialmente instrucionais, como é possível observar nesses títulos das duas partes, que indicam que necessariamente a leitura deve ser feita com a ferramenta de revisão do Word acionada, e nos itens listados na parte um:

a. Não usamos na bibliografia nem no rodapé letras acopladas às datas (2001a, 2001b...), caso haja duas obras com a mesma data de um mesmo autor. O título deverá ser repetido, e se for muito extenso pode inserir reticências.

b. Não esquecer de inserir o DOI de cada bibliografia (que pode ser encontrado no site www.crossref.org), conforme o exemplo abaixo:

SOBRENOME, PRENOME(s) abreviado. Título: subtítulo (se houver). Nome do periódico, local de publicação, volume, número ou fascículo, mês(s) abreviado. ano. Disponível em <DOI:10.1086/599247>. Data de acesso.

c. A lista de referências bibliográficas também deverá ser colocada no final do texto e deve corresponder completamente àquela utilizada nas notas de rodapé.

d. Deixar documentos formatados em fonte Times New Roman corpo 12; entrelinha de 1,5 linhas; alinhamento à esquerda.

e. No texto propriamente dito colocar parágrafo especial na primeira linha.

- f. Em intertítulos, não colocar parágrafo especial, tirar negrito ou itálico e indicar entre parênteses a hierarquia dos intertítulos, grifando em amarelo (sub1); (sub2); (sub3) etc.
- g. Também grifar em amarelo entre parênteses logo depois do enunciado, para indicar (título); (subtítulo); (título de parte) (epígrafe); (dedicatória).
- h. Em tabelas não colocar parágrafo especial, usar corpo 10.
- i. Para citação de mais de cinco linhas, abrir espaço de uma linha antes e depois da citação e colocar fonte 10. Tirar aspas; somente grifos em itálico; em caso de salto de texto na citação colocar [...] e não (...). Se a citação não iniciar no início do parágrafo, também inserir [...]. Esta última regra não vale para citação no corpo do texto.
- j. Corrigir as notas de rodapé para o padrão da editora. Não usar sistema americano de inserir no miolo do texto os dados bibliográficos – exemplo: (Camargo, 2002, p. 14) – passar tudo para o rodapé de acordo com o padrão que deve ser seguido no rodapé. Os sobrenomes dos autores também devem estar em caixa alta, no mesmo padrão das referências bibliográficas.
- k. Verificar se o que aparece no rodapé em relação às citações consta na bibliografia. Se houver dados incompletos ou contraditórios, procurar na internet e só deixar como dúvida para o autor aquilo que não encontrar.
- l. Sempre ligar os textos de nota de rodapé com as chamadas no texto inseridas pelo dispositivo fornecido pelo Word.
- m. Fazer busca no texto inteiro (ctrl+L) para tirar dois ou mais espaços na sequência; espaço vírgula; espaço ponto e vírgula; espaço ponto etc.
- n. Fazer busca no texto inteiro (ctrl+L) mudando hífen para travessão maior (–) [alt+0150], quando o hífen estiver sendo usado nesse sentido.
- o. Padronizar texto, bibliografia e notas, segundo as normas da editora explicitadas no que segue.

Elencados conforme os problemas mais recorrentes encontrados nos arquivos de preparação, alguns itens visam ensinar os protocolos necessários nessa etapa, como no caso da inserção do DOI – Digital Object Identifier (item b), que, exigência recente dos critérios SciELO⁷⁵, é recomendada como um lembrete em “não esquecer de inserir o DOI de cada bibliografia”, talvez porque pouco aplicada pelos preparadores, e descrita em “que pode ser encontrado no site www.crossref.org” e no exemplo de padrão adotado na referência, que visam explicar o novo procedimento; da explicação sobre como inserir uma nota de rodapé nos textos “pelo dispositivo fornecido pelo Word” (item l); da descrição do comando “ctrl+L” (itens m e n), que ensina a “fazer busca no texto inteiro”. Outros visam facilitar as etapas seguintes de tratamento editorial, como f e g, que recomendam a retirada da formatação de títulos e subtítulos, o destaque hierárquico das seções e seu realce em amarelo, o que facilita a

⁷⁵ Item 5.2.16. *Digital Object Identifier (DOI) e link para os textos completos*, que pontua que “Todos os artigos dos periódicos SciELO devem ter o respectivo DOI registrado na base de dados da agência CrossRef.” (SCIELO, 2014, p. 19).

diagramação dos textos, e k, que sugere a pesquisa de dados ausentes na bibliografia para que se pergunte ao autor apenas “aquilo que não encontrar”, a fim de facilitar a etapa de conferência do autor da preparação, poupar tempo das outras etapas de leitura etc.

Os primeiros itens da parte dois do documento também seguem essa linha:

- a. Correção do texto propriamente dito.
- b. Não se ater somente a erros, mas procurar melhorar a redação se for o caso.
- c. Sempre fazer sugestões nesse sentido e não dizer apenas “não entendi”, “confuso” etc., ou seja dizer o que está ambíguo, confuso etc.
- d. Usar nova grafia.
- e. Inserir comentários quando for preciso, estabelecendo diálogo com o autor. Se propuser mudança mais profunda num parágrafo, explicar para o autor na forma de comentário.
- f. Sugerir, se achar conveniente, redução ou mudança de título e intertítulos etc.

Em todos eles são feitas recomendações quanto ao tipo de leitura que deve ser feita nessa etapa, que não se baseia apenas na “correção do texto” e não se detém “somente a erros”, mas deve acontecer na ordem da calibragem, da proposição de “sugestões” justificadas ao autor, da inserção de comentários para “diálogo com o autor” quando for o caso, tudo isso considerando “a nova grafia”, a possibilidade de mudança também “de títulos e intertítulos” e as normas estabelecidas na sequência do documento, também de padronização e formatação textual, como as do primeiro, só que agora contemplando mais casos. No final do documento, há ainda uma seção chamada *algumas sugestões de bibliografia para auxiliar na preparação do texto*, na qual são listados dicionários da língua portuguesa e de regência, gramáticas, manuais de editoração, preparação e revisão, ou seja, uma série de materiais complementares para consulta dos profissionais durante o trabalho.

A composição desses documentos mostra a necessidade da Rieb de estabelecer protocolos o mais bem-definidos possível para a execução do serviço fora da equipe, pois diferentemente da Geosp, que conta com uma empresa especializada, na revista o trabalho externo é feito por prestadores de serviço *freelance* – provavelmente devido ao preço mais acessível, se comparado a uma empresa –, o que não garante que todos os profissionais que se dispõem a fazer a preparação estejam capacitados, seja devido à sua formação acadêmica, à experiência em lidar com os protocolos do tratamento de periódicos, especialmente no caso de uma revista interdisciplinar, ou à baliza dos prazos escassos para a realização do trabalho:

nos casos de problemas com a qualidade dos trabalhos feitos fora, burocraticamente há como recorrer, é possível recusar o trabalho ou pedir que seja refeito, o prestador pode ser condenado a uma multa, há uma série de instrumentos, mas o que fazer com o prazo? E o trabalho de procurar outro profissional, ainda mais nos casos da necessidade de especificidade? Já houve casos na revista de devolução de preparação e traduções do inglês (um *site* e um artigo), por exemplo. O que acontece é que é tudo muito imbricado, esse trabalho de editor com o trabalho de certa forma acadêmico mesmo, ligado às áreas, tem a atuação muito grande dos professores, que são os editores, e de certa forma exige da nossa formação essa sensibilidade para pegar essas questões, porque se o trabalho de preparação é mandado para fora, nessa conferência a responsabilidade é nossa de pegar isso. Houve um caso de um texto que tinha muitos termos do latim e do italiano e o preparador não sabia o que fazer. É a questão da responsabilidade compartilhada com os autores, sabendo que os prazos são terríveis e que, por isso, muitas vezes a revista não vai conseguir fazer todas as revisões que gostaria, a sugestão feita aos autores é que mandem os textos o mais padronizados possível e também que façam uma revisão básica do texto, daquele tipo que você pede para alguém ler seu texto, um amigo, namorado etc., pois já é um outro olhar, e em alguns casos a equipe percebe que isso não foi feito. (Entrevista 1)

Se na Geousp o problema da Confraria de Textos é estabelecer diretrizes para a realização do trabalho na empresa, considerando-se a especificidade necessária de integração de diferentes tipos de manobras, na Rieb a questão que se põe é o ajuste cada vez mais fino das diretrizes usadas internamente para que o trabalho externo destoe o mínimo possível do que se espera para a etapa, evitando implicações que prejudiquem ou atrasem as etapas seguintes do processo editorial, ou impossibilitem que elas aconteçam. Dada a imbricação de todas as etapas do processo, esse ajuste precisa acontecer desde seu início, e isso começa antes mesmo da avaliação por pares, pois, ao receberem as submissões dos autores e após a avaliação da comissão editorial, os assistentes editoriais precisam limpar todas as marcas de autoria dos textos antes de enviá-los aos pareceristas, o que nem sempre garante que eles não sejam identificados pelos avaliadores, gerando novas demandas:

teve um caso em que o autor fazia muitas referências a ele mesmo, mas não de maneira impessoal, era “como eu já escrevi no meu artigo tal”, e deu muito trabalho porque para mandar para o parecerista não poderia ter isso escrito, foi um trabalho de supressão dessas marcas, mas sem descaracterizar o texto. No final, a equipe mandou o texto para uma pessoa que disse “ah, esse é o texto do fulano, ele apresentou na aula inaugural tal”, isso depois de todo o trabalho da equipe, que teve que “começar do início”. (Entrevista 1)

Embora os textos recebidos com essas marcas sejam a minoria, provavelmente porque, em geral, os autores também são pareceristas e sabem da necessidade desse protocolo, os assistentes editoriais comentam o problema do envio de artigos que sejam recortes de trabalhos acadêmicos completos e o que isso implica de tarefas editoriais para a equipe:

outra coisa importante é que não dá para ficar replicando trechos de doutorado ou mestrado numa revista científica, o que, aliás, é malvisto, então o ideal é que aquele tema que não foi possível desenvolver na tese vire um artigo, o que torna o texto mais atraente para as revistas. Não é interessante publicar uma parte da tese/dissertação, que está disponível no *site* da universidade, por exemplo, e a revista recebe muitos casos de artigos que são o capítulo x da tese do autor. Mas o que leva os autores a fazerem isso também é a pressão por indicadores, Lattes e tudo mais, então quem está perdendo com isso? É a produção de conhecimento, o conhecimento científico se perde. Os autores, por isso, não conseguem pegar um tema que ainda não desenvolveram e trabalhar, eles têm que ser rápidos, enxugar os textos já produzidos. Problemas: parecer pede revisão do autor do artigo por esse motivo, o texto, na verdade, deveria ser recusado; nem sempre o autor faz as alterações sugeridas, ou mesmo a revisão de forma satisfatória, e envia o texto sem esses ajustes. O que fazer? Mandar de volta? Aí tem a questão do prazo. E não é só rejeitar um artigo, isso implica outras várias questões. Se você está publicando um artigo em inglês, é o tempo desse trabalho, de revisão, de preparação em inglês também, e nem sempre as equipes contam com profissionais de gabarito pra fazer esse trabalho; se terceirizar tem o desafio de o prestador de serviços ser uma pessoa com a tal da sensibilidade para o artigo. Os desafios são muitos. (Entrevista 1)

Mais uma vez os critérios Capes e SciELO precisam ser considerados, pois a “pressão por indicadores”, e o conseqüente estímulo da produtividade dos autores e das revistas, e a internacionalização de periódicos incidem diretamente nos prazos do processo, sempre mencionados pelos profissionais da Rieb e da Geousp como um grave problema para o atendimento da periodicidade das revistas. Todas essas questões incidem ainda sobre o acúmulo de funções desses profissionais e os orçamentos restritivos das revistas de humanidades, o que significa que esse sistema de publicação se reflete num ciclo: no caso dos editores, por exemplo, que são professores acadêmicos, é preciso exercer a função de editor, que é repleta de expedientes complexos e geralmente não remunerada, ao mesmo tempo em que a de professor, que também contempla uma série de atividades (dar aulas, fazer pesquisas, orientar alunos, participar de bancas e de eventos) cuja carga não é diminuída em função das outras, a de autor, uma vez que sua produção acadêmica é constantemente avaliada a partir daquilo que publica, e a de parecerista, também não remunerada e regida pelos prazos apertados de que falamos.

Além da gestão do processo editorial, função dividida com os assistentes editoriais na Rieb, os editores trabalham ativamente na mediação das demais etapas, especialmente na avaliação por pares:

é feita uma filtragem de comentários “deselegantes” de pareceristas para os autores, ou propostas que não venham ao caso, como, por exemplo, o recorte do artigo ser x e o parecerista propor y, algo que seria outro artigo, e não o submetido na ocasião para a revista. O editor não repassa esse tipo de sugestão para os autores. Alguns pareceristas também são humildes em sua postura e entram em contato com a revista para dizer que não são os mais indicados para avaliar devido a sua chave de leitura, por exemplo; muitas vezes a revista instrui o parecerista sobre o modo como lidar com determinados textos que, por exemplo, trabalham com interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade muitas vezes é uma armadilha, porque muitas vezes os profissionais não estão preparados para lidar com isso. (Entrevista 1)

A questão da interdisciplinaridade da revista impõe dificuldades aos editores no momento de seleção de pareceristas, a depender da área de especialidade dos textos:

o conselho consultivo da revista é muito forte, com participação internacional muito grande. O desejável é sempre que a revista consulte antes (e de preferência somente) pareceristas do conselho consultivo, mas, por questões de agenda, às vezes até por temática, é preciso se valer dos contatos de fora, dos professores, dos próprios profissionais da área [os editores] para conseguir pareceristas. A dificuldade é encontrar pareceristas em determinadas áreas em que há poucos pesquisadores, pois todo mundo se conhece, por isso, quanto mais longe da instituição, melhor. Quando o parecerista identifica o autor do texto, mesmo sem todas as referências, é preciso recorrer a outro parecer. (Entrevista 1)

Outra dificuldade enfrentada pela Rieb relacionada à interdisciplinaridade diz respeito à sua circulação impressa e eletrônica, que causa conflitos de projeto gráfico e problemas de fragmentação da revista devidos às limitações da plataforma SEER/OJS:

o pdf. é uma tentativa de reproduzir a versão original da revista [impressa]. Então, quando as revistas passam para o OJS, já perdem sua identidade visual, o que é um desafio que está dado para as revistas que lidam com a questão estética. O conteúdo veiculado ali não se perde, mas, por exemplo, no caso da Rieb, uma revista multidisciplinar, as imagens são fundamentais para determinados artigos, e, assim, a posição das imagens é fundamental. Já foi preciso optar em um dos números por colocar todas as imagens ao final da revista, mas há casos em que o autor determina que não é possível alterar a ordem das imagens, por exemplo, quando o autor analisa uma série de imagens; a imagem é apresentada e no parágrafo seguinte é feita a análise, então fica complicado para a leitura. (Entrevista 1)

Como a revista impressa é prioridade para o IEB, dada a expressiva importância como objeto editorial que representa para os leitores, a manutenção da sua legibilidade é comprometida na versão eletrônica, especialmente por causa da fragmentação de cada número em artigos separados, motivada, como já comentamos, por orientações dos portais e pelo funcionamento dos mecanismos de busca das bases de indexação de revistas. Essa fragmentação dificulta, por exemplo, os números com dossiês temáticos, uma vez que as imagens selecionadas no acervo do IEB para compor o volume ilustram o dossiê, composição estética que se perde quando os textos são disponibilizados separadamente. A divisão do volume em textos avulsos descaracteriza os próprios dossiês, que visam a uma unidade justificada apenas na e pela relação entre os artigos que os compõem.

Diante desses problemas, e considerando principalmente a mudança de periodicidade imposta pelos critérios SciELO, a equipe precisou alterar o projeto gráfico da revista, que até 2014 era o mesmo para as versões impressa e eletrônica – “o projeto gráfico foi mudado por causa da mudança da periodicidade da revista, de semestral para quadrimestral, então foi necessário um novo projeto que não tomasse tanto tempo da diagramação” (Entrevista 4). Na nova entrevista com a equipe feita em 2015, as assistentes editoriais pontuaram algumas das mudanças:

foram tiradas algumas “firulas” para alcançar um projeto mais prático. Houve a alteração da etiqueta da capa, que antes era fixa e atrapalhava a imagem de fundo, e agora foi substituída por um selo móvel; os nomes dos autores vêm logo na capa; foi mantido o caderno de imagem, que é uma maneira de dar publicidade ao acervo do Instituto; agora a equipe sempre pede à pessoa que ajudou na curadoria das imagens para fazer um textinho explicando seu contexto etc.; essa página aqui antes eram duas folhas, que era uma aqui e a outra era aqui, foi compactado numa só [resumos em PT e EN], porque a ideia é que ficasse mais barata a impressão e mais rápida a diagramação. [...] O editorial também tinha duas páginas (PT e EN), e às vezes acontecia que tinha muito texto e acabava indo para mais uma página, então eram quatro páginas, sempre ligadas com as imagens, e isso dá muito problema, daí é caderno colorido, e também foi mantido [...]. Onde havia antes uma página preta é inserida, agora, uma imagem do acervo do Instituto. Foi retirado o destaque da primeira letra da primeira palavra do artigo, que antes era uma fonte manuscrita e em bold maior que as demais letras do texto [letra capitular] e, por isso, ocupava muito espaço na página; o M, por exemplo, ocupava meia página, esse era um problema complicado do projeto anterior para ajustar na diagramação, pois demorava muito tempo, especialmente quando, por exemplo, havia epígrafe. (Entrevista 4)

Além da praticidade necessária para manter os prazos da etapa de diagramação, as mudanças propostas no novo projeto visaram à redução dos custos de impressão, que subiram devido ao aumento do número de artigos por ano exigidos pelos critérios SciELO, e à agilidade dos expedientes da equipe, que também aumentaram com a nova periodicidade de publicação:

como a equipe é pequena e o aumento da periodicidade da revista demandou ainda mais trabalho, foi preciso pensar um projeto gráfico rápido, bonito e que atendesse a todos os critérios SciELO. A estrutura da revista ficou com 9 artigos, 1 resenha, 1 documentação e 1 notícia, não necessariamente de autores convidados, pois a revista recebe muitas submissões; foi feito um planejamento de mercado da revista, com algumas sugestões etc. A tentativa da equipe é manter essa média de textos, com alguns números temáticos, que são as edições mais procuradas, como, por exemplo, a edição especial do Mário de Andrade, ou uma específica do modernismo, pois essas temáticas chamam bastante a atenção. Às vezes a pessoa está estudando aquele tema, então ela quer ver várias vezes aquela/ela não quer ver um artigo numa revista, um artigo na outra, um artigo na outra. A gente tenta, né, não é sempre que dá. (Entrevista 4)

Outro fator que motivou essas mudanças é a exigência dos novos critérios SciELO por textos completos na linguagem xml⁷⁶, o que significou novos ajustes dos protocolos da equipe, que precisou terceirizar o serviço e, assim, novamente redistribuir os orçamentos da revista, que na maioria das vezes se mantêm limitados:

essas mudanças também foram necessárias para tornar o projeto mais limpo e facilitar sua transição para o xml, que é uma coisa que a gente está quebrando muito a cabeça, porque as marcações da SciELO são muito específicas, então se a gente termina de diagramar e solta pelo InDesign ele não sai com as marcações. O xml é um formato do tipo html mais “ajeitado” e que, com essas marcações, é possível fazer os índices, o que o html normal não faz. Então, é possível fazer índice de citação, quantas vezes foi citado, quantas vezes teve direcionamento, é que nem o doi [...], mas ele serve, na verdade, quando você vai fazer índices estatísticos, é muito mais fácil você pegar essas marcações no xml do que você tentar fazer manualmente. Como a equipe ainda não domina fazer o xml internamente, as marcações foram feitas fora por uma empresa que faz especificamente isso, embora a equipe tente fazer as coisas aqui para tentar diminuir ao máximo o custo. (Entrevista 4)

⁷⁶ Item 5.2.17. *Textos completos em XML*: “Todos os periódicos SciELO deve [sic] ter os artigos dos textos completos estruturados em XML segundo o SciELO Publishing Schema [sic] que é adaptado da norma ANSI/NISO Z39.96-2012: Journal Article Tag Suite (JATS). O arquivo XML dos diferentes tipos de documentos enviado ao SciELO deve vir acompanhado das imagens em alta definição e do arquivo PDF correspondente, e, sempre que possível, do arquivo no formato ePUB. Quando o artigo é multilíngue [sic] o arquivo XML deve conter todas as versões. Os arquivos dos artigos em XML e as respectivas imagens são considerados a fonte original dos artigos para referência e preservação.” (SCIELO, 2014, p. 19-20).

A instauração desse protocolo está diretamente relacionada à necessidade de indicadores bibliométricos, uma vez que a possibilidade de identificação de cada elemento da estrutura dos artigos (desde títulos, subtítulos e dados de afiliação dos autores até citações, referências e especificação de agências de fomento) para o armazenamento em diferentes bases de dados é pontuada como uma das características principais do uso desse padrão (BLOG SCIELO..., 2014).

A produção dos artigos em linguagem xml, se feita internamente pela revista, também demandaria o ajuste dos expedientes da equipe, pois a marcação das *tags* nos artigos nessa etapa é feita por meio de macros⁷⁷ programadas no Word a partir da instalação de um programa disponibilizado pela SciELO⁷⁸, que conta com uma série de instruções minuciosas quanto à adoção e ao uso das ferramentas necessárias, entendidas como suficientes para a automatização do processo de marcação. Entretanto, essa marcação não é totalmente automática, e muitas vezes gera problemas nos textos que só podem ser identificados pela conferência manual dos profissionais responsáveis pela etapa, que não só aplicam as macros, mas fazem uma série de ajustes nos arquivos marcados⁷⁹.

Os dados analisados até aqui revelam a complexidade do processo editorial da Geousp e da Rieb, constituindo-se como discursos sobre o trabalho, na medida em que explicitam os modos como cada expediente é entendido pelos profissionais que o realizam, e discursos do trabalho, que emergem da relação dos expedientes e protocolos com as normas que os regulamentam. Nesse sentido, indicam a constituição de diferentes comunidades discursivas, dada a “existência de redes institucionais específicas [...] que partilham um conjunto de ritos e normas” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 44).

Apesar de essas redes institucionais parecerem, a princípio, homogêneas para a comunicação científica, a compreensão desses expedientes mostra particularidades que o tratamento editorial de cada periódico requer, a depender das práticas adotadas por cada

⁷⁷ Macros são atalhos (botões) gravados no Word para a execução de uma sequência de comandos programados para a automatização de determinados protocolos rotineiros.

⁷⁸ Em <<http://docs.scielo.org/projects/scielo-pc-programs/en/latest/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

⁷⁹ Na experiência que tivemos na equipe de marcação de artigos de uma empresa especializada em periódicos, as ferramentas de marcação estavam sendo implantadas, e, mesmo com os problemas recorrentes indicados pela equipe, muitas vezes estas não eram entendidas como um auxílio para os profissionais, mas como o que de fato realizava o trabalho. Entre os problemas que frequentemente exigiam ajustes estavam a ordem crescente de citações numéricas no texto, não corrigida pelos comandos automáticos ou nem mesmo identificados os casos de desordem; a complementação de dados das referências; os comentários de pendências gerados pelas ferramentas para os autores, que eram traduzidos automaticamente do inglês e, incompreensíveis, precisavam ser reescritos antes do envio dos arquivos.

coletivo profissional em conformidade com as necessidades do que o periódico publica, isto é, por cada comunidade discursiva.

Mesmo o atendimento dos critérios Capes e SciELO não se dá da mesma forma nas duas revistas, mas a partir da baliza de uma série de protocolos que, juntamente com a consideração do perfil de cada revista, precisa acontecer para que o processo editorial seja possível, ainda que dentro dos mesmos prazos e orçamentos limitados.

Os manuais adotados pela Confraria de Textos e pelos profissionais externos da Rieb também indicam o quão heterogênea é a constituição de cada coletivo profissional, bem como o que significa ser editor, preparador, revisor, parecerista, assistente editorial, enfim, coenunciador editorial no que se refere às normas, que não são fixas, mas constantemente renormalizadas e renormatizadas a depender das condições de produção de cada texto ou número a ser preparado. Disso decorre a regularidade dos regimes de funcionamento das cenas genéricas em questão, que não se resumem à generalização *periódico científico*, mas são pontuadas a depender dos diferentes modos de inscrição que caracterizam diferentes gêneros do discurso – periódico de humanidades, periódico interdisciplinar, periódico de geografia, artigo científico de geografia física ou humana, resenha, editorial, resumo em português, *abstract* etc. Segundo Salgado e Muniz Jr. (2011, p. 94), dessa regularidade

surge a consciência de que trabalhar sobre textos de diferentes tipos exige cuidados específicos — cuidados que, vale dizer, nem sempre estão previstos nas normas codificadas nos manuais das empresas, nas gramáticas de uso, nas instruções de cima para baixo... Tem papel fundamental, no cotidiano dos coenunciadores editoriais, a distância irreduzível entre as prescrições, sempre filiadas a uma rede de sentidos que retorna à cena, e a própria atividade, acontecimento industrioso-discursivo que é sempre velho-e-novo [...]. (SALGADO; MUNIZ JR., 2011, p. 94)

Assim, além da manobra permanente das normas, todo coenunciador editorial de periódicos científicos precisa também conhecer o processo editorial como um todo, uma vez que dificilmente atuará em uma única etapa, dada a multifuncionalidade que é chamado a exercer devido às condições limitadas das equipes internas das revistas de humanidades, e ainda precisa estar a par das mudanças tecnológicas impostas pelo uso das plataformas eletrônicas, que atualmente condicionam, no mínimo, a tramitação de arquivos e a comunicação entre os diferentes atores do processo.

A complexidade desses dispositivos processuais evidencia o consenso e a resistência aos critérios Capes e SciELO com os quais as equipes editoriais precisam lidar para a existência dos periódicos, seja porque representam a imposição de diretrizes que muitas vezes não condizem com o perfil de revista em que se delineiam ou porque se configuram como indispensáveis para a promoção e a difusão do conhecimento que reúnem.

Dispositivos comunicacionais de circulação pública

Os cursos, eventos e ofertas de serviços editoriais que circulam em ambientes especializados em editoração e comunicação científica dão indícios dos modos como os processos de mediação editorial de periódicos são entendidos nesse meio. Em termos de cenografia (MAINGUENEAU, 2008b), propomos a seguir a análise de alguns desses materiais, chamados aqui *dispositivos comunicacionais de circulação pública*.

Processos, produtos e serviços em editoração científica

Os ritos genéticos editoriais descritos anteriormente dão notícia do apagamento da mediação editorial na comunicação científica, ora porque entendida como uma nos processos de produção e gestão de periódicos em geral, ora porque mal compreendida entre profissionais de editoração científica. Esse apagamento fica evidente nos materiais que circulam nos ambientes especializados em editoração científica, cuja abordagem se detém, sobretudo, no atendimento dos discursos normativos que regem as publicações científicas.

Os cursos de editoração científica da ABEC que acompanhamos (de 2014 a 2016) são exemplos disso. Fazendo um levantamento dessas três edições do evento, notamos que os temas mais recorrentes, além da revisão por pares, de que já falamos anteriormente, são o idioma de publicação de artigos e periódicos, a escrita de artigos de alto impacto e os índices bibliométricos, especialmente o fator de impacto:

- Idioma da publicação - razões e consequências, de Murilo Zerbini, Departamento de Fitopatologia, Universidade Federal de Viçosa, Editor-chefe da *Tropical Plant Pathology* (CEC 2014);

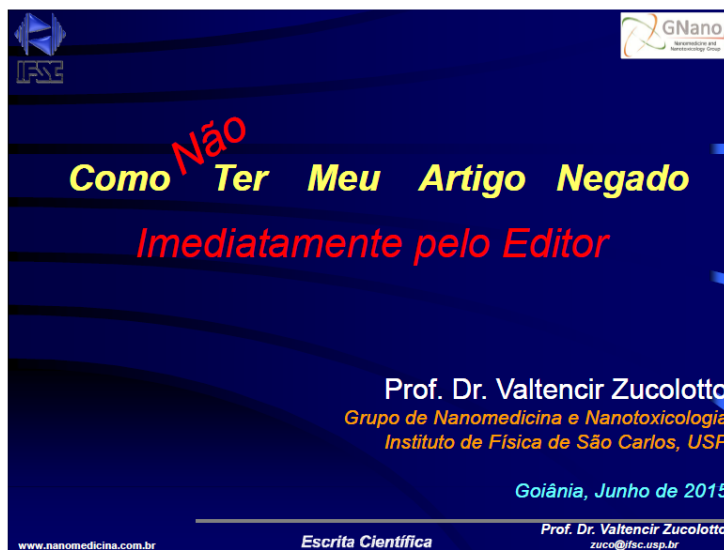
- A importância do idioma na publicação de um periódico científico, de Renato Franco, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, *Revista Tempo* (CEC 2015);
- A influência do idioma da publicação na visibilidade de um periódico, de Gabriel Blain, Instituto Agrônomo – IAC, Editor-chefe da Revista *Bragantia* (CEC 2016);
- Revisando um artigo científico, de Rafael Ribeiro, Instituto de Biologia, Unicamp (CEC 2015);
- A estrutura de artigos científicos de alto impacto e a dinâmica editorial, de Prof. Dr. Valtencir Zucolotto, Grupo de Nanomedicina e Nanotoxicologia, Instituto de Física de São Carlos, USP (CEC 2015);
- Como redigir artigos de impacto e otimizar seu índice h, de Ricardo Azevedo, Esalq-USP, Esalq-USP (CEC 2016);
- Como ter fator de impacto, de Thomson Reuters (CEC 2014);
- Como calcular métricas para periódicos científicos, de Ricardo Azevedo, Departamento de Genética, Esalq-USP (CEC 2015);
- Além do fator de impacto - novas métricas, de Rogerio Mugnaini, Escola de Comunicações e Artes – ECA-USP (CEC 2016).

Mais uma vez observamos que a grande maioria dos palestrantes são de áreas das ciências exatas e naturais (seis entre nove, desconsiderando a empresa Thomson Reuters), o que indica que as diretrizes discutidas no evento tendem a vir de algumas áreas privilegiadas, que já incorporaram em suas práticas editoriais os critérios internacionais e de avaliação exigidos ou são tomadas como exemplo para a imposição destes, e se sobrepõem a outras, como as humanidades, que, como vimos nos casos da Geousp e da Rieb, organizam-se num processo frequente de adequação a esses critérios.

Esses três temas se relacionam diretamente, uma vez que o fator de impacto mede o número de citações de artigos, que, para alcançar citações, precisam ser de alto impacto⁸⁰, e isso significa publicar no idioma recomendado pelos critérios Capes e SciELO, “o inglês”. Nesse sentido, a recorrência temática da redação de artigos “de alto impacto” se verifica tanto nos eventos da ABEC quanto em outros cursos e ofertas de serviços editoriais que circulam no meio acadêmico. A palestra abaixo é um exemplo interessante:

⁸⁰ Entende-se por artigo de *alto impacto* aquele que provavelmente alcançará um grande número de citações em sua respectiva área, o que ratifica as métricas quantitativas de avaliação de periódicos.

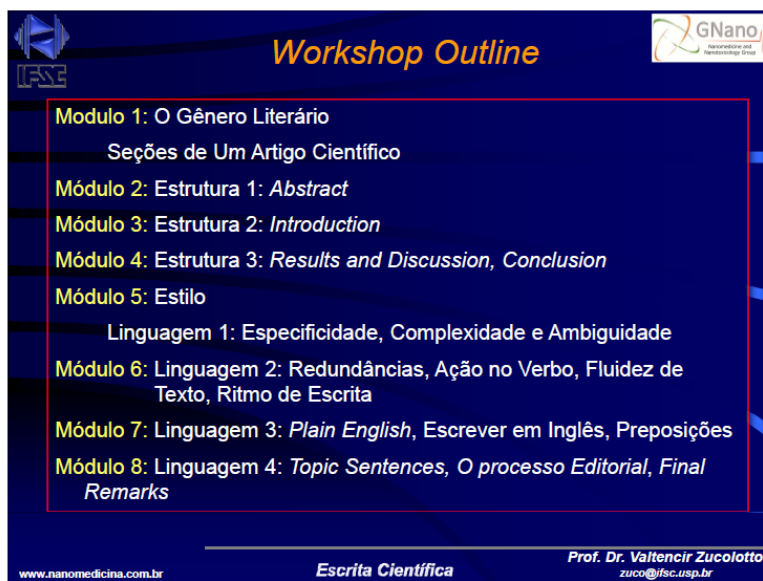
Figura 2.8 Captura de tela da capa dos slides *A estrutura de artigos científicos de alto impacto e a dinâmica editorial*



Fonte: CEC, 2015.

Ministrada em junho de 2015 no CEC-ABEC por um professor do Instituto de Física da USP de São Carlos-SP, começa com uma brincadeira com o título da apresentação, *Como **não** ter meu artigo negado imediatamente pelo editor*, que remete ao assunto tratado na palestra, *A estrutura de artigos científicos de alto impacto e a dinâmica editorial*, e à questão da produção de um texto que certamente será aceito para publicação. A escrita científica é abordada numa proposta de aplicação de um modelo estrutural de artigo que pode ser seguido em qualquer área do conhecimento e que atende aos padrões de qualidade de um texto de alto impacto em inglês:

Figura 2.9 Captura de tela dos *slides* do curso *A estrutura de artigos científicos de alto impacto e a dinâmica editorial*



Fonte: CEC, 2015.

A cenografia de especialização (quase de doutrinação) evocada desde a estrutura do título [advérbio *como* + o que se espera ensinar/aprender] – *Como não ter meu artigo negado imediatamente pelo editor* – permanece na síntese dos tópicos que serão abordados ao longo da palestra, indicados como *módulos* de um curso de *escrita científica*, tema pontuado no rodapé de todos os *slides* da apresentação. O recurso cenográfico instrucional é adotado em todo o curso, que é dividido em *seções de um artigo científico*, entendido como um *gênero literário* que precisa ter uma *estrutura* específica de *abstract*, *introduction*, *results and discussion* e *conclusion*, além de atender a determinadas instruções sobre *estilo* e *linguagem* compreendidos como típicos de um artigo científico de alto impacto. Entre várias estratégias e exemplos de aplicação, o palestrante fala do *Plain English*, que é um inglês simplificado usual para a versão de artigos científicos em inglês, dada a tendência de internacionalização de periódicos incentivada, como vimos, pelas agências de regulamentação e avaliação da produção intelectual. A partir dessa estratégia, impõe-se um formato de artigo curto e acessível porque escrito numa linguagem “objetiva”, válido para as diferentes áreas de saber e que será aceito para publicação em periódicos de alto impacto e circulará amplamente entre os pares.

A intensificação de publicações em inglês tem provocado a expansão de cursos e *workshops* com esse tipo de abordagem direcionados a autores, como é o caso da 1ª Semana

de Escrita Científica da USP, realizada pelo Esalq em maio de 2016, que teve como objetivo “conscientizar alunos de pós-graduação sobre a importância de escrever artigos científicos de alto impacto, do ponto de vista da estrutura, linguagem e editoração”⁸¹. Na ocasião, praticamente os mesmos palestrantes do CEC, entre outros, foram convidados a ministrar cursos sobre *escrita de artigos científicos de alto impacto: estrutura, linguagem e editoração e técnicas de produção textual (como escrever um bom artigo)*, e a própria organização do evento ficou a cargo de um professor do Esalq que frequentemente oferece cursos nos eventos da ABEC.

O *workshop* ministrado pela Editora Springer na Universidade Federal de São Carlos em maio de 2015 é outro exemplo da incorporação dessa cenografia de especialização:

Figura 2.10 Capturas de tela do pôster de divulgação do *Workshop de Autores da Springer 2015*

Get Read. Publish With Springer.

Workshop de Autores da Springer 2015

A UFSCAR e a Editora Springer têm o prazer em convidar alunos, docentes e pesquisadores para o Workshop:

How to Write for and Get Published in Scientific Journals
(Em inglês e sem tradução simultânea)

Limite de participantes: 73

Quando? 20/05/2015 (quarta-feira), das 9h às 12h30.
Onde? Anfiteatro da Reitoria. Prédio da Reitoria. São Carlos, SP

9h: Pesquisa e Publicação Científica: opções e oportunidades para os pesquisadores brasileiros. Uma palestra introdutória sobre as diversas

clique aqui para fazer inscrição

PRÓ REITORIA de pesquisa

ufscar

Springer
The Open Access Publisher

BioMed Central
The Open Access Publisher

9h: Pesquisa e Publicação Científica: opções e oportunidades para os pesquisadores brasileiros. Uma palestra introdutória sobre as diversas oportunidades de publicação, como os pesquisadores podem se envolver e se beneficiar com as atividades editoriais da Springer no Brasil e na América Latina, além de demonstrar ferramentas que podem ajudar antes, durante e depois do processo de publicação

Springer

BioMed Central
The Open Access Publisher

Venha falar com a gente:

Robinson dos Santos
Editor-associado de Matemática
robinson.dosantos@springer.com

João Pildervasser
Editor-associado de Ciência da Vida
joao.pildervasser@springer.com

9h45: How to Write for and Get Published in Scientific Journals – I
Além de conselhos práticos de como publicar exitosamente, o Workshop proporcionará um senso de profissionalismo e conhecimento de normas internacionais na área de comunicação científica. Esse Workshop é útil para qualquer pesquisador envolvido com comunicação científica em inglês. O principal foco da palestra é auxiliar jovens cientistas a desenvolver exitosamente habilidades necessárias para publicar internacionalmente.

10h30: Coffee Break

11h: How to Write for and Get Published in Scientific Journals – II

12h: Perguntas e Respostas

Contamos com sua presença!

Fonte: e-mail, maio de 2015.

Sob o tema *How to Write for and Get Published in Scientific Journals* (em tradução livre, *Como escrever para periódicos científicos e ser publicado*), o *workshop* segue a mesma linha dos cursos anteriores, numa proposta de fornecer um passo a passo de subsídios universais para autores dominarem o que é considerado uma boa redação científica

⁸¹ Programação disponível em <<http://www4.esalq.usp.br/eventos/i-semana-da-escrita-cient%3%ADfca>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

em inglês e, assim, garantirem que seus artigos sejam aprovados para publicação em revistas internacionais – novamente o reforço da internacionalização via inglês como essencial para as publicações científicas de toda e qualquer área do saber. Na descrição da fala que intitula o evento, entretanto, consta que:

além de conselhos práticos de como publicar exitosamente, o Workshop proporcionará um senso de profissionalismo e conhecimento de normas internacionais na área de comunicação científica. Esse Workshop é útil para qualquer pesquisador envolvido com a comunicação científica em inglês. O principal foco da palestra é auxiliar jovens cientistas a desenvolver exitosamente habilidades necessárias para publicar internacionalmente.

Os registros sobre o público-alvo do evento indicam que ele “é útil para qualquer pesquisador envolvido com a comunicação científica em inglês” e que tem como foco “auxiliar jovens cientistas a desenvolver exitosamente habilidades necessárias para publicar internacionalmente”, isto é, que visa oferecer estratégias de produção de artigos para pesquisadores iniciantes interessados em aprender a publicar *exitosamente* em periódicos internacionais a partir de *conselhos práticos*, oferecidos por profissionais de Matemática e Ciência da Vida “para qualquer pesquisador” que publique em inglês. As opções lexicais *conselhos* e *auxiliar* (auxílio) e a própria nomeação do evento como *workshop*, que é diferente de *curso* ou de *palestra* (que aparece na descrição acima, mas sem destaque), por exemplo, dialogam com as fotografias dos editores-associados colocadas à direita do pôster, nas quais aparecem sorrindo, e dessa composição emerge um ethos de descontração instaurado a partir da manobra de desconstrução da cenografia usual desse tipo de curso: não se trata de apresentar uma estrutura pronta para a escrita de artigos, mas de oferecer conselhos, dicas, um auxílio que não se dá na ordem da prescrição das normas internacionais mobilizadas, mas do diálogo entre os profissionais da Springer e os autores interessados nessa troca, ainda que o evento proponha a temática *Como escrever para ser publicado em periódicos científicos*.

A ênfase num modelo padronizado de artigo científico internacional, diferentemente do caso do *workshop*, fica evidente neste curso da Unil – Universidade do Livro, que circulou por *e-mail* entre os assinantes da *newsletter* da página:

Figura 2.11 Captura de tela da divulgação da Unil do curso *Como estruturar um artigo científico de alto nível*

unil universidade do livro | **Curso**

Como estruturar um artigo científico de alto nível - Julho 2015
Carga Horária: 07 horas
Data: 16 a 17 de julho de 2015
Horário: 18h30 as 22h
Inscrições até: 17/07/2015 ou enquanto houver vaga.

Informações e inscrições

R\$438,00
R\$350,00 *
* valor exclusivo para sócios e estudantes

ÚLTIMOS DIAS PARA INSCRIÇÃO!

Fonte: e-mail, julho de 2015.

No título *como estruturar um artigo científico de alto nível*, é mantida a estrutura usual adotada em *como não ter meu artigo negado imediatamente pelo editor* e *como escrever um bom artigo*, e novamente se recorre à ideia de estrutura do texto, como em *a estrutura de artigos científicos de alto impacto* e *a dinâmica editorial*. Na descrição de público-alvo, ementa do curso e currículo do docente, outras informações nesse sentido são apresentadas:

Figura 2.12 Capturas de tela da divulgação da Unil do curso *Como estruturar um artigo científico de alto nível*

Público Alvo

Editores e revisores científicos, bibliotecários, orientadores de pós-graduação, graduandos envolvidos com Iniciação Científica, mestrandos, doutorandos, pós-doutores, professores universitários e jornalistas da área científica.

O curso foca a publicação na ciência empírica, definida como aquela que usa evidências factuais do mundo para construir conhecimento, sejam essas evidências registradas de forma qualitativa ou quantitativa. O curso é dado em português, mas os conteúdos podem ser aplicados a artigos científicos em qualquer idioma.

Ementa

Apresenta um Método que rejeita regrinhas cabalísticas para a composição de um texto científico, concebendo a redação científica um ato criativo e artístico, guiado pela lógica da ciência. Cada elemento do texto nasce das bases lógicas e filosóficas da ciência, temperadas com elementos comunicacionais. Aplicável a qualquer área da ciência.

Gilson Luiz Volpato

Biólogo, docente da UNESP (IBB-Botucatu) há 34 anos. Ministra cursos de redação científica há 29 anos. Tem experiência como Revisor de revistas científicas internacionais, Coordenador e Vice-coordenador de pós-graduação (10 anos), Editor-chefe de revista científica (12 anos), Avaliador de pós-graduação junto à CAPES e Presidente da Comissão dos Editores Científicos da Unesp nas áreas de Exatas, Humanas e Biológicas. Atualmente é pesquisador 1B pelo CNPq. Sua abordagem se diferencia pela concatenação filosófica, metodológica, sociopolítica, ética e comunicacional que imprime à redação dos textos científicos, o pano de fundo de seu Método Lógico para Redação Científica, publicado em 2011. Ministra anualmente entre 50 a 80 cursos (teóricos e práticos) de Redação Científica nas melhores universidades públicas brasileiras; mais recentemente, também no exterior. Nesta área publicou artigos, editoriais e 10 livros. Ações na Internet: www.gilsonvolpato.com.br e Clube SOS Ciência (vídeos, links, textos, perguntas & respostas); possui 62 vídeos no Youtube.

Fonte: *e-mail*, julho de 2015.

Além do extenso público que o curso pretende atender (de editores e revisores científicos a graduandos e jornalistas da área científica), sua abrangência é explicitada em “o curso é dado em português, mas os conteúdos podem ser aplicados a artigos científicos em qualquer idioma” e “aplicável a qualquer área do conhecimento”, informações que se contradizem se comparadas ao trecho inicial da ementa que “apresenta um Método que rejeita regrinhas cabalísticas para a composição de um texto científico”. A generalização proposta pelo curso parece se dar no sentido de cenografar uma novidade, uma sofisticação colocada como não usual aos demais cursos do segmento, como no trecho da ementa em que se apresenta o entendimento diferenciado de escrita científica – “concebendo a redação científica um ato criativo e artístico, guiado pela lógica da ciência. Cada elemento do texto nasce das bases lógicas e filosóficas da ciência, temperadas com elementos comunicacionais”.

O verbo *diferenciar* é empregado no minicurrículo do docente (“sua abordagem se diferencia pela concatenação filosófica, metodológica, sociopolítica, ética e comunicacional que imprime [sic] à redação dos textos científicos”), no qual também é feita essa tentativa de um tom arrojado, que perde tônus na medida em que se dá ênfase para a quantificação da produção intelectual (“ministra atualmente entre 50 e 80 cursos (teóricos e práticos) de redação científica nas melhores universidades públicas brasileiras; mais recentemente, também no exterior. Nesta área publicou artigos, editoriais e 10 livros. [...] possui 62 vídeos no *Youtube*”), uma forma comum de enunciar a especialização de profissionais na área acadêmica, a partir da qual não fica claramente definido o ethos atribuído ao autor (publicitário, empresarial, acadêmico, acadêmico-empresarial) e a cenografia evocada pelo curso (empresarial, acadêmico-empresarial, comunicacional). Na

descrição do conteúdo e dos objetivos do curso, retoma-se o tom instrucional usual para a cena genérica *curso de escrita científica* que temos observado até aqui, e abandona-se a tentativa de uma cenografia arrojada:

Figura 2.13 Capturas de tela da divulgação da Unil do curso *Como estruturar um artigo científico de alto nível*

The image shows a screenshot of a course syllabus page. It is divided into two main sections: 'Conteúdo' (Content) and 'Objetivos' (Objectives). The 'Conteúdo' section is highlighted with a green header and contains four numbered main topics, each with a list of sub-topics. The 'Objetivos' section is also highlighted with a green header and contains a paragraph of introductory text followed by five numbered objectives.

Conteúdo

1) Bases teóricas para redação científica

- a) Como o conhecimento científico é construído pela ciência empírica
- b) Qualidade internacional
- c) Níveis das revistas internacionais
- d) Mudanças no ambiente da publicação científica
- e) Tipos de variáveis para pesquisa
- f) Tipos lógicos de pesquisa

2) Lógica interna de um texto científico e rotina para redação

- a) Lógica dos contextos do pensamento
- b) O texto científico como um argumento lógico
- c) Redação de objetivos

3) Rotina lógica para redação científica

- a) Concepção de projeto de pesquisa compatível com a ciência de alto nível
- b) Como construir a história a ser contada no artigo
- c) Preparativos para a redação
- d) A lógica do estilo científico internacional

4) Estrutura dos tópicos do texto e estilo científico internacional

- a) Função e conteúdos necessários em cada parte do texto científico
- b) Dicas para um texto de alto nível

Objetivos

Por meio do entendimento da lógica da ciência, será mostrada a lógica interna da construção de um artigo científico internacional. Com isso, o aluno deverá conseguir:

- 1) identificar a relação lógica entre ciência, metodologia e a estrutura do texto científico;
- 2) conceber o texto como um ambiente de debate lógico entre cientistas de várias áreas;
- 3) identificar erros lógicos em artigos científicos;
- 4) usar o método lógico proposto para estruturar textos científicos de alto padrão;
- 5) aprimorar suas bases científicas para melhor debater com editores e revisores internacionais.

Fonte: *e-mail*, julho de 2015.

A proposta de redação científica segue a mesma linha dos cursos da ABEC quanto à estruturação de artigos, considerando-se os padrões e “o estilo científico” internacionais, bem como o fator de impacto, agora com ênfase no “Método lógico” proposto pelo docente – “tipos lógicos de pesquisa”, “lógica interna de um texto científico”, “lógica

dos contextos do pensamento”, “o texto científico como um argumento lógico”, “rotina lógica para redação científica”, “a lógica do estilo científico internacional”.

Essa generalização da escrita científica em inglês como homogênea e aplicável a artigos de quaisquer áreas do conhecimento se reflete também nos serviços editoriais que circulam nos ambientes de editoração científica. No exemplo a seguir, retirado do *site* de uma empresa de serviços técnicos de tradução e análises, o *Plain English* é oferecido como um serviço pelo anúncio *aumente as chances de citação do seu artigo*:

Figura 2.14 Capturas de tela do anúncio *Plain English: aumente as chances de citação do seu artigo*


Plain English: aumente as chances de citação do seu artigo
17/03/2015 - STTA

Conheça o "Plain English", uma das estratégias da STTA para que a versão inglês de seu artigo seja compreendida por gregos e troianos.

Em língua inglesa, tanto para textos corriqueiros como para textos formais, existe uma tendência que vem se tornando cada vez mais forte e afeta hoje em dia os escritores de artigos científicos. Essa tendência é chamada de "Plain English" que significa "Inglês simples".

Produzir textos em "Plain English" não significa empobrecer a informação a ser dada, muito menos deixar de fornecer dados que sejam importantes, mas sim, reduzir sentenças de modo que passem a informação necessária e não complique o entendimento do leitor.

KEEP YOUR SENTENCES SHORT - Mantenha suas sentenças curtas. O comprimento de um parágrafo neste tipo de escrita deve conter entre 15 e 20 palavras.



Exemplo:

Parágrafo em Português:
"A determinação de propriedades mecânicas de ligas metálicas contendo manganês foi realizada com o uso de testes de curva de tensão-deformação."

Tradução direta para o Inglês:
"The determination of the mechanical properties of alloys containing manganese was carried out using the stress-strain tests."

Retirando excessos:
"Mechanical properties of alloys containing manganese were evaluated using the stress-strain tests."

Simplificando a linguagem:
"Mechanical properties of Mn-containing alloys were evaluated via stress-strain analyses."

Simplificando mais ainda:
"Manganese alloys mechanical properties were evaluated by stress-strain analyses."

Fonte: [site](#) da STTA serviços.

Ao explicar que o *Plain English* é uma das estratégias da empresa para que a versão em inglês dos artigos “seja compreendida por gregos e troianos” (ou seja, por qualquer cientista, de qualquer lugar) e indicá-la como uma tendência que “afeta hoje em dia os escritores de artigos científicos”, evidencia sua aplicabilidade no contexto da editoração científica, enfatizando que essa prática não visa “empobrecer a informação a ser dada, muito menos deixar de fornecer dados que sejam importantes”, o que parece esclarecer possíveis dúvidas do cliente e mais uma vez instaurar uma cenografia de especialidade. Entretanto,

ainda que esclareça que essa técnica de tradução visa “reduzir sentenças de modo que passem a informação necessária e não complique o entendimento do leitor”, a empresa apresenta exemplos de retirada de “excessos” e simplificação da “linguagem” de sentenças que não necessariamente seriam aplicáveis a textos de áreas como as humanidades, que podem apresentar outro tipo de estrutura, de estilo, de organização, de artigo científico e, assim, para as quais o *Plain English* não seria viável, especialmente porque o número de citações dos artigos não tem relação com o quão enxuto um texto esteja, seja em português, seja em inglês.

Esses materiais mostram que na comunicação científica supõe-se um imaginário de língua transparente e totalmente objetiva, entendida como *a língua da ciência*, que pode ser simplesmente mobilizada em qualquer área do conhecimento, tanto em termos de idioma como pela busca por padronizações internacionais que atendam aos critérios de avaliação, independentemente das especificidades que cada comunidade científica possa ter, seus objetos, suas formas de dizer. A noção de comunidade científica, aliás, é difundida no sentido de unidade, assim como a de campo científico, de ciência e de texto científico: os dados analisados indicam que se trata de uma homogeneização que produz o apagamento das particularidades do funcionamento de cada área de saber e, dentro delas, das especificidades dos métodos e objetos, das próprias disciplinas enfim, baseando-se nos discursos normativos que muitas vezes partem das ciências exatas ou naturais, que têm seus ritmos próprios de publicação, outras agendas de pesquisa, outros recursos para a manutenção de seus periódicos, outros expedientes de editoração etc.

Alguns dos indícios dessa homogeneização podem ser encontrados no documento SciELO já mencionado. Dentre os critérios para admissão e permanência de periódicos na Coleção, o fator *internacionalização* chama a atenção, sobre o qual destacamos seus indicadores:

6.5. Indicadores de internacionalização dos periódicos

A internacionalização dos periódicos indexados pelo SciELO, incluindo a gestão dos processos editoriais, a afiliação dos autores dos artigos e o idioma de publicação, compreende um conjunto de condições e práticas que favorecem sua inserção no fluxo internacional da comunicação científica, refletindo em sua visibilidade e impacto internacional. Os periódicos devem maximizar progressivamente a sua internacionalização.

Os principais indicadores que serão utilizados para avaliar o nível de avanço da internacionalização dos periódicos indexados pelo SciELO são os seguintes, tendo em conta o conjunto dos periódicos do SciELO:

[...]

- Evolução da porcentagem de artigos publicados no idioma inglês;
- Evolução da porcentagem de artigos de autores com afiliação estrangeira;
- Evolução da porcentagem de artigos elaborados em colaboração internacional;
- Evolução da proporção de pesquisadores de outros países que exerçam as funções de editores-chefes, editores associados e pareceristas. (SciELO..., 2014, p. 25-26)

É considerável o fato de a SciELO, condicionante de relevo no desenvolvimento da editoração científica brasileira, declarar que seus critérios de avaliação baseiam-se em padrões internacionais que devem ser rigorosamente seguidos em qualquer área do conhecimento, sem propor uma discussão do que se entende por internacionalização nas diferentes áreas. Como vimos nos ritos genéticos editoriais da Geousp e da Rieb, atender a esses indicadores significa lidar com uma série de questões desde operacionais até financeiras, já que publicar em inglês, por exemplo, demanda a contratação de serviços de tradução e de revisão de artigos em dois ou mais idiomas, o aumento do volume das revistas, o que, no caso da Rieb, significa acréscimos nos custos de impressão, o reajuste de prazos para a realização dos serviços de tratamento editorial, dada a necessidade de cumprir com a periodicidade das revistas, entre outras manobras das equipes editoriais que parecem não estar consideradas nessa tentativa de padronizar um único conjunto de normas que dê conta de funcionamentos tão diversos de cada periódico científico.

Nesse sentido, a valorização do que está associado a ou do que vem dessa língua inglesa-modelo tende a desconsiderar as áreas de saber ou os tipos de pesquisa que não se beneficiam tanto quanto outros com a publicação em inglês, seja porque sua literatura de base está em grande parte publicada em outros idiomas, seja por suas pesquisas lidarem com dados do português brasileiro ou que só interessam ao contexto brasileiro ou regional. É o caso, por exemplo, do que foi mencionado pelo editor da Geousp em relação a sua relevância no Cone Sul.

A editoração científica encontra nesses imaginários (de norma, de língua, de escrita, de revista científica, de artigo, de produção científica) uma demanda e tenta atender às necessidades de publicação de uma suposta *comunidade científica*, difundindo uma dinâmica editorial que nem sempre corresponde à realidade de todas as áreas do conhecimento ou mesmo, numa mesma área, a diferentes periódicos, como vimos anteriormente. Ao se proporem índices quantitativos de avaliação das publicações, como o fator de impacto e o

índice h, a partir dos quais, em um primeiro momento, toda produção intelectual é medida em números de régua estrita, impõe-se uma corrida contra o tempo em que autores-pesquisadores preocupam-se mais com a quantidade do que com a qualidade do que publicam, o que se reflete no tipo de serviço editorial que é procurado e, por consequência, oferecido. Os cursos de escrita científica, nesse sentido, visam à otimização da produção intelectual dos autores, que precisam “produzir artigos de alto impacto”, “ter seus artigos aceitos imediatamente pelos editores”, “ser publicados em periódicos internacionais” etc.

Dessa forma, ao discutirmos o paradigma da ciência no tangente à cadeia processual de produção, armazenamento e comunicação dos conteúdos científicos, nos deparamos com procedimentos que se põem como fortemente normalizados institucionalmente, mas, em suas etapas complexas, imbricadas e pouco conhecidas ou compreendidas, revelam flexibilidades, adaptações de todo tipo e variações importantes. Esse modo de gerir o conhecimento produzido que perpetua a negligência das particularidades de cada área de conhecimento põe uma questão sobre a noção de *comunidade científica*: em que medida há *uma* comunidade científica?

Por tudo o que vimos discutindo, parece pertinente falar de *comunidade discursiva*, uma noção que, segundo o Dicionário de Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 2014b, p. 108),

é solidária à de formação discursiva. Efetivamente, a hipótese subjacente é que não basta opor as formações discursivas em termos puramente *textuais*: de um discurso a outro, há “mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem esses discursos” (MAINGUENEAU, 1984: 135). Em outros termos, os modos de organização dos homens e de seus discursos são indissociáveis; as doutrinas são inseparáveis das instituições que as fazem emergir e que as mantêm. (grifo do autor)

Nos dados analisados, observamos esse funcionamento de diferentes grupos de atores da comunicação científica, e é nesses grupos “que se mantém uma memória e que os enunciados podem ser avaliados em relação às normas, partilhadas pelos membros da comunidade associada a esse ou àquele posicionamento [...] e pelos membros da comunidade do mesmo campo, para além dos diversos posicionamentos” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 44). Enquanto os dispositivos comunicacionais de circulação restrita nos aproximam de discursos *sobre e do* trabalho desses atores, descortinando processos, etapas e funções, os dispositivos comunicacionais de circulação pública mobilizados aqui são exemplos de

discursos *no* e *do* trabalho, os quais oferecem indícios de como os processos de editoração científica circulam em ambientes especializados, em comunidades discursivas específicas, portanto, e são entendidos de acordo com os imaginários que sustentam cenografias que podem ser bem diversas. O próprio modo de ocupar a plataforma SEER, como vimos nas entrevistas acima, exige expedientes afeitos aos tipos de texto que comunicam os tipos de pesquisa que divulgam.

Assim, segundo propomos, a comunicação científica tem um funcionamento característico do que Maingueneau (2014c, p. 53) considera uma *instituição discursiva*:

Os escritores produzem obras, mas escritores e obras são, num dado sentido, produzidos eles mesmos por todo um complexo institucional de práticas. Deve-se, assim, atribuir todo o peso à instituição discursiva, expressão que combina inextricavelmente a instituição como ação de estabelecer, processo de construção legítima, e a instituição no sentido comum de organização de práticas e aparelhos.

Dada a complexidade da mediação editorial em estudo, fica evidente a relação entre *instituição* e *discursiva*, que implica uma “pressuposição mútua”: “o discurso só vem a ser se se manifestar através das instituições de fala que são os gêneros do discurso, que são pensados através das metáforas do ritual, do contrato, da encenação” (p. 53). Desse modo, vista como instituição discursiva organizadora de ritos, rituais, atores, contratos, consensos e resistências de diferentes tipos, ainda que todos inscritos no regime do discurso científico que os delimita, a comunicação científica é constituída por diferentes comunidades discursivas, as quais têm suas particularidades, ainda que os ritos genéticos retomados pela editoração científica muitas vezes não proponham a preservação dessas peculiaridades, mas, antes, seu apagamento – ou a busca por modos próprios de empregar essas coerções.

Considerações finais

Pelas reflexões desenvolvidas nesta pesquisa, observamos que a atual constituição da comunicação científica tem se valido da homogeneização da diversidade de comunidades discursivas e de seus fazeres científicos. Essa prática é ratificada pelo apagamento dos ritos genéticos editoriais nos ambientes especializados e imposta pelos órgãos normatizadores da produção científica e de sua circulação, com vistas ao atendimento de um ritmo definido por modelos internacionais que não necessariamente atendem a todas as agendas de pesquisa brasileiras ou contemplam da mesma forma todas as áreas de conhecimento.

Dado esse ritmo, vimos como os processos de tratamento editorial de textos científicos são influenciados pelas diretrizes que balizam seus expedientes e protocolos, ao mesmo tempo em que são constantemente revistos pelos profissionais, que, entre concessões, resistências, saídas, afinal, são chamados a renormatizar técnicas e práticas para que os periódicos atendam aos critérios de avaliação e classificação que possibilitam sua circulação.

Para isso, importam os modos como cada revista é cenografada a partir das quatro questões fundamentais que configuram suas condições de produção: i) o uso da plataforma SEER e a conseqüente implicação tecnológica das textualizações, que impõem à Rieb mudanças de projeto gráfico, uma vez que seu perfil de revista exige que seja “bonita, mas prática”, e à Geousp a profissionalização de seus expedientes, que ainda funcionavam nos moldes da circulação impressa; ii) as pressões pela internacionalização e iii) pela avaliação quantitativa de periódicos e pesquisadores, as quais requerem a reestruturação das equipes editoriais, a reordenação de prazos e de orçamentos e a contratação de serviços e de profissionais para atender aos novos fluxos de texto e sobretudo de trabalho editorial sobre esses textos; e iv) a dominância dos expedientes típicos das ciências exatas e naturais, cujos imaginários incidem sobre as normas internacionais com as quais as revistas precisam lidar, por exemplo, para se manterem indexadas em bases de dados consideradas de ampla circulação ou, no mínimo, como legitimação de sua condição de periódico científico digno de nota.

Sobre os imaginários, os dispositivos comunicacionais de circulação pública nos mostram o quanto as particularidades dos ritos genéticos editoriais são desconhecidas ou desconsideradas entre diferentes profissionais de editoração científica, que, baseando-se em certas noções de língua, de escrita científica, de norma editorial e de produção do conhecimento científico, construídas com base na generalização de dinâmicas de produção referentes a áreas de saber específicas, parecem interessados na promoção de modelos de aplicação caracterizados como universais, o que é cenografado de formas semelhantes em suas diferentes práticas discursivas, alimentando um ethos de produtividade mensurável conforme uma proficiência única.

Nesse sentido, os dados analisados mostram como o processo editorial de publicações científicas passa por questões institucionais e sociopolíticas próprias do funcionamento atual da comunicação científica, que condicionam o modo como a editoração científica acontece e, assim, os expedientes de trabalho do profissional do texto que atua nesse meio. Possivelmente por isso os materiais em processo de edição, e marcadamente em processo de revisão de textos, sejam inacessíveis à investigação na atual conjuntura: as peculiaridades de que falamos são contundentes nessa etapa de tratamento dos textos, e trazer à luz o modo como as textualizações se movem nesse jogo de imaginários provavelmente exigiria o enfrentamento das diferenças que se têm silenciado nos produtos finais – os artigos publicados.

Assim, embora saibamos o quanto o tratamento editorial de textos, apesar de uma área de atuação profissional e de pesquisa em ascensão, é ainda pouco compreendido, também porque ainda pouco estudado, fica evidente como mais especificamente na comunicação científica é pouco discutido, mesmo que parte integrante do processo de sua produção, o que reforça a importância de contribuições da pesquisa para o esclarecimento de seu funcionamento.

Diante disso, entendemos que a contribuição deste trabalho se delineou com vistas a procurar compreender do que é feita, afinal, essa instituição discursiva, formada por comunidades discursivas diversas postas em jogo nas lutas de poder configuradas pelo que é referido hoje como comunicação científica. Lutas estas travadas a partir do consenso e da resistência à homogeneização da *partilha do sensível*, que “faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (RANCIÈRE, 2009, p. 16).

Levando em conta, pois, essa relação de práticas sociais e ambiente constitutivo, e pensando que participam dessa dinâmica todas as práticas e atores que gerem esse espaço, propomos entender a comunicação científica como parte de um ambiente de trocas e, assim, constituída numa institucionalidade na qual os periódicos científicos se inscrevem como mediadores desse espaço de escritas profissionais e processos de edição, as quais se estabelecem por relações de força que resultam da conjugação de normas e técnicas efetivamente empregadas, com maior ou menor fidelidade ao que se põe como um modelo total.

Referências

ARAÚJO, E. **A construção do livro: princípios e técnicas de editoração**. Rio de Janeiro/Brasília: Nova Fronteira/INL, 2008 [1986].

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 25-42, 1990.

_____. Vulgarização da ciência. In: _____. **Palavras incertas: as não coincidências do dizer**. Revisão técnica da tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BELEI, R. A.; GIMENIZ-PASCHOAL, S. R.; NASCIMENTO, E. N.; MATSUMOTO, P. H. V. R. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 30, p. 187-199, jan./jun. 2008.

BERGAMASCHI, R. J. P.; DUARTE, R. B. R. O SEER e o processo de editoração de revistas científicas brasileiras. In: ENCONTRO VIRTUAL DE DOCUMENTAÇÃO EM SOFTWARE LIVRE E CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUAGEM E TECNOLOGIA ONLINE, 9., 6., 2012. **Anais...** Minas Gerais: Texto Livre, 2012. p. 1-7.

BLOG SCIELO em Perspectiva. **XML, por quê?** Postagem de abril de 2014. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2014/04/04/xml-porque/#.WLWa4IXyvIU>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BRAGANÇA, A. Sobre o editor: notas para sua história. **Em questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 12, p. 219-237, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/119>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Competências**. Última atualização da página em maio de 2012. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/80-conteudo-estatico/acesso-a-informacao/5418-competencias>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

_____. **Documento de Área 2013**. Interdisciplinar. 2013. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyfHRyaWVuYWwtMjAxM3xneDoxM2I4ODhhYWl0M2UxZDc5>>. Acesso em 12 dez. 2016.

_____. **Sobre a Avaliação**. Última atualização da página em maio de 2014a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

_____. **Sou editor de um periódico científico publicado no Brasil. Como posso incluí-lo no Portal?** Última atualização da página em maio de 2014b. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/periodicos/4126-sou-editor-de-um-periodico-cientifico-publicado-no-brasil-como-possa-inclui-lo-no-portal>>. Acesso em: 07 dez. 2016

_____. **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação.** Última atualização da página em outubro de 2014c. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

_____. **Classificação da produção intelectual.** Última atualização da página em agosto de 2016a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

_____. **Cursos Recomendados/Reconhecidos.** Última atualização da página em abril de 2016b. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/dados-do-snpng/cursos-recomendados-reconhecidos>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

_____. Portal de Periódicos da Capes. **Acervo.** Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pcollection&mn=70&smn=79&cid=94>. Acesso em: 07 dez. 2016c.

CEC – Curso de Editoração Científica. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS, 22., 2014, São José dos Campos. Disponível em: <http://www.abecbrasil.org.br/includes/eventos/xxii_curso/index.asp>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. 23., 2015, Goiânia. Disponível em: <http://www.abecbrasil.org.br/includes/eventos/xxiii_curso/index.asp>. Acesso em: 20 jan, 2017.

_____. 24., 2016, Campinas. Disponível em: <<http://xxivcurso.abecbrasil.org.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CHARAUDEAU, P. Condições de produção. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso.** Coordenação da Tradução: Fabiana Komesu. 3. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2014. p. 114-115.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso.** Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. 3. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Tradução de Mary Del Priori. 2. ed. Brasília: UNB, 1999.

_____. **A mão do autor e a mente do editor.** São Paulo: Editora da UNESP, 2014.

CLARES, L. M. **A interface material impresso e audiolivro: o lugar do revisor de textos nos processos editoriais envolvidos.** São Carlos: UFSCar, 2013a. 57 p. Relatório de Iniciação Científica.

_____. **Ritos genéticos editoriais do impresso ao audiolivro: o revisor de textos e as manobras de intervenção.** 2013. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em

Linguística) – Departamento de Letras, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013b.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009 [1981].

CURRY, M. J.; LILLIS, T. M. Strategies and tactics in academic knowledge production by multilingual scholars. **Education Policy Analysis Archives**, v. 22, n. 32, p. 1-28, 2014.

CYRINO, J. E. P. **Revisões e revisores construtivos e eficazes**. São José dos Campos: 2014. Slides. Disponível em: <http://www.abecbrasil.org.br/includes/eventos/xxii_curso/index.asp>. Acesso em: 20 jun. 2014.

DARNTON, R. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. Tradução de Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ephraim Alves. v. 1., 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998 [1990].

DICIONÁRIO Digital Caldas Aulete. Lexicon Editora Digital Ltda. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/index.php>>. Acesso em: 15 jan. 2017a.

_____. **Aprimoramento**. Lexicon Editora Digital Ltda. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/aprimoramento>>. Acesso em: 15 jan. 2017b.

_____. **Parecer**. Lexicon Editora Digital Ltda. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/parecer>>. Acesso em: 15 jan. 2017c.

DICIONÁRIO Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. versão 3.0. Instituto Antônio Houaiss, 2009.

ENGLISH Oxford Dictionaries. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com>>. Acesso em: 15 jan. 2017a.

_____. **Copydesk**. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/copydesk>>. Acesso em: 15 jan. 2017b.

_____. **Peer review**. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/peer_review>. Acesso em: 15 jan. 2017c.

_____. **Proofread**. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/proofread>>. Acesso em: 15 jan. 2017d.

_____. **Referee**. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/referee>>. Acesso em: 15 jan. 2017e.

_____. **Review**. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/review>>. Acesso em: 15 jan. 2017f.

FERNANDES, D. M. **A composição editorial do Blog SciELO em perspectiva – “Humanas”**: a divulgação científica mediada pelo digital. Relatório de pesquisa. São Carlos, 2015.

FLUSSER, V. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. Organização de Rafael Cardoso. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

GEOUSP espaço e tempo. **Diretrizes para Autores**. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/about/submissions#authorGuidelines>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GRUSZYNSKI, A. C.; GOLIN, C.; CASTEDO, R. Produção editorial e comunicação científica: uma proposta para edição de revistas científicas. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v. 11, n. 2, maio/ago. 2008.

KRIEG-PLANQUE, A. (2010). Por uma análise discursiva da comunicação: a comunicação como antecipação de práticas de retomada e de transformação dos enunciados. Trad. Luciana Salazar Salgado. **Revista Linguagem**, 16ª edição. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao16/art_001.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2014.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

LEA, M. R.; STREET, B. V. O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações. Tradução de Fabiana Komesu e Adriana Fischer. **Filol. Linguíst. Port.**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 477-493, jul./dez. 2014.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). **Ethos discursivo**. 1. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 11-29.

_____. **Cenas da enunciação**. Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

_____. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008c.

_____. Cena de enunciação. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da Tradução: Fabiana Komesu. 3. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2014a. p. 95-97.

_____. Comunidade discursiva. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da Tradução: Fabiana Komesu. 3. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2014b. p. 108-109.

_____. **Discurso Literário**. 2. ed., 1. reimp. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2014c.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MOTTA, A. R.; SALGADO, L. S. A maquinaria discursiva como dispositivo enunciativo em funcionamento: teoria e método. In: SILVA, A. A. da; SILVA, F. V. da (Orgs.). **Caleidoscópio do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 45-64.

MUNIZ JR., J. **O trabalho com o texto na produção de livros: os conflitos da atividade na perspectiva ergodológica**. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010a.

_____. Revisor, um maldito: questões para o trabalho e para a pesquisa. In: RIBEIRO; VILLELA; SOBRINHO; COURA; SILVA (Orgs.). **Leitura e escrita em movimento**. São Paulo: Peirópolis, 2010b. p. 269-289.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1969].

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2008 [1983].

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. Tradução de Mônica Costa Netto. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

RIBEIRO, A. E. Em busca do texto perfeito: (in)distinções entre as atividades do editor de texto e do revisor de provas na produção de livros. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 12., 2007, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora, 2007.

_____. Revisão de textos e “diálogo” com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Intercom, 2009.

RIEB – Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, n. 60, jan.-abr. 2015a. 215 p.

_____. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, n. 61, maio-ago. 2015b. 267 p.

_____. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, n. 62, set.-dez. 2015c. 239 p.

_____. **Foco e Escopo.** Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/about/editorialPolicies#focusAndScope>>. Acesso em: 12 dez. 2016a.

_____. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, n. 63, jan.-abr. 2016b. 276 p.

ROCHA, D.; DAHER, M. D. C.; SANT'ANNA, V. L. A. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. **Polifonia**, Cuiabá, v. 8, n. 8, s/p, 2004.

RUGONI, L. S. **O imaginário do revisor de textos nos ritos genéticos editoriais.** 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SALGADO, L. S. **Ritos genéticos editoriais:** autoria e textualização. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

SALGADO, L. S.; MUNIZ Jr., J. S. Da interlocução editorial: a presença do outro na atividade dos profissionais do texto. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n.5, p. 87-102, 1º semestre 2011.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, 1988.

SANTOS, G. C. **Fontes de indexação para periódicos científicos:** um guia para bibliotecários e editores. Colaboração de Rosemary Passos. Campinas: E-Color, 2011.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2012 [2000].

SCIELO – Scientific Electronic Library Online. **Comitê Consultivo SciELO Brasil.** Versão Janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/avaliacao/comite/comite_pt.htm>. Acesso em 08 dez. 2016.

_____. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil.** SciELO: set. 2014.

_____. **Procedimentos do processo de admissão de periódicos da Coleção SciELO Brasil.** Disponível em: <http://www.scielo.br/avaliacao/inclusao_pt.htm>. Acesso em 08 dez. 2016a.

_____. **SciELO Brasil.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>. Acesso em: 08 dez. 2016b.

_____. **SciELO – modelo de publicação eletrônica para países em desenvolvimento.** Disponível em:

<<http://www.scielo.org/php/level.php?component=56&item=1&lang=pt>>. Acesso em 08 dez. 2016c.

SILVA, C. N. N. da; MUELLER, S. P. M. Avaliação dos periódicos brasileiros: os critérios do qualis-periódico à luz de Merton e Bourdieu. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ENANCIB, 2015. p. 01-14.

STREET, B. Dimensões “escondidas” na escrita de artigos acadêmicos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 541-567, 2010.

TARGINO, M. das G. Comunicação científica na sociedade tecnológica: periódicos eletrônicos em discussão. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, n. 31, p. 71-98, 1º sem. 1999.

WATERS, L. **Inimigos da esperança**: publicar, perecer e o eclipse da erudição. Tradução de Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

YAMAZAKI, C. Editor de texto: quem é e o que faz. XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. **Anais...** Santos: Intercom, 2007.

_____. **Edição de texto na produção editorial de livros**: distinções e definições. 231 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Anexos

1. Autorizações [Geousp](#) e [Rieb](#)
2. [Roteiro das entrevistas semiestruturadas](#)
3. Levantamento de dados – entrevistas [1](#), [2](#), [3](#), [4](#) e [5](#)
4. [Formulário limpo de parecer Rieb](#)
5. [Formulário limpo de parecer Geousp](#)
6. [Critérios para a apresentação e publicação de artigos na Rieb](#)
7. [Critérios de padronização dos artigos da Rieb](#)
8. [Checklist de tratamento editorial dos artigos da Geousp](#)
9. [Fluxograma dos processos de tratamento editorial da Rieb](#)
10. [Instruções para formatação e preparação para publicações do IEB](#)
11. [Guia de trabalho com os textos da Rieb](#)
12. [Novo planejamento da Rieb, de janeiro de 2015](#)
13. [Arquivos CEC-ABEC 2014](#)
14. [Arquivos CEC-ABEC 2015](#)
15. [Arquivos CEC-ABEC 2016](#)
16. [Arquivos *workshop* de autores da Springer](#)
17. [Arquivos lançamento do Portal de Periódicos da UFSCar](#)
18. [Arquivos coleta de materiais *on-line* referentes a cursos e ofertas de serviços editoriais](#)